

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CAMPUS II - CENTRO DE HUMANIDADES

COORDENAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA RURAL

REFLEXÕES SOBRE UMA AGRICULTURA
QUE SE (DES)ENVOLVE
NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Arlindo de Jesus Gouveia Coêlho

Campina Grande - PB

setembro de 1998.

REFLEXÕES SOBRE UMA AGRICULTURA

QUE SE (DES)ENVOLVE

NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

ARLINDO DE JESUS GOUVEIA COELHO

**REFLEXÕES SOBRE UMA AGRICULTURA
QUE SE (DES)ENVOLVE
NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA
RURAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DA PARAÍBA, EM CUMPRIMENTO ÀS
EXIGÊNCIAS PARA OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE.

ORIENTADOR: PROFESSOR-DOUTOR ROBÉRIO FERREIRA DOS SANTOS

Campina Grande - PB , 1998.

ARLINDO DE JESUS GOUVEIA COELHO



C672r Coelho, Arlindo de Jesus Gouveia
Reflexões sobre uma agricultura que se (des) envolve na
era da globalização / Arlindo de Jesus Gouveia Coelho. -
Campina Grande, 1998.
137 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal
da Paraíba, Centro de Humanidades.

1. Agricultura - Globalização 2. Contexto Social e
Econômico 3. Dissertação - Economia I. Santos, Roberio
Ferreira dos II. Universidade Federal da Paraíba - Campina
Grande (PB)

CDU 631:339(043)

REFLEXÕES SOBRE UMA AGRICULTURA

QUE SE (DES)ENVOLVE

NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

APROVADA EM ____ / ____ / 1998.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. ROBÉRIO FERREIRA DOS SANTOS - ORIENTADOR.
EMBRAPA/ Universidade Federal da Paraíba

Prof. Doutor JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO

Prof. Doutor NIEMEYER ALMEIDA FILHO

RELAÇÃO DOS ANEXOS:

PAG.

ANEXO 1	TABELA SOBRE O TOTAL DE INVESTIMENTO ESTRANGEIROS DIRETOS POR PAÍS (REGIÃO) DE ORIGEM E DE DESTINO.....	131
ANEXO 2	TABELA SOBRE AS RESERVAS DE OURO E DÍVIDAS LÍQUIDAS DOS ESTADOS UNIDOS EM RELAÇÃO AO ESTRANGEIRO.....	132
ANEXO 3	TABELA SOBRE AS 200 MAIORES EMPRESAS DE SETORES LIGADOS À AGRICULTURA (1976) EM %.....	133
ANEXO 4	TABELA SOBRE OS PRINCIPAIS PRODUTOS LANÇADOS PELA NESTLÉ NO BRASIL (1921 - 1975).....	134

SUMÁRIO

	Pág.
RESUMO.....	01
ABSTRACT.....	02
INTRODUÇÃO.....	03
CAPÍTULO 1 - PRESSUPOSTOS DO CAPITALISMO PÓS GRANDE GUERRA MUNDIAL COMO BASE PARA A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA.....	05
1.1. A Sociedade de Trabalho.....	06
1.2. A Lógica Industrializante e suas várias Facetas: Duas faces de uma mesma moeda.....	11
1.3. O Viés Estatal.....	15
1.4. O Papel das Corporações Transnacionais - CTs.....	23
1.5. O Processo de Hegemonização do Capital Financeiro.....	26
CAPÍTULO 2 - REVOLUÇÃO VERDE E COMPLEXO AGROINDUSTRIAL - CAI: VERSÃO DA SOCIEDADE DE TRABALHO PARA A AGRICULTURA.....	53
2.1. A "Modernização Conservadora" como Opção para o Desenvolvimento do Agro.....	53
2.2. Revolução Verde e Complexo Agroindustrial (CAI).....	56
CAPÍTULO 3 - A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA: A (RE)FORMA CONSERVADORA.....	71
3.1. A Disputa de Projetos: O Início da Década de 60.....	71
3.2. A opção Conservadora: o pós-64.....	76
3.2.1. O Estatuto da Terra.....	84
3.2.2. O Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR.....	85
3.3. A Formação do Complexo Agroindustrial - CAI.....	87
CAPÍTULO 4 - A CRISE DO MODELO: HÁ ALTERNATIVAS PARA O TITANIC?.....	94
4.1. A Crise do Modelo: Da Crise do Petróleo às Supersafras e às Dívidas Agrícolas.....	94
4.2. Alternativas para a Crise e o Novo Contexto da "Globalização".....	110
4.2.1. Reflexões sobre o Momento atual.....	112
CONCLUSÕES	129
ANEXOS.....	131
BIBLIOGRAFIA	135

DEDICATÓRIA

A MEUS PAIS: D. DEUSDEDITH - MÃE DIÓ -
E SEU ARNALDO. AMO VOCÊS!

A MINHAS FILHAS: MAÍRA E INAÉ. AMO
VOCÊS!

A MINHA MULHER: MARIA DAS DÔRES.
AMO VOCÊ!

OBRIGADO A VOCÊS POR TUDO!!

AGRADECIMENTOS

Ao meu professor-orientador-amigo ROBÉRIO FERREIRA DOS SANTOS, por sua valorosa colaboração para a concretização deste trabalho e por ter me suportado tantas vezes ao telefone.

Aos professores e funcionários, todos acima de tudo amigos, do Mestrado em Economia do Campus II da UFPB pela contribuição que deram para o meu aprendizado.

À sociedade brasileira, através da CAPES, pelo apoio financeiro durante a vigência do curso.

Ao meus colegas de mestrado: RIBAMAR, CLAUDIONOR, FLAUBERT E SÉRGIO. Aqui também tem um pouco deles todos.

Mesmo correndo o risco da injustiça da omissão, quero agradecer em especial a alguns amigos, todos, de alguma forma, contribuíram direta ou indiretamente para este momento: a Dorgival e Natal, a Manoel Dionízio e a Lourdes, a Marcos - o Marquito do PT, a Vavá - in memória - , Jairo Umberto - in memória - , Isa, Luciana, Nena, Aninha, Heliton - meu padrinho - , Marta, Cides, Paulo de Tarso - Paulinho - , Gracinha, Risomar e todos os colegas da PJMP que aqui não cito. Em especial gostaria de agradecer a Antônio Carlos B. Martins - o Tunico - meu irmão. Gostaria ainda de agradecer a Renato Santos, Luis Sérgio e Miguel Lopes Filho - o Nava - , novos e velhos amigos de Barreiras, terra que me adota.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é interpretar o atual momento por que passa a agricultura brasileira, a crise do paradigma sob a qual foi construída e algumas perspectivas teóricas que despontam, apresentando alternativas dentro do contexto da chamada "economia globalizada". Para tanto fez-se necessário percorrer um longo caminho onde resgatamos alguns pressupostos sob os quais se constituiu a economia mundial, que serviram como base para a chamada modernização da agricultura. Todos estes processos tem como pano de fundo e nexos causal o trabalho abstrato, o qual é o cerne para a constituição destas "sociedades de trabalho". Também o Brasil, como nação terceiro mundista engajada no processo de desenvolvimento das forças produtivas do capital não ficou imune a estes processos. No que diz respeito especificamente a agricultura brasileira, foi visto que a chamada "modernização conservadora" nada mais foi do que uma maneira própria, buscada pelas forças sociais que a implementaram, de fazer valer, naquilo que se configurou na chamada "revolução verde", os pressupostos desta modernização no agro brasileiro. Também foi visto, como, neste contexto da chamada "globalização econômica", estes paradigmas estão sendo questionados e algumas alternativas que se colocam para a sua superação. Entre estas alternativas assistimos àquelas que trazem à baila - sob novos pressupostos - uma velha temática do agro brasileiro, que é a necessidade de realização da reforma agrária.

ABSTRACT

The aim of this production is to interpret the present moment in the Brazilian agriculture, the paradigm crisis that was built, and some abstract perspectives, showing alternatives, in the called "global economy". For all of this, was necessary to run a long way where we ransom some basis which were the world-economy, been the base to the modern agriculture. All of these processes have as it base and cause the abstract work, which is the begin for the constitution of those "work-societies". Also in Brazil, like third-world nation engaged in the evolution process of the generative power of the money, wasn't safe of these process. Talking about only in Brazilian agriculture, we will see that the called keeper modernization was nothing more the own way, looked for the social forces that built them, which appeared for us as the "green revolution" the basis for this modernization in the Brazilian agriculture. We will see, how, in this context called "worldwide economy" these paradigms are been discussed and some alternatives that put itself for its overcomes. Among these alternatives we watch those which bring, under news basis, an old thematic of the Brazilian agriculture, that the needing of the agrarian reform.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos temos assistido a popularização e a difusão, tanto no discurso econômico, quanto político, na academia e fora dela, do termo "globalização". Esta palavra não é apenas mais um conceito entre tantos outros que têm surgido ao longo dos anos para responder a questões postas pela realidade. Na verdade este termo tem representado uma verdadeira revolução conceitual, dando ensejo a que muito se tenha escrito para explicar o seu real significado.

O chamado processo de "globalização" tem posto em xeque os paradigmas das ciências até então conhecidas, entre elas, e principalmente, as ciências econômicas, já que diz respeito em especial à economia, visto que, com frequência - e apesar de não ser apenas isto - junto ao termo "globalização" usa-se o adjetivo "econômica". Visto, pois, que a "globalização econômica" não tem deixado imune um único conceito econômico - ou econométrico - atualmente em voga, atingindo também todos os setores da economia, tanto a nível mundial quanto a nível das economias nacionais. É objetivo do presente trabalho, tendo como pano de fundo este processo de "globalização econômica" bem como o conceito de "sociedades de trabalho", como assim é definido pelo ensaísta Robert kurz, fazer uma análise da agricultura brasileira, do processo de modernização pelo qual esta passou nos últimos 30 anos até o atual momento de crise do paradigma de desenvolvimento sobre o qual estruturou-se, bem como algumas alternativas que se tem apontado.

Para alcançarmos tal intento, começaremos por explicitar o que entendemos pela expressão "sociedade de trabalho" e em qual contexto o seu criador, Robert Kurz, assim a utiliza. A partir daí e tendo-a como referência, resgataremos os pressupostos sobre os quais se firmou a economia mundial e brasileira nos últimos 50 anos, os quais também foram, no nosso entender, o germe a partir do qual vem se consolidando este novo processo econômico mundial, que recebe a denominação de "globalização econômica".

Desta forma, contextualizaremos inicialmente o desenvolvimento capitalista após a Segunda Guerra Mundial bem como aquelas experiências que se propunham como sua alternativa, a dos países socialistas. Tentaremos mostrar aqui o que diferenciava, mas, principalmente o que tinham em comum esses modelos, principalmente os pressupostos paradigmáticos que os orientavam e informavam. Em particular, no que

E sobre o qual se construiu todo o edifício teórico e todas as estruturas das sociedades ditas modernas. Neste sentido, afirma o autor, é que o trabalho se transformou, tanto para o pensamento burguês como para o pensamento "marxista do movimento operário" numa categoria supra-histórica e sobre o qual se construiu todo o edifício social:

"...tendo em vista que não apenas a ideologia burguesa, como também o marxismo do movimento operário, com uma convicção muito maior, declara sempre aquele "trabalho" a essência supra-histórica do homem como tal, fazendo desse suposto fato fundamental até a alavanca de sua crítica à sociedade burguesa..." (Kurz, 1993 : 21).

Assim sendo, é sob a categoria do trabalho que se tem constituído, para estas vertentes teóricas, toda e qualquer formação social - seja ela capitalista ou socialista.

Portanto, podemos dizer ainda que a *sociedade de trabalho* é nada mais que a formação social baseada no trabalho abstrato e no fetichismo da mercadoria nos quais se resume toda a vida social. Isto tanto no mundo capitalista, do qual é a razão de ser, quanto no que se propunha ser o socialismo (ou seja, a alternativa ou a experiência superadora da sociedade baseada na exploração do trabalho abstrato) mas que, na verdade, tornou-se uma caricatura grotesca do que aconteceu no lado ocidental.

A partir daí Kurz constrói toda uma argumentação apontando para a crise dessas **sociedades de trabalho**, visto que, para ele, seus principais fundamentos, entre eles o trabalho abstrato,¹ não mais correspondem ao grau de desenvolvimento que estas alcançaram, estando o apego, ou melhor, a impossibilidade de construção de novos categoria e instituições levando-as com isto e contraditoriamente ao *colapso*:

"Em outras palavras: a abolição do trabalho, no invólucro do sistema produtor de

¹ Transformado de maneira caricatural, pelo socialismo, numa verdadeira religião, numa versão socialista do *ethos* protestante werberiano que este assume no capitalismo:

"Em nenhum lugar, esse ethos (grifo do autor) protestante do homem abstrato de trabalho dentro de uma sociedade transformada numa máquina de trabalho, declarado por Max Weber como característica constitutiva ideológica e histórica do capitalismo, foi posto em prática com mais fervor e rigor do que no movimento operário e nas formações sociais do socialismo real" (Kurz, 1993: 22).

E mais:

"O socialismo do movimento operário nunca esteve muito distante desta criação fetichista da motivação do antigo protestantismo. Enquanto este colocou o trabalho abstrato a serviço da religião, aquele transformou o trabalho abstrato numa religião, da riqueza nacional endeusada, transcendendo dos fins vinculados às necessidades humanas; precisamente para a Rússia, à beira da modernidade

mercadorias, não nasce como pura alegria e felicidade, mas somente em forma negativa, como crise, e finalmente como crise absoluta da reprodução realizada dessa forma, situação que já se anunciou por uma seqüência histórica de crises de ascensão relativas da sociedade de trabalho moderna. A sociedade mundial capitalista está se aproximando assim de sua prova de resistência e de ruptura, pois tem que chegar a um ponto (...) em que **suprimirá o trabalho abstrato em sua aptidão de ser a substância social do valor econômico** (grifo nosso). Mas, por outro lado, quer conservar o invólucro formal dessa forma-valor, manter seus frutos (salário, preço e lucro), apesar de estes terem perdido sua substância" (Kurz, 1993: 81).

Resgata ainda o autor outros conceitos do marxismo, que, segundo ele, foram esquecidos pelo "marxismo do movimento operário"², os quais são muito mais importantes do ponto de vista teórico para explicar o processo de evolução dessas sociedades, como é o caso da discussão sobre o fetichismo do dinheiro e da mercadoria:

"...O valor, na forma da mais-valia, que nunca antes constituíra uma relação de produção, não aparece aqui simplesmente como forma socialmente mediada dos valores de uso concretos; porém, ao contrário, passa a referir-se de forma tautológica a **si mesmo** (grifo do autor): o fetichismo tornou-se auto-reflexivo, estabelecendo assim o trabalho abstrato como máquina que traz a sua própria finalidade. O processo deixou de extinguir-se no valor de uso, apresentando-se como **automovimento do dinheiro** (grifo do autor), como transformação de certa quantidade de trabalho morto e abstrato em outra quantidade maior de trabalho morto e abstrato (mais-valia) e, com isso, como movimento de reprodução e auto-reflexão tautológico do dinheiro, que somente dessa forma se torna capital, e, portanto, um fenômeno moderno. Nessa forma de existência do dinheiro, como capital, o dispêndio de trabalho desprende-se do contexto da criação de valores de uso sensíveis e transforma-se naquela atividade abstrata que traz em si sua própria finalidade. O trabalho vivo aparece como expressão do trabalho morto que tornou-se independente, e o produto concreto, sensível, como expressão da abstração inerente ao dinheiro.

² Vide nota 2, deste capítulo. Por outro lado no que diz respeito à teoria burguesa, quanto à teoria do valor e seus desdobramentos, segundo o autor essa: "...desde seus clássicos, compreendeu essa forma como fenômeno existente **a priori** (grifo do autor), desistindo por fim da tentativa de explicá-lo." (Kurz, 1993 : 26).

*Os recursos humanos e materiais (...) Passaram a servir apenas para a auto-reflexão tautológica do dinheiro como 'mais dinheiro'. Necessidades sensíveis somente podem ser satisfeitas, portanto, pela produção não sensível de mais-valia, que se impõe cegamente como **produção** (grifo do autor) abstrata, em empreendimentos industriais **de lucro** (grifo do autor)..."* (Kurz, 1993 : 27-28).

Para justificar as hipóteses formuladas a partir de alguns pressupostos da teoria marxista, Kurz lança mão de uma série de fatos históricos que para ele é nada mais nada menos que resultado ou síntese da construção da modernidade baseada na **sociedade de trabalho**. Assim é que ele resgata, principalmente mas não exclusivamente, todo o processo de consolidação das sociedades socialistas e o seu colapso, discorrendo como estas são construídas tendo como base o trabalho, a planificação estatal, a supressão da concorrência do mercado e sua antítese, o atraso e o sucateamento da base produtiva dessas sociedades, o desabastecimento e a desorganização social entre outras coisas. Partindo para o campo do bloco do países capitalistas o autor resgata a ascensão dos chamados países do Terceiro Mundo no cenário das nações e a opção desenvolvimentista por estes feitas, na tentativa, frustrada, de ascenderem entre o bloco das países desenvolvidos, os quais, décadas depois, mostram como resultado países estruturados em cima de sociedades duais, que não conseguem acompanhar o ritmo de progresso dos seus inspiradores, regredidos em sua base produtiva e em muitos aspectos também sucateadas; comprometidos em uma nova malha, muito mais sutil e perigosa de colonialismo, representado pelos endividamentos externos em que se enredaram. Também aqui o elemento estatal³ está profundamente presente, regulando toda vida social e

³ Para o autor inclusive, o capitalismo tem, cada vez mais, assistido a um constante processo cíclico entre estatismo e mercado, acreditando ele que, apesar da atual onda mundial de neoliberalismo, breve o elemento estatal voltará a se impor:

"Uma coisa já se pode dizer agora: em oposição total à ideologia e expectativa atualmente predominantes, a crise provocará também no Ocidente um novo salto histórico, do pólo monetarista ao estatista. Só que dessa vez não como outro surto de modernização, mas sim como progressiva administração de emergência estatista do sistema global em colapso, como estatismo terrorista da fase final que procura obstinadamente conservar o invólucro vazio das relações mercadoria-dinheiro, mesmo que à custa de uma administração violenta da miséria que se transformará em terror, para acabar em autodestruição absoluta.

Também no ocidente nunca foram completamente demolidas as estruturas de economia de guerra da época das guerras mundiais. O estatismo, no papel de um Estado social e militarista endividado, ficou de retaguarda e cedeu o palco ao princípio monetarista da economia de concorrência. Mas no auge da crise, o elemento estatista voltará a se desdobrar em dimensões inimagináveis.

A administração da própria pobreza interna, a constituição de uma polícia planetária capitalista, (...) : tudo isso exige transferências monetárias improdutivas do ponto de vista capitalista, medidas burocráticas em maior escala e o crescimento, em vez da diminuição, das estruturas econômicas estatistas.(...) Mas tão pouco quanto em algum outro momento da história o elemento estatista, como pólo oposto do monetarista, pôde transcender às 'necessidades objetivas' do sistema produtor de

exercendo o também papel de empresário. Por fim, o autor chega aos países do bloco central do capitalismo, ou seja, aqueles que funcionam como o comando e direção central do processo. Mostra que também aqui a crise da **sociedade do trabalho** se faz presente, seja através do fenômeno do desemprego estrutural causado pelos novos processos de trabalho resultado da revolução técnico científica - e que tem como processo mais imediato o assistir-se a um maior xenofobismo dessas sociedades, bem como uma desestruturação do movimento sindical que surgiu e cresceu com base nas relações fordista e no walfestate - , seja no subsídio estatal que assegura e sustenta a agricultura, apenas para citar alguns exemplos.

Perpassando tudo isso, assistimos ao surgimento de um processo de aprofundamento da interferência do capital financeiro na economia mundial patrocinado principalmente pelos países centrais resultando na criação de um processo de liquidez fictício que visa tão somente a evitar um curto circuito na economia mundial. Ainda aqui assistimos ao fenômeno do surgimento do comércio mundial da droga que se origina como resultado e, contraditoriamente, contra a base de sustentação da sociedade capitalista internacional, sendo responsável por boa parte da circulação da riqueza mundial. Por fim, ainda, assistimos à ascensão no cenário mundial dos fundamentalismos religiosos, principalmente o islâmico, que traz em seu germe toda uma crítica ao *modo de viver ocidental*, principalmente o americano; tendo sido sobre a base desse fundamentalismo que pela primeira vez, após a Segunda Grande Guerra, assistimos a um conflito bélico de proporções internacionais que fez uso do que de mais moderno se tem em termos de armamentos, a guerra do golfo.

Tendo pois como base informativa alguns pressupostos teóricos e categoriais de caráter marxista trabalhados por Kurz, faremos uma análise interpretativa de alguns elementos que constituíram a economia mundial do imediato pós-guerra até agora e que foram os principais responsáveis pelo ciclo expansivo da economia que a partir daí surgiu e também sobre os quais se assentam a base de toda crítica e análise da crise por que passa, para alguns, o capitalismo⁴.

mercadorias, sendo, ao contrário, forçado a executá-las à sua maneira, tão pouco sairá alguma falsa emancipatória da administração de emergência estatista no 'fim da história' " (Kurz, 1993 : 204-205).

⁴ Boa parte do que aqui será dito tem como referência o livro de Geraldo Muller: **Introdução à Economia Mundial Contemporânea**. 1. ed. Educ/Ática. S. Paulo. SP. 1987.

1. 2. A LÓGICA INDUSTRIALIZANTE E SUAS VÁRIAS FACETAS: DUAS FACES DE UMA MESMA MOEDA

Um primeiro aspecto que temos a observar é o fato de no imediato pós-guerra assistirmos à consolidação da bipolarização do mundo em duas forças hegemônicas com claras diferenças políticas e ideológicas. Estamos falando dos EUA e da URSS. O imediato após guerra encontra o primeiro no papel de líder mundial dos chamados países do ocidente, ou ainda do chamado bloco capitalista. Já o segundo se tornou o gendarme do bloco dos países de orientação dita socialista.

Na verdade, o que ocorreu foi que, com o fim da guerra a economia dos países da Europa estavam destruídas e, por outro lado, a possibilidade de que estes países viessem a se transformar em economias agrárias não estava descartada por parte da nova liderança mundial americana. Todavia, o surgimento e posterior consolidação do bloco socialista liderado pela União Soviética e o receio dos americanos de uma adesão européia às propostas socialistas fez com que os mesmos financiassem e não deixassem fugir de sua esfera de influências o bloco de países do continente europeu - principalmente a Alemanha - e o Japão, visto que, seja por ingerência política e militar - na maior parte das vezes -, seja por adesão pura e simples, já uma porção de nações haviam aderido ao regime de comando socialista, criando o que viria a se denominar de países da *cortina de ferro*⁵ (Muller, 1987 : 37).

Por outro lado, a própria guerra surgira a partir de uma conjuntura internacional de disputas de projetos imperialistas a partir de ideologias nacionalistas autonomistas.⁶ Este fato, o da possível volta ao florescimento de ideologias baseadas em construção de *capitalismos nacionais*, fez com que tantos os EUA como a URSS, cada qual a seu modo, passassem a defender junto à comunidade internacional submetida às suas respectivas áreas de influência *uma economia mundial aberta* (Muller, 1987 : 37).

⁵ Denominação dada no período da guerra fria - principalmente pela imprensa dos países capitalistas - aos países do bloco socialista.

⁶ Calcadas em bases nacionalistas, era a fase das lutas dos vários países imperialistas que buscavam a sua hegemonia sobre o conjunto das demais nações, sendo a ideologia nazista e a sociedade alemã - de caráter tradicionalmente dominantes - o terreno mais fértil para o florescimento de projetos de indivíduos com pretensões ao domínio do mundo.

No que diz respeito à política de cada bloco para alcançar os seus objetivos, não podemos negar as suas especificidades, sem, todavia, e de acordo com o que foi dito acima, esquecermos que estas são apenas aparentes, visto que os processos econômicos que as informam têm uma base comum. Tanto é assim que a base econômica dos blocos é a mesma, qual seja a **lógica industrialista** usada como base para o desenvolvimento. E é aqui exatamente que temos um outro aspecto da economia mundial do pós-guerra. No que diz respeito ao bloco socialista já vimos como este se deu e quais as suas conseqüências. Ou seja, a *lógica das sociedades de trabalho* do leste, baseada no que Kurz denomina de *economias recuperadoras*, só em grau difere do processo dos países capitalistas, no sentido de que lá o *ethos* do trabalho chega a assumir formas extremas, caricaturais, comparadas aos países capitalistas, tendo como agente diretivo central o Estado socialista planejador.

Quanto aos países do bloco capitalista temos que os EUA se transformou no líder do processo de desenvolvimento econômico não apenas pelo seu aspecto político ou porque tenha financiado a recuperação econômica dos países de sua esfera de influência, ou ainda pela sua liderança militar. Mais que isso, os EUA foram os responsáveis pelo surgimento e disseminação de uma nova base produtiva mundial que teve como base o *padrão industrial de estilo americano*⁷ o qual foi sendo gradativamente adotado em todo o mundo ocidental por meio da transnacionalização econômica, via Corporações Internacionais. Aqui, portanto, os pressupostos das *sociedades de trabalho* se corporificam neste padrão industrial de produção em massa baseado no fordismo/taylorismo no que diz respeito aos aspectos diretamente produtivos:

*"...Nos países centrais do capitalismo observa-se, em torno de 1948 a 67, o auge do **padrão industrial de estilo americano** (grifo nosso) e assente na hegemonia incontestada dessa economia; no plano econômico isso se mostra claramente pelo que ficou conhecido como o desafio americano..." (Muller, 1987 : 32).*

Já em Kuz (1993: 237) temos que:

"...após a Segunda Guerra Mundial impôs-se o fordismo universalmente. As novas indústrias de produção em massa não apenas se tornaram o centro de

⁷ Este *padrão industrial de estilo americano* comporta toda uma lógica de produção/ mercado/ consumo/ financiamento.

uma acumulação de capital sem par, mas também o de um 'modelo social', de um modo de viver, marcado pela totalização do trabalho abstrato em combinação com uma 'cultura do tempo livre' compensatória e uniformizada...".

Esse padrão, por sua vez, implica na criação de novas bases institucionais, proporcionando entre outras coisas o surgimento e consolidação de um forte movimento sindical que conquista importantes direitos para as classes laborais/. Por outro lado, os Estados nacionais passam a ter forte influência no processo econômico atuando como principais agentes reguladores e financiadores da economia. Nos países centrais, o Estado intervém no sentido de garantir a manutenção do pleno emprego e da capacidade produtiva. São as idéias Keynesianas, ou seja, a versão capitalista da intervenção do Estado na economia que influenciam o pensamento econômico do mundo ocidental pós-guerra que passa a assistir à consolidação do que virá a denominar-se *Welfarestate*, ou, Estado do bem-estar (Muller, 1987: 38).

Resumindo, com o apoio dado pelos EUA ao países que se aproximaram do seu ciclo de influência assistimos à consolidação também do que se denominou *american way life*, ou seja, modo de vida americano, que se caracteriza, entre outras coisas, por um consumo em massa proporcionado pelos progressos das bases produtivas das sociedades desenvolvidas, do modelo de produção baseado no fordismo/taylorismo, que não apenas transformou essa base produtiva mas propiciou um avanço, para época, nos métodos de administração bem como o surgimento de uma classe trabalhadora e de uma burocracia - tanto estatal quanto privada - e, portanto, uma classe média pronta para consumir.

Já nos países em desenvolvimento ou no chamado Terceiro Mundo - principalmente na América Latina - , que após a guerra surgem na constelação das nações⁸, a lógica industrializante também assume contornos profundos chegando a se tornar o núcleo central das políticas de Estado desses países a partir dos anos 50, que torna-se não apenas financiador mas, mais que isto, um dos agente por meio do qual se constrói uma base industrial e empresarial⁹.

⁸ Seja via processo de libertação nacional, para aqueles que, como a maioria dos países africanos ainda estão na condição de colônias, seja para aqueles que mesmo politicamente independentes assumem uma condição secundária na economia mundial visto suas condições de nações não industrializadas mas meramente, ou tão somente, importadoras de produtos primários como é o caso da maior parte dos países da América do Sul, incluindo o Brasil.

⁹ É interessante assinalar que Kurz, semelhantemente ao países socialistas, também denomina os processos econômicos dos países do Terceiro Mundo de *economias recuperadoras* visto tratarem-se estas de economias também de comando estatistas, baseada na super exploração da mão-de-obra, de caráter autoritário e

Temos aqui, pois, um outro aspecto a salientar, qual seja, a entrada de novos atores no cenário mundial. Falamos exatamente dos países em desenvolvimento ou do Terceiro Mundo, que entram na constelação das nações buscando pela via industrialista encontrar nos interstícios, ou brechas, proporcionados pelo sistema, a resolução de seus seculares problemas estruturais. O universo que compõe esta categoria de países diz respeito aos novos países africanos - ex-colônias de países europeus como França, Inglaterra, Holanda - , os países da América do Sul e os que viriam a denominar-se posteriormente de NICs ou Tigres Asiáticos, países tais como Taiwan, Vietnam e outros da Ásia.

Tal qual os demais países do Terceiro Mundo, o processo de desenvolvimento latino-americano, baseado em uma ampla política de industrialização e endividamento externo que ficou conhecida na literatura técnica especializada como *modelo de substituição de importações*, ou, *industrialização endividada*¹⁰ coincidiu a nível da economia mundial entre outros fatores:

- a) Com a necessidade que tinham os capitais transnacionais de buscar novos mercados que lhes proporcionassem uma maior margem de lucro, com um maior barateamento da força de trabalho, visto que nos países das matrizes destas corporações, as conquistas sociais alcançadas pelos trabalhadores limitavam a lucratividade (Muller, 1987 : 32).
- b) Com a necessidade, como foi visto acima, de construir uma *economia mundial aberta* como forma de evitar o surgimento de propostas de "capitalismos nacionais", e, por parte dos EUA, de possíveis opções pelo campo socialista dos países de sua área de influência;
- c) Com a existência de um excedente de capital na economia mundial que necessitava de investimento. Inicialmente assistimos a transferência de capital por parte dos EUA que financiou a política de reconstrução europeia (Muller, 1987 : 44).

Posteriormente, todavia, consolidada as economias destes países, assistimos também nelas ao surgimento de excedentes - os chamados eurodólares - que viram nos países subdesenvolvidos campo fértil para investir.

atrasadas em relação aos países do centro entre outras características que as tomam de caráter *recuperador* e em muito similares às economias do Leste.

¹⁰ Kurz, 1987, pg. 173.

É pois sobre um profundo processo de endividamento externo, que só mais tarde apresentará suas conseqüências num novo tipo de colonialismo tanto mais sutil quanto eficiente, que assistimos ao desenvolvimento, via industrialização, destes países.

Internamente à América Latina este modelo teve como núcleo teórico pensante e difusor principal a CEPAL - Comissão Econômica Para a América Latina - que também estava profundamente influenciada pela lógica produtivista industrializante (Mello, 1982 : 21).

Por outro lado, a adesão política e ideológica da maioria dos países latino-americanos à proposta *pan-americanista* propugnada pelos EUA e sob a liderança deste, foi a base para a construção de estruturas sociais, políticas e econômicas que proporcionaram a estes países, e às suas elites, a ilusão de poderem alcançar os mesmo patamares civilizatórios da matriz à qual se filiaram (Santos, 1994 : 109 - 114).

1. 3. O VIÉS ESTATAL

Um segundo aspecto a ser salientado diz respeito ao papel econômico exercido pelo Estado, o que já foi anteriormente e por várias vezes citado, embora que de forma superficial. A intervenção estatal na economia perpassa todos os processos econômicos do pós-guerra e diz respeito a todas as experiências. Aliás, esta foi uma das principais características da economia do pós-guerra: O reerguimento das economias destruídas pelo conflito bélico encontrou nos Estados seu principal suporte.

Nos países socialistas, o papel do Estado já era predominante anteriormente à guerra visto que a planificação estatal fazia parte do cerne do ideário dos líderes das revoluções socialistas, alcançando todas as esferas da vida econômica, atuando como Estado-empresendedor e planificador, diretor central dos fluxos econômicos tanto na esfera produtiva quanto na circulação e consumo¹¹.

¹¹ A única coisa que, para os líderes da revolução, diferenciava este Estado-empresário do modelo burguês empresarial era o fato de que na economia estatal socialista o comando estava sob o poder das classes laborais, produtoras, ou melhor, dos operários:

"Encontramos a ilusão acerca do socialismo estatal de forma exemplar em Lenin, que declarou o Estado planejado e baseado na economia de guerra do Império Alemão como sendo praticamente o modelo da economia soviética prestes a nascer, desde que outro tipo de poder social se servisse dele (grifo nosso) (...)"

Lenin dá mais um passo à frente no artigo Sobre o infantilismo 'esquerdista' e o espírito pequeno-burguês (grifo do autor), (...) ,no qual ele, sob a pressão das circunstâncias, abandona a idéia de libertar do 'capitalismo estatal' o ominoso 'mecanismo da direção social da economia' , com sua forma totalmente indefinida, pretendendo instrumentalizar

Nos países capitalistas, a participação do Estado via planos só começou a ocorrer no após guerra. O que justificou a sua adoção, entre outras coisas, foi a necessidade de, em função da escassez de recursos, priorizar-se áreas de investimentos:

"...Após a Segunda Guerra Mundial, em janeiro de 1946 aprovou-se na França um plano, chamado de modernização e equipamento porque pretendia consagrar uma política de renovação e infra-estrutura em relação àquelas atividades consideradas essenciais, política que era exigida pelas próprias condições econômicas e sociais em que se encontrava a sociedade do pós-guerra (grifo nosso)..." (Salvat, 1979 : 21-22).

Tal qual a França, outros países também passaram a adotar planos semelhantes como foi o caso da Noruega em 1947, Holanda em 1950 e a Grã-Bretanha, entre outros.

Além dos países em reconstrução da Europa também os países em ascensão do Terceiro Mundo, passavam a adotar os métodos de planificação econômica:

"...Além disso, os métodos de planificação penetravam nos países chamados do Terceiro Mundo, quando estes acederam à independência política, ou após uma mudança institucional (...) e assentavam raízes como instrumento fundamental de organização da produção e da distribuição do consumo nos países com governos de democracia popular..." (Salvat, 1979: 23-24).

Mas, será que apenas o fato de priorização de recursos dado a sua escassez, explica a necessidade de adoção de planos por parte dos países centrais? Seria esse o único motivo para justificar a intervenção do Estado na economia? E o que dizer dos

diretamente o próprio capitalismo estatal:

"...Temos ali a 'última palavra' de uma técnica moderna, baseada no grande capital, e de uma organização planejada, ambas submetidas ao imperialismo da aristocracia agrária e da burguesia. É só tirar as palavras sublinhadas e colocar no lugar do Estado militarista - dominado pela aristocracia agrária - ,burguês e imperialista, outro Estado, de tipo social diferente, com outro conteúdo no que se refere às classes, o Estado soviético, isto é, um Estado proletário, e obter-se-á todo o conjunto de condições das quais resulta o socialismo. O socialismo não pode ser imaginado sem a técnica baseada no grande capital, que se constitui segundo a última palavra da ciência mais moderna, e sem a organização estatal planejada, que obriga milhões de pessoas ao cumprimento mais rigoroso de uma norma uniforme na fabricação e distribuição de produtos." [Lenin, 1978 (1918), pp. 331 ss]

Tais observações são extraordinariamente características não apenas de Lenin ou do bolcheviques, como também do movimento operário daquela época em geral (inclusive o ocidental) e ainda dos adversários diretos de Lenin, da 'extrema esquerda', na discussão mencionada..." (Kurz, 1993: 46-48).

países do Terceiro Mundo para fazer uso de tais medidas?

Entendemos que os motivos acima elencados apenas em parte contemplam a realidade, mas é preciso buscar outras respostas. Um primeiro dado a ser acrescentado é o fato de que a Segunda Guerra Mundial representou apenas um momento, o ápice, do conflito entre os capitais que começavam a ultrapassar as fronteiras dos Estados-nações. Todavia, esse movimento tinha, contraditoriamente, nos Estados-nações a sua base de sustentação. Era o momento da ascensão do capital financeiro, onde assiste-se à fusão de interesses entre os capitais bancários e industriais e destes com os governos (Lenin, 1924: 41).

E mais, aqui assistimos ao surgimento e fusão dos monopólios privados e estatais (Lenin, 1924: 71).

Portanto, o Estado, além do que se pode imaginar, tem um importante papel para a expansão do capital, pois é sob os seus auspícios que este pôde *partilhar o mundo*:

"...A caça às colônias empreendidas por todos os Estados capitalistas, no fim do séc. XIX, e, sobretudo a partir de 1880, é um fato universalmente conhecido na história da diplomacia e da política externa."(Lenin, 1924: 77).

E mais:

"...Por volta de 1914, estas quatro potências readquiriram 14,1 milhões de quilômetro quadros de colônias, ou seja, uma superfície quase vez e meia maior que a da Europa, com uma população aproximadamente de 100 milhões de habitantes..."(Lenin, 1924: 80).

Esta é, pois, a realidade que vamos encontrar anteriormente ao conflito que se inicia em 39. Ou seja, a ascensão do Estado (de alguns Estados-nações) à figura de também monopolista, responsável pela garantia dos interesses capitalistas sob suas soberanias e da expansão desta sobre o mundo via processo de conquistas de territórios transformados em colônias. O eclodir do conflito mundial se deu como crise e desestruturação desta ordem mundial, com o conseqüente surgimento de outra ordem mais apropriada e sob o comando de uma nova liderança - os EUA - como aliás já foi visto.

Portanto, o fim do conflito mundial em 1946 não encontra o Estado em decadência. De fato, assistimos a uma redefinição do seu papel - que a partir de então passa a visar à construção de *economias mundiais abertas*, visto que as forças hegemônicas que o comanda, tanto em um campo quanto em outro, compartilham de tal orientação - porém o campo está fértil para empreendimentos estatistas visto que este era o instrumento por excelência para comandar um novo processo de acumulação capitalista¹².

Já vimos qual o papel que o Estado desempenha nas *economias de comando estatista*¹³ dos chamados países socialistas e a sua importância. Certamente não era na mesma perspectiva da orientação socialista - qual seja a da superação do capitalismo - que passou a se dar a intervenção dos Estados nas economias ocidentais, muito pelo contrário, era na perspectiva não só da manutenção desse

¹² Aliás, já em meados do pós-guerra, surge a crítica ao Estado capitalista intervencionista, sendo que esta era feita já a época pelos atuais vencedores das teses neoliberais:

"Começamos com as origens do que se poderia definir por neoliberalismo como fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado. O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão (grifo nosso), de Friedrich Hayek, escrito em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mais também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: 'Apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão - uma servidão moderna'.

Três anos depois, em 1947, enquanto as bases do Estado de bem-estar na Europa do pós-guerra efetivamente se construíam, não somente na Inglaterra, mas também em outros países, neste momento Hayek convocou aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça. Entre os célebres participantes estavam não somente adversários firmes do Estado do bem-estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americano. Na seleta assistência encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupker, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros. Ali se fundou a Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o Keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro. As condições para este trabalho não eram de todo favoráveis, uma vez que o capitalismo avançado estava entrando numa longa fase de auge sem precedentes - sua idade de ouro -, apresentando o crescimento mais rápido da história, durante a décadas de 50 e 60. Por esta razão, não pareciam muito verossímeis os avisos neoliberais dos perigos que representavam qualquer regulação do mercado por parte do Estado. A polêmica contra a regulação social, no entanto, tem uma repercussão um pouco maior. Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado do bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo - na realidade imprescindível em si -, pois disso precisavam as sociedades ocidentais. Estas mensagens permaneceu na teoria por mais de 20 anos." (Perry Anderson, 1995: 9-10).

¹³ Conceito usado por Kurz para denominar as economias do bloco socialista e dos Países do Terceiro Mundo.

sistema, como do seu avanço. Para tal, vários foram os meios de que lançaram mão os governos, para implementarem políticas que solidificassem economias de mercado mesmo que esse funcionasse a partir de uma regulação estatal e, por que não dizê-lo, até em função mesmo da existência dessa regulação.

Do ponto de vista teórico, foram os princípios defendidos pelo economista John M. Keynes, que se consagraram como referencial mais importante para justificar a implementação destas políticas (Kurz, 1993: 20).

Portanto, para Keynes, a necessidade da intervenção do Estado nos processos econômicos, e, mais precisamente, na regulação dos mercados via as grandes variantes macroeconômicas, apontava no sentido da maximização em benefício do e para o capital.

Os instrumentos usados pelos governos que seguiam esta orientação iam desde a manipulação de algumas variantes econômicas sob o poder do Estado, no sentido de indicar o rumo geral da economia, inibindo e/ou estimulando os investimentos, tais como as políticas monetárias ou fiscais, como era o caso dos países centrais; passando pelo empreendimento direto estatal, ou seja, o Estado assumindo o papel de empresário, investindo diretamente em bens de produção e/ ou de consumo, como foi o caso principalmente dos países em desenvolvimento do Terceiro Mundo; até as políticas de compensação, com programas redistributivos de renda, via a consolidação de uma ampla rede de seguridade social, como foi o caso dos países que adotaram o *welfarestate*.

Nas economias ocidentais, portanto, e ao contrário das economias ditas socialistas, adotou-se o que algumas literaturas especializadas chama de **planos indicativos**, ou seja, onde o mercado, ao contrário do que poderia parecer, continua a ser o carro chefe da economia, ou ainda, falando de forma mais precisa, o plano existia em função da garantia da continuidade do mercado (ao contrário do plano socialista, que visava a sua eliminação):

*"Nos países em que se introduziu a planificação indicativa **persistem os mecanismos de mercado** (grifo nosso), aos quais corresponde a missão fundamental de atribuir de forma descentralizada os recursos através das decisões tomadas pelas unidades elementares de consumo e de produção, de acordo com o sistema de preços. Deste modo, à planificação é reservado um*

outro papel: o de formular uma previsão sobre a evolução da economia e, com esta previsão, propor medidas corretivas da política econômica. As disposições do dito plano tem caráter vinculatório só para o setor público, sendo meramente indicativas para o setor privado, ao qual se propõem sugestões sobre os objetivos que se consideram adequados e sobre o qual se atua através dos mecanismos de mercado. Assim, os meios de política econômica podem ser indiretos, baseados na utilização de um sistema de estímulos ou imposições ou em intervenções globais do Governo sobre a oferta ou a procura em alguns mercados (quer se trate de mercados de bens, de dinheiro ou de valores) em particular ou no conjunto da economia (grifo nosso)."(Salvat, 1979: 60).

É comum ainda se ouvir dizer que a teoria de Keynes nasce como uma reação aos princípios econômicos defendidos pela teoria clássica, que à época estavam sendo postos em questão pela realidade da crise econômica em que estavam vivendo os países ocidentais, crise esta de superprodução, a qual jamais acreditaram os economistas desta corrente, a partir dos princípios por eles defendidos, que o capitalismo chegaria.

Todavia, temos razão para pensar que tal conclusão é por demais simplista. Apesar de realmente Keynes ter como objetivo explícito fazer a crítica àqueles princípios, acreditamos que sua teoria vem também como uma resposta alternativa às perspectivas que nascem com o surgimento, para a época, do recente campo socialista. Neste sentido, o pensamento de Keynes, além de uma reação aos princípios da teoria clássica, é também uma reação às teorias econômicas do socialismo que começavam a disputar a hegemonia mundial pós-revolução soviética¹⁴.

¹⁴ Apesar de hodiernamente assistirmos à falência do modelo implementado por aqueles que se autoproclamaram países socialistas, não podemos nos esquecer que:

"...a despeito de ingressar tardiamente na industrialização, a URSS chega à Segunda Guerra respondendo por quase 1/5 da produção manufatureira mundial. Por certo isso se deveu basicamente às políticas econômicas postas em prática no começo dos anos 30 (...) Ultrapassado o período de guerra civil, da nova política econômica e dos expurgos stalinistas, por volta de 1938, a URSS detinha 18% da produção manufatureira mundial. Entre 1931 e 42, o crescimento industrial mostrou-se aceleradíssimo e bem superior ao norte-americano (...) Nos anos 50 (...) a produção industrial e a produtividade crescem consideravelmente..."(Muller, 1987: 39-41).

Tudo isso foi conseguido em função da adoção dos métodos de planificação econômica e num momento em que o campo capitalista estava em crise e os seus referenciais teóricos não lhes davam resposta. Mesmo que hoje estejam à mostra os erros e falhas dos modelos da planificação, para o momento histórico em que a humanidade estava vivendo, de crise do capitalismo e das teorias que lhe davam sustentação, a adoção do plano representou uma novidade, bem como uma alternativa, visto que o momento era fértil para a intervenção estatal na economia.

Portanto, a adoção, por parte dos países do campo capitalista, de métodos de intervenção estatal na economia visando regular o mercado, bem como os princípios do pensamento teórico de Keynes que serviram como base de sustentação teórica para implementação dessas políticas, é a contraface - teórica e prática - da intervenção estatal nas economias dos países socialistas.

Neste sentido é que podemos afirmar que ambas as experiências, guardadas as suas devidas proporções, têm e guardam entre si o que Kurz chama de *fundamentos comuns dos sistemas*¹⁵. Por outro lado, como diz ainda o próprio Kurz (1993: 19-20):

"...Desde os anos 50 teorias ocidentais de convergência (Grifo nosso) tem prognosticado uma assimilação, seja por bem ou por mal, das formações sociais que apenas superficialmente excluem uma à outra.

Por um lado explicou-se esse parentesco interno com as condições prévias comuns da modernidade, na área da técnica e das ciências naturais (...)

Por outro lado, as idéias de convergências alimentou-se daquelas teorias econômicas fundamentadas em Keynes que sustenta a necessidade inevitável tanto de mecanismos de mercado como de regulamentação estatal..."

Ainda no que diz respeito a teoria de Keynes não podemos nos esquecer de que esta tem como fundamento básico o *emprego*, ou o *pleno emprego*, ou ainda, em outras palavras e fazendo uso da categoria marxista, a base da teoria Keynesiana está no uso da *força de trabalho abstrata*. Portanto, dentro da perspectiva da **sociedade de trabalho** de Kurz, já acima exposta, ambos os sistemas sofrem da mesma limitação qual seja:

"...conservar à força o invólucro formal dessa forma valor (a força de trabalho abstrata), manter seus frutos (salário, preço e lucro), apesar de estes terem perdidos sua substância."(Kurz, 1993: 81).

Aliás, um dos principais instrumentos propostos por Keynes para a garantia do *pleno emprego*, o investimento, encontra-se hodiernamente diante de uma profunda limitação prática. Quando fala de investimento Keynes aponta este como principal base para geração de empregos junto com o seu *efeito multiplicador*. Todavia, a atual revolução tecnológica que tem servido de base para novos investimentos tem cada vez

¹⁵ Kurz, 1993: 19

mais posto em xeque esta tese, visto que seus efeitos não têm gerado novos postos de trabalho, ou o tem feito cada vez mais em menor intensidade que no padrão tecnológico anterior. Como consequência, assiste-se hoje a uma falência deste modelo, visto que nos países centrais o desemprego estrutural é uma realidade¹⁶.

Por outro lado, também no que diz respeito ao plano (a adoção da planificação *estritu sensu*), pelo menos duas limitações são apontadas em algumas literaturas sobre o assunto, ambas extremamente atuais. A primeira diz respeito ao fato dos planos não levarem em conta as diferenciações de classes da sociedade, e a segunda ao fato de assistirmos a um processo de internacionalização do capital que quebra a lógica territorial, a nação, em que os planos funcionavam e para o qual eram formulados:

"...a prática da planificação aplicou-se somente nos aspectos globais, de conjunto, ou nacionais de uma economia, não prestando nenhuma atenção ao que era o processo real da formação de capital. Neste sentido poderiam citar-se dois elementos suficientemente significativos, que alteraram o modelo tradicional de planificação: em primeiro lugar, a visão global de uma economia nacional não descobria a diferente função atribuída às classes sociais na produção e distribuição da renda (...), com o que isto implicava em relação à distribuição da renda e sua decomposição entre consumo e acumulação; em segundo lugar, a contemplação de unidades nacionais de política econômica não tomava conhecimento do processo de internacionalização do capital, isto é, da penetração do capital estrangeiro, de seus investimentos diretos, do papel das empresas multinacionais, etc., deslocando as decisões sobre o investimento a níveis transnacionais e ajustando, conseqüentemente, a estrutura produtiva interna.

A presença cada vez mais freqüente destas circunstâncias colocou em evidência a fragilidade dos modelos de política econômica que se adotavam. Com referência ao primeiro elemento que destacamos - o conteúdo contraditório da unidade sobre a qual opera o governo - os artificios técnicos foram parcialmente deslocados pela necessidade de levar em conta as relações sociais (...); em relação ao segundo - a

¹⁶ Por outro lado, o remédio que se tem adotado como alternativa é a volta às velhas teorias clássicas revestidas no discurso neoliberal.

internacionalização dos investimentos - fizeram sua aparição novas conclusões sobre a reação do país aos fluxos mundiais deste processo de acumulação e aos custos internos duma possível resposta (...). Se isto explica o momento de confusão por que passa o fenômeno da planificação, também introduz novos elementos às mesmas medidas através das quais se produzem os investimentos, a formação da poupança, etc., com a conseqüente dificuldade de controlar as forças cegas (grifo do autor) dum esquema mundial de acumulação." (Salvat, 1973: 28-32).

Talvez esteja na base destas limitações as respostas por um lado, para o assistir-se à falência dos regimes que adotaram os rígidos processos de planificação, como foi o caso dos países de *economia de comando*. Por outro lado, vemos com clareza que o atual processo de internacionalização do capital pôs em xeque as intervenções do Estado na economias capitalistas fazendo com que os atuais princípios econômicos neoliberais sejam vitoriosos.

1. 4. O PAPEL DAS CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS - CTS

Um terceiro fator que caracteriza o capitalismo pós-guerra é o surgimento das *corporações transnacionais* ou, como alguns preferem chamar, as CTS. Verdade que o surgimento deste processo de internacionalização do capital é anterior à 2ª Guerra, todavia, só após esta se verifica a sua intensificação bem como suas novas características (Muller, 1987: 32).

Por outro lado, anteriormente à guerra, o capitalismo assistia ainda à predominância de sua fase de conquistas colonialistas, onde o mais importante não era, como se descobrirá depois, a conquista de ninchos de mercados, mas a anexação de territórios como forma de garantir o poder. Tanto é assim que ainda até os idos dos anos 40 o império Inglês encontra-se como detentor de um grande número de colônias.

Para tanto, era necessário ao capital dá um novo salto *civilizatório* - dada a sua necessidade de se internacionalizar e, por outro lado, tendo o conflito mundial demonstrado que as disputas territoriais não era o meio mas eficaz para tal, mas , ao contrário, só viria travar este avanço - liberando as antigas colônias do jugo dos seus

respectivos impérios. Este, portanto, foi um dos movimentos e uma das exigências que, politicamente, a comunidade internacional do imediato pós-guerra reclamava, e dos quais economicamente, o capital necessitava.

Juntamente com a independência dos antigos territórios agora transformados em Estados, assistimos também ao surgimento dos países em vias de desenvolvimento industrial, ou seja, os até recentemente Estados exportadores de matérias-primas que buscam agora alçar na comunidade internacional o *status* de nações desenvolvidas. Por fim, assistimos também a necessidade de reestruturação dos parques produtivos dos países europeus destruídos pela guerra.

O conjunto destes fatores, somada à necessidade que tinha a nova liderança capitalista mundial, os EUA, de propagar o seu padrão industrial, foi o terreno fértil que as CTs encontraram para difundirem-se.

A nova ordem mundial do pós-guerra vem, portanto, quebrar a lógica capitalista anterior onde predominava a disputa por territórios, via colonização, impondo uma nova forma de domínio que, sendo indireta e sutil era, todavia, muito mais eficiente. Trata-se exatamente do fenômeno da multinacionalização dos processos produtivos, onde uma vasta rede de empresas dos países capitalistas centrais, principalmente, num primeiro momento, os EUA, desloca seus parques produtivos para países onde podem gerar um maior excedente de capital, seja via a exploração da mão-de-obra, seja via garantias de um mercado cativo com forte proteção para a indústria instalada, seja via outros mecanismos e vantagens.

No Terceiro Mundo tal processo se deu à custa de um profundo endividamento externo, apropriadamente chamado por alguns de *industrialização endividada*¹⁷ seja na sua versão de *substituição de importações* seja na forma de *industrialização para exportação*.

Apesar de que uma análise meramente quantitativa das CTs, como diz Muller (1987: 92-93):

“...nada diz(er) sobre o sistema econômico mundial. No entanto, há certas informações que, exatamente por suas magnitudes, intrigam qualquer observador e incitam-no a pensar na capacidade analítica dos esquemas disponíveis. Esse é o caso da evolução do número de filiais das CTs...”

¹⁷ Kurz, 1993: 173.

Continuando mais adiante:

"...o fato de o número de filiais passar de cerca de 1500 antes da Segunda Guerra para 3300 novas filiais nos 15 anos subsequentes ao conflito bélico, somando (...) mais de 4800, e que esse número salta para mais de 27 mil em 1971 e daí pula para cerca de 98 mil, parece que estamos frente a alguma coisa que sofreu a velha metamorfose da quantidade em qualidade..."

Só para se ter uma idéia da importância e do peso dos investimentos estrangeiros no imediato pré e pós-guerra, do qual uma parcela importante cabem às CTs, bem como da sua origem, seu destino e deslocamento, principalmente no que diz respeito ao Terceiro Mundo¹⁸ e consequentemente ao seu processo de industrialização, basta analisarmos a tabela por investimento estrangeiro diretos (anexo 1). Uma primeira e importante constatação que podemos tirar no que diz respeito aos países do qual se originam os investimentos é a acentuada queda do peso econômico da Inglaterra que é substituída ao longo do tempo pelos EUA; realmente se, em 1914, aquele país responde por 45,5% dos investimentos contra 18,5% deste, já em 1971 encontramos uma total inversão, ou seja, 14,8% contra 51,7% respectivamente. E isto não só percentualmente quanto também em termos nominais. No que diz respeito aos países do Terceiro Mundo, o que constatamos é que ao longo dos anos cai percentualmente a sua participação nos investimentos. Se, em 1914, 62,8% contra 37,2% destes eram dirigidos para esses países, já em 1978 assistimos a uma total inversão, 27,8 % sendo dirigido para o Terceiro Mundo contra 69,6% que se dirigem (ou ficam) nos países desenvolvidos. Este movimento é compreensível, visto que no imediato pós-guerra assistimos à necessidade de reconstrução da Europa destruída. Todavia, se percentualmente diminui a participação dos países *em desenvolvimento* e *subdesenvolvidos* nos investimentos internacionais, em termos nominais estes crescem substancialmente, até porque se assim não fosse não teríamos assistido aos processos que, principalmente na América Latina, deram origem a sua industrialização via endividamento externo, tanto na versão substitutiva quanto exportadora.

¹⁸ Ou seja, os países *sub* e *em desenvolvimento*. Aqui compreendido os países de economias primário-exportadoras principalmente da América Latina, os países ex-coloniais da África e os NICs - Novos Países Industrializados - asiáticos.

Por outro lado, como diz Muller (1987: 93-94):

*"...admitida a idéia de que nesse período a internacionalização da produção avançou extraordinariamente e mais, de que os fundos financeiros para tal não tem mais necessariamente recursos enviados pela matriz e tampouco recursos captados no país de origem, torna-se difícil afirmar que os países de origem dos investimentos sejam, nas proporções indicadas pela tabela (no caso a tabela supra), realmente aqueles países mencionados; pode-se perfeitamente admitir que os mais de 7% dos investimentos oriundos da Suíça até 1978 dizem respeito a empresas norte-americanas ou canadenses ou inglesas, o mesmo vale para os outros países. **Esse deslocamento do capital em face de sua origem territorial-política é uma das manifestações da internacionalização** (grifo nosso)".*

1. 5. A HEGEMONIZAÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO

O sexto e último pressuposto para o qual chamaremos a atenção no que concerne ao capitalismo do pós-guerra diz respeito exatamente ao processo de aprofundamento e hegemonização a que se assiste do capital financeiro. É bom que se diga desde já que esse processo perpassa direta ou indiretamente todos os outros aspectos anteriormente estudados.

O atual sistema financeiro internacional se origina com a **Conferência de Bretton Woods**, realizada em 1944, com o objetivo de: *"...regular, ao término da II Guerra, a nova economia do mundo"*.

"Quase no fim da Segunda Guerra Mundial, em 1944, realizou-se em Bretton Woods, nos Estados Unidos, uma conferência sobre temas monetários internacionais. A convocação de tal reunião tinha razão de ser. A guerra estava chegando ao fim e era necessário preparar as economias para uma etapa de paz. Era necessário estabelecer a bases de um sistema monetário internacional que, por um lado, favorecesse o processo de reconstrução que se previa como imprescindível, mas que, por outro lado, evitasse que a situação econômica dos países devastados pela guerra conduzisse os seus governos a adotar políticas de caráter

nacionalista que recordassem as existentes antes da conflagração..."
(Salvat, 1979: 46).

Realizada já sob os auspícios da bipolarização dos blocos que se consolidaria nos anos seguintes, assistimos logo de início a retirada da URSS e dos países de suas esferas de influências, da reunião (Salvat, 1979: 60).

Ficando portanto a Conferência circunscrita apenas aos países do bloco ocidental e sendo os EUA a única potência do mundo capitalista a sair do conflito com grandes reservas mundiais de ouro, estando desta forma desfrutando de hegemonia econômica e também, por que não dizer, militar, as decisões da conferência sofrem de maneira decisiva a influência deste país que assim consolida a sua posição de líder no cenário mundial:

"...Baseado no padrão ouro-divisas, o sistema deu à moeda norte-americana status de moeda internacional (a onça de ouro teve a taxa de cambio fixada em US\$ 35) e legitimou os Estados Unidos como potência hegemônica..."(Cadernos, 1993: 24).

E mais:

*"Nas discussões travadas em Bretton Woods algumas coisas ficaram claras. Em primeiro lugar, que o sistema que se pretendia instaurar se destinava a resolver o problema dos países já industrializados e, em segundo lugar, **que o controle das decisões coube aos Estados Unidos, devido à hegemonia econômica e militar de que disfrutavam** (sic) (grifo nosso)".*(Salvat: 1979: 60).

A reconstrução européia, primeiro desafio a ser enfrentado nesse novo contexto, implicaria, por parte dos países que formam o continente, importações massivas para reestruturar o seu parque produtivo o que levaria a consolidação de enormes *déficits*. A posição dos EUA, favorável ao livre câmbio de mercadorias, além de prever formas de financiamentos desses *déficits* apontava para a necessidade de construção de um sistema monetário em que, passado o período *sui generis* que implicava a reconstrução, mantivesse o intercâmbio internacional *num clima de máxima liberdade*:

"...Esta liberdade incluía, ou deveria incluir, a livre convertibilidade das moedas, que se evitassem os travões ao comércio mundial (elevados direitos aduaneiros ou restrições quantitativas, desvalorizações competitivas, etc.), e ao mesmo tempo que se proporcionasse a máxima

liberdade aos movimentos internacionais de capital" (Salvat: 1979: 48).

Sendo essa a base sobre a qual deveria repousar o sistema, os seus fundamentos basearam-se no denominado **Gold Exchange Standard**, ou seja:

"...aquele em que as reservas dos países iam ser constituídas pelo ouro e por algumas moedas de reserva ou moedas-chave (dólar ou libra esterlina), que seriam automaticamente convertíveis em ouro ao preço fixo de 35 dólares a onça troy (...). Por outro lado, cada moeda estabeleceria a sua paridade de acordo com o ouro ou a modalidade de câmbio com o dólar; deste modo, todas as moedas ficavam relacionadas entre si. Esta modalidade de câmbio ou paridade tinha uma boa dose de fixidez, já que só eram permitidas oscilações de 1% acima ou abaixo da modalidade de câmbio em relação ao dólar ou ao ouro..." (Salvat, 1979: 48).

Como se pode concluir, as chamadas moedas-chaves eleitas foram, respectivamente o dólar e a libra esterlina, mas, na verdade, na prática só o primeiro prevaleceu, isso tendo em vista, por um lado o papel a partir de então assumido pelos EUA de afluente maior e, porque não dizê-lo, único da reconstrução da base produtiva da Europa, por outro lado, este país, sem sombra de dúvidas, era à época o maior detentor mundial de reservas de ouro, chegando estas entre 1945 e 1950 à casa dos quase 25 de milhões de dólares, o que representava 68% das reservas mundiais dos países capitalistas.

Para garantir que o sistema funcionaria e, ao mesmo tempo, tendo em vista que poderiam alguns daqueles que aderiram a ele chegar ao ponto de não poder cumprir a sua diretriz, causado pelo que se denominou de um possível *desequilíbrio fundamental*, foi aprovado ainda em Bretton Woods a criação do que viria a ser o FMI - Fundo Monetário Internacional - . A criação dessa instituição causou polêmica entre os participantes britânicos, liderados por J. M. Keynes e americanos da Conferência, visto os distintos pontos de vista quanto à sua natureza; para os primeiros o Fundo deveria funcionar com uma agência internacional de compensação, como o próprio Keynes denominava, seria uma *União Internacional de Compensação*; por outro lado, e foi o que prevaleceu, para os americanos o Fundo seria formado por um sistema de "cotas" que cada país deveria entregar podendo, quando necessitasse, adquirir o 'direito de saque' proporcionalmente ao que lhe competisse, sendo que o que passasse deste

montante seria a título de empréstimo, o que, para ser concedido, implicava por parte do governo requerente a submissão a uma série de medidas econômicas impostas pela direção do Fundo. Por outro lado, o poder de voto nos órgão do Fundo era proporcional às cotas que cada país dispunha, o que em determinado momento fez dos EUA o país com maior poder de decisão junto à instituição, visto que suas cotas chegavam a pouco menos de 25% do total. Se, no início, os recursos do FMI eram escassos já em 1959 alcançavam a cifra de 16.100 milhões de dólares.

Um outro organismo surgido como consequência de Bretton Woods foi o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD - também conhecido como Banco Mundial - BM - , essa agência teve como função principal, inicialmente, bancar o financiamento da reconstrução da Europa, com recursos americanos do 'Plano Marshall' (Salvat, 1979: 55).

Concluído esse processo, seus objetivos foram redirecionados para operações de fomento junto aos países do Terceiro Mundo.

Essas instituições assumem na década de 80 importante papel no processo de encaminhamento dos endividamentos de boa parte dos países do Terceiro Mundo - entre eles o Brasil - que se vêem, em função da inadimplência em que chegam, forçados a *recorrerem*, principalmente ao Fundo. Este, por sua vez, só se dispõe a socorrê-los se houver o compromisso claro por parte desses países de aplicarem o receituário de ajustes imposto pela instituição. Tal atitude representa, por um lado, uma ação clara no sentido de preservar os interesses dos países credores e de garantir o pagamento pontual dos débitos mesmo que para isso o sacrifício social seja incalculável; por outro lado, e mais importante, o FMI fazia valer, por meios impositivos, para os países em desenvolvimento, os pressupostos econômicos da nova tendência ideológica do capitalismo mundial de caráter neoliberal, que passava a predominar na sua direção, impondo os chamados *programas de estabilização e de ajuste estrutural*, principalmente no que concerne à política fiscal e de gastos públicos:

"A meio século de distância parece oportuno avaliar o papel que o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional efetivamente desempenham na economia mundial e, muito especialmente, nos capitalismo periféricos. Essas instituições cumpriram, e continuam fazendo em nossos dias, uma função eminentemente 'disciplinadora' dentro da economia capitalista internacional. Seu poder de fato aumentou a partir da década de 80,

quando as nações da periferia ou os elos mais fracos do mercado mundial sucumbiram diante do peso combinado da recessão e da crise da dívida. É por isto que a 'capacidade disciplinadora' do BM e do FMI foi eficaz sobretudo na periferia: na América Latina e na África, muitíssimo menor do que na Ásia e completamente nula na economias desenvolvidas.

O BM e o FMI são muito efetivos em pressionar para impor uma rígida disciplina fiscal na América Latina (grifo nosso), *mas suas recomendações são olímpicamente desconhecidas pelo governos dos países desenvolvidos...*" (Borón, 1995: 93-94).

O que ficou, pois, conhecido como sistema de Bretton Woods assumiu a configuração proposta pelos EUA. Para alguns, a sua consolidação e a resistência que teve ao tempo deve ter surpreendido os seus formuladores (Cadernos, 1993: 26)

Isso porque o caráter precário e, de certa forma, até artesanal e conjuntural em que fora formulado, deixara-lhe em uma profunda vulnerabilidade a qual parecia não fazê-lo resistir como o fez. Um primeiro aspecto dessa vulnerabilidade diz respeito ao fato de que o metal padrão, o ouro, bem como a moeda padrão, o dólar, que lhe garante a liquidez eram escassos e/ou insuficientes por parte dos países signatários do acordo, visto serem poucas as reservas de que dispunham, principalmente as nações da Europa. Com exceção dos EUA, que, como já foi visto anteriormente, tinham uma grande reserva de metal, esta era exígua por parte dos demais membros que acordaram com o sistema. Desde o início pois, para que o sistema funcionasse, assistimos, por parte das principais potências europeias, a uma política de endividamento para com os EUA (Salvat, 1979: 55).

Este, por sua vez, e tendo em vista manter a liquidez do sistema, assume uma política deliberada de déficit no seu balanço de pagamentos¹⁹:

"A procura deliberada de déficits ano após ano, a fim de oferecer liquidez ao sistema, pode considerar-se uma boa política. Todavia, a sua perpetuação não podia deixar de apresentar riscos muito importantes. O principal desses riscos era o perigo que corria a confiança na convertibilidade do dólar em ouro ao preço de 35 dólares a onça, que era uma das bases do sistema. A única forma de proporcionar liquidez

¹⁹ "...Como assinala Rueff, tratava-se de emprestar as joelheiras para poder continuar jogando". (Salvat, 1979: 55).

internacional, dada a escassa flexibilidade na extração de ouro, eram os **déficits** na balança de pagamentos dos Estados Unidos ou, por outras palavras, que outros países

obtivessem um **superávit** na sua balança de pagamentos com essa nação e, portanto, acumulassem dólares. **Enquanto a reserva de ouro dos Estados Unidos fossem superiores aos dólares que estavam em poder do estrangeiro, que em qualquer momentos podiam pedir a sua conversão, a convertibilidade do dólar parecia assegurada. Mas no caso de estes dólares serem tantos que pusessem em causa a capacidade de convertibilidade do Estados Unidos, a falta de confiança podia por em perigo a própria possibilidade de conversão** (grifo nosso)...".(Salvat, 1979: 55).

Um segundo aspecto, por sinal bastante relacionado ao primeiro e que apontava para a vulnerabilidade do sistema, diz respeito ao fato de não se garantir a criação ordenada de liquidez:

"...Esta deve ser entendida como a adequação dos recursos que constituem a liquidez internacional às necessidades de transação, reservas, etc., de cada momento. Quer dizer, em cada momento, a evolução das transações internacionais deve ser acompanhada da liquidez necessária, que não deve ser demasiada nem escassa. É certo que a liquidez não cria comércio, mas sim comércio liquidez; porém, no sistema monetário internacional, esta liquidez baseia-se em meios de pagamentos internacionais de características diferentes do que sucede com os meios de pagamentos nacionais. **A ausência de um mecanismo que assegurasse a criação ordenada de liquidez era a consequência lógica da própria base do sistema** (grifo nosso) , constituída, por um lado, pelas quantidades disponíveis de ouro (a preço fixo) , cuja produção mineira nada tem a ver com o aumento ou a diminuição das transações internacionais e, por outro lado, pelo **déficit** da balança de pagamentos dos Estados Unidos, que embora tenham uma certa relação com a evolução das trocas internacionais, não estão ambos forçosamente coordenados".

Por volta de 1959, assistimos ao fim do período de transição, com a recuperação econômica da Europa e, conseqüentemente, com a plena entrada em funcionamento do *Gold Exchanger Standard*:

"...nos primeiros anos de funcionamento o sistema desenvolveu-se nos limites determinados pela 'escassez de dólares', fenômeno que condicionou as medidas econômicas adotadas pelos governos..."(Salvat, 1979: 61).

A partir de então, esses mesmos países passaram a criar reservas de ouro e dólares:

*"...[os quais] provinham dos **superávits** que mantinham com os Estados Unidos. Estes dólares serviram para financiar o comércio com este país, para construir reservas e cancelar as dívidas existentes entre si..."* (Salvat, 1979: 61).

A Europa cria então a União Européia de Pagamentos:

*"...Com o objetivo de desenvolver as trocas entre os países da Europa Ocidental e a fim de evitar que os **déficits** prolongados das balanças de pagamentos entre eles pusessem em perigo a relativa liberdade de comércio existente (estavam em vigor tarifas alfandegárias, restrições quantitativas, etc.), e até que a situação permitisse a passagem à livre convertibilidade das moedas, institui-se um mecanismo transitório gerido pela União Européia de Pagamentos."* (Salvat, 1979: 61-62).

Todavia, já em 59, ano em que, como já foi dito, assiste-se a plena entrada em funcionamento do sistema criado em Bretton Woods, aparecem as primeiras crises monetárias:

"...E é a partir desse ano [1959] que se vai iniciar o aparecimento das crises monetárias que, se no início são espaçadas e relativamente pouco importantes, com o tempo ir-se-ão tornar mais freqüentes e espetaculares, até levarem o sistema de Bretton Woods a derrocada." (Salvat, 1979: 63).

Além dos elementos que dizem respeito às contradições do sistema propriamente dito, temos também outros que servem de ingredientes para gerar as crises que a partir de então tornam-se freqüentes e cada vez mais profundas, tais como: os crescentes *déficits* norte-americanos, que põem em perigo a convertibilidade do dólar;

a interdependência das economias e moedas dos diversos países, criada pela liberdade nas trocas e nos movimentos de capitais que a convertibilidade implica; o surgimento de um mercado internacional de capitais, o eurodólar e, por fim, o surgimento do sentimento por parte de alguns países da Europa, precisamente aqueles que formam a Comunidade Econômica Européia - CEE - de que o sistema *"lhes é em boa medida desfavorável em relação aos Estados Unidos, e que o peso de decisão que tem nos assuntos monetários não corresponde ao peso econômico que vão adquirindo."* (Salvat, 1979: 64).

Não resta dúvida que esse conjunto de fatores, se não foram determinantes, contribuíram em muito para a derrocada do sistema construído em Bretton Woods. Só para se ter uma idéia, basta vermos, como exemplos, conforme podemos ver na tabela (anexo 2), por um lado, o perfil que assume ao longo dos anos a dívida dos Estados Unidos para com os países credores bem como das suas reservas de ouro; por outro lado assistimos ao fenômeno do surgimento do mercado especulativo dos eurodólares

Como podemos ver na tabela citada (anexo 2) os EUA possuíam em 1959, em reservas de ouro, o equivalente a 19,5 milhares de milhões de dólares - ou seja 61% de todo o ouro dos estados capitalistas - enquanto que o total de sua dívida líquida não ultrapassava os 17,7 milhares de milhões de dólares. Já em 1960 assistimos pela primeira vez à inversão do valor das reservas em relação a dívida líquida, ou seja, as reservas de ouro americanas desce para 17,8 milhares de milhões de dólares contra uma dívida de 18,7 milhares de milhões de dólares. Em 1972, chegamos ao seguinte quadro: enquanto as reservas de ouro norte-americanas não chegam a 10,5 milhares de milhões de dólares, a sua dívida alcança o patamar de 77,5 milhares de milhões de dólares.

Ou seja, o que temos é que, já em 1960, os dólares em poder tanto dos bancos centrais como dos bancos particulares de outras nações ultrapassavam as reservas de ouro em poder do governo americano e quiçá dos bancos centrais dos demais países. A partir de então, alguns países, principalmente a França, começaram a se preocupar com a possibilidade dos EUA não manterem a capacidade de conversão.

Todavia, é bom que se diga que:

"As causas do déficit da balança de pagamentos encontravam-se fundamentalmente no déficit da balança de capitais e serviços, mais que na balança comercial. Esta última tinha apresentado saldo positivo até

1971, embora com tendência para diminuir. As principais saídas de capitais correspondiam à compra de ativos estrangeiros por parte de empresas norte-americanas que, a partir de 1956, se dirigiam de forma preponderante para a Europa, atraídas pelo importante mercado que ali existia, pela produtividade da mão-de-obra européia em relação ao seu custo e pelas desvalorizações, que ao longo do tempo tinham deixado o dólar sobrevalorizado. Outras causas foram as despesas militares no estrangeiro (...). Tratava-se, pois, em princípio, não de aspectos comerciais, mas, fundamentalmente, de domínio político, econômico e militar no exterior..."(Salvat, 1979: 72).

Outro elemento importante é que nos últimos anos da década de 50, mais, principalmente na década de 60 e se aprofundando na de 70, assistimos ao surgimento de um mercado internacional de capitais que ficou conhecido como de *eurodólares*. Este mercado consistia em:

"...moedas que, sendo ou não dólares, se encontram em poder de não residentes do país emissor.

...A característica do eurodólar é a sua grande capacidade de manobra, realmente extraordinária. As colocações no mercado são em geral a curto prazo e com elas pretendem-se obter lucros aproveitando quer diferentes tipos de juro, expectativas de revalorizações de moedas ou do ouro, ou simplesmente colocações favoráveis, e nem sempre especulativas. Por outro lado, este mercado, se é que se pode ser considerado como tal, embora tendo um importância realmente extraordinária, está pouco controlado pelos Governos (grifo nosso)."(Salvat, 1979: 72-73).

Apenas para se ter uma idéia, calcula-se que, em 1972, este mercado superava a quantia de 65 bilhões de dólares e, em 1973 já excedia os 100 bilhões.

Dado este conjunto de fatores que punham em xeque o sistema construído em Bretton Woods para fazer valer o projeto do capitalismo pós-guerra e preocupados com os destinos deste, já na década de 60 os países desenvolvidos propuseram uma reformulação do sistema monetário internacional. Já neste período assistimos a formação do "grupo dos dez", que em última instância eram os países que davam a palavra final sobre os destinos do mundo capitalista. No sentido, portanto, de apontar soluções, foi formado um grupo de trabalho que concluiu por várias propostas, todavia,

dado a inexistência de uma força hegemônica para impor seu ponto de vista, visto que já agora os EUA não mais detinham poder político e econômicos suficientes para tal, tendo ao contrário, que compartilhar com os seus aliados, nenhuma delas foi adotada. Ao final, surgiu como solução provisória e definitivamente não resolutiva, a criação dos chamados **Direitos de Saque Especial - DSE** - no fundo uma tentativa de misturar as diversas propostas apontadas, porém mais próximo dos princípios originalmente defendidos por Keynes e seus sucessores, mas que de longe funcionou como real alternativa.

Em 1972, mais precisamente no dia 15 de agosto, assistimos ao começo do fim do sistema de Bretton Woods, é que neste dia o governo norte-americano declara publicamente a inconvertibilidade de *jure* da sua moeda, fato de certa forma já esperado visto que de *facto* isso já era uma realidade. Desde antes mesmo desses fatos, dá-se início a uma série de negociações que finda em 18 de dezembro de 1972 com a assinatura de uma série de acordos que foram denominados de "smithsonianos", os mesmos:

"...estabelecem a desvalorização do dólar em 8% , a revalorização de outras moedas como o iene, o marco, o franco, a peseta, o florim, etc., e o desaparecimento da sobretaxa nas importações, mas o dólar continua inconvertível; as margens de flutuação são ampliadas para 4,5 %, mas os Estados Unidos não se comprometem a intervir para manter a paridade da moeda americana..." (Salvat, 1979: 106).

Todavia:

"Estas medidas, que o presidente Nixon qualificou como o 'acordo monetário mais significativo que já foi assinado na história do mundo' tiveram uma vida efêmera..." (Salvat, 1979: 106).

O que temos é que em 1973 assistimos em definitivo à derrocada do sistema montado em Bretton Woods, os acontecimentos do ano anterior, mesmo diante das tentativas desesperadas de alguns governos em sentido contrário, fizeram com que se desencadeasse ao longo desse ano uma série de medidas por parte de diversos países que foram fatais, pondo fim a qualquer esperança de manter uma política de câmbios estável nos moldes do padrão ouro:

"Em junho de 1972, perante a avalanche de libras que exigem reconversão, a Grã-Bretanha decide instaurar um sistema de câmbio flutuante (...) Mas será a partir dos últimos dias de janeiro de 1973 que a crise voltará aos mercados de câmbio (grifo nosso). Assim, a 23 de janeiro, perante a quantidade de libras e dólares que entram no país, a Suíça decide deixar flutuar o franco. No dia anterior, a Itália tinha estabelecido um duplo mercado de câmbios, um para a lira comercial e outro para a lira financeira..." (Salvat, 1979: 108).

Desta forma, estes e outros acontecimentos suplantaram de vez um sistema montado desde sempre numa base frágil, em que só aquele que o impôs - os EUA - saíram ganhando. O substituto provisório de facto do sistema é a aceitação tácita de uma cesta de moedas com câmbio flexíveis como instrumento de troca monetária internacional, aquelas dos países líderes económicos capitalista, estando, portanto, em base também pouco sólidas que a cada crise cria novas expectativas. Mas não sem razão que seja assim, posições teóricas defendem a manutenção de tal sistema.

Desde a derrocada, em início da década de 70, do padrão ouro definido em Bretton Woods e a partir de então, vemos avançar de forma "vitoriosa" as posições políticas/económicas/ideológicas que formam o conjunto do que se chama neoliberalismo. Assim é que, as medidas adotadas em 72 pelo governo americano foram defendidas intransigentemente por um dos maiores representantes atuais do neoliberalismo, Milton Friedman, que como fervoroso defensor das políticas de câmbio flexível, afirmou:

"Os Estados Unidos devem afirmar que um dólar vale um dólar; os outros países, se quiserem, determinarão o valor do dólar na sua própria moeda". (Salvat, 1979: 106).

De fato:

"...podemos dizer que, a partir de 1970, a ideia de modalidades de câmbio excessivamente fixas foi pouco a pouco abandonada. O país pioneiro na prática da flexibilidade das modalidades de câmbio foi o Canadá que, havia já muito tempo, tinha aplicado um sistema de câmbios flexíveis, de acordo com as ideias do economista Milton Friedman (...) A República Federal da Alemanha adotou nos últimos anos, e por várias ocasiões, um sistema de câmbios flexíveis ou oscilantes para evitar a entrada no país

de uma excessiva quantidade de divisas. O mesmo fizeram os Países Baixos, a Suíça, o Japão, etc.

Os partidários das modalidades de câmbios flutuantes argumentam que a sua existência implica que o ajustamento se realize, de certo modo, automaticamente (...) Em definitivo, a tese, muito defendida pelos Estados Unidos, é que quanto maior liberdade se der ao mercado de câmbio maior será o realismo nas modalidades de câmbio, pois estas serão fixadas pela oferta e pela procura de divisas e, portanto, refletirão a verdadeira estrutura das relações econômicas internacionais.” (Salvat, 1979: 125).

Em 1972, mais precisamente em setembro, o FMI realizou uma reunião. Nesta, o Grupo dos Vinte foi encarregado de redigir uma proposta para reforma do sistema que deveria ser apresentada até julho de 1974, devendo ser a proposta apresentada aprovada e posta em prática. Foram principalmente três os temas estudados pelo grupo:

O primeiro dos temas dizia respeito aos mecanismos que deveriam proporcionar ao sistema liquidez necessária e adequada à evolução das transações internacionais. Aqui foram os D.S.Es. que apareceram como elemento capaz de proporcionar essa liquidez. Duas posições se colocavam, uma que defendia a manutenção dos D.S.Es. conforme a sistemática em que até então funcionavam, outra que defendia que os mesmos fossem usados para financiar os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

Um segundo tema, dizia respeito ao estabelecimento de mecanismos mais apropriados a um ajustamento mais eficaz do balanço de pagamentos. Isso tanto no que respeitasse à manutenção constante de *déficits* quanto de *superávits*, por parte de um país, já que se assim fosse seria em detrimento de outras nações. Pelo sistema de Bretton Woods o processo de ajustamento deveria ser realizado pelos países com *déficits*. A proposta então apontada, e resgatando as idéias Keynesianas, era que esse equilíbrio fosse realizado tanto pelos excedentários quanto pelos deficitários:

“Sendo esta obrigação, em princípio, aceita por ambos os grupos, é necessário estabelecer agora quais serão os mecanismos de ajuste, e em que momentos se devem aplicar. A idéia subjacente aos acordos de Bretton Woods - e que não parece modificar-se - era a procura do livre-câmbio e do liberalismo econômico no que respeita às transações

internacionais, ou seja, evitar os controles diretos, as restrições quantitativas às importações e exportações e, em definitivo, todos os instrumentos de política econômica que implicassem o estabelecimento de concorrência desleal, tal como este termo é entendido nos países subdesenvolvidos. Há que acrescentar que, embora nas declarações e nos textos todos os países pareçam subscrever esta idéia, na prática, e por parte de todos os países, ela foi numerosas vezes esquecidas. Perante isso, parece que também nesta ocasião não será aconselhável procurar o ajuste através de métodos diretos (grifo nosso)." (Salvat, 1979: 123).

Por fim, o terceiro e último tema dizia respeito a qual devia ser o papel do ouro, do dólar e das restantes divisas dentro da nova ordem monetária internacional. Um primeiro elemento que se colocava dizia respeito à modalidade de câmbio. Pelo sistema de Bretton Woods este instrumento deveria ser pouco utilizado, todavia, como já vimos, desde os anos 70 esse passou a ser um mecanismo cada vez mais utilizado, tendo sido posto em prática inicialmente pelo Canadá, seguindo o receituário do economista Milton Friedman. Em seguida, vários países passaram a adotá-lo, sendo os EUA um árduo defensor da sua utilização. Apesar de sofrer várias restrições, a verdade é que cada vez mais os governos vêm fazendo uso do sistema *embora expresso com o eufemismo de 'câmbios fixos, mas ajustáveis'*. Outro elemento dizia respeito a que se encontrasse um indicador 'objetivo' para, apesar da aceitação consensual da flexibilidade, esse ser usado como referência, de forma que a flexibilidade não fique fora de qualquer arbítrio:

"A idéia norte-americana baseia-se em encontrar algum indicador 'objetivo' que, quando atingir determinado valor, estabeleça automaticamente a obrigação de o país desvalorizar ou tomar outras medidas equilibradoras..." (Salvat, 1979: 128).

Os EUA defendiam que este indicador fosse o volume de reserva de divisas de um país, a posição europeia era favorável a essa posição mais defendia que além desses outros indicadores fossem levados em conta. Por fim, como podemos ver pelas propostas surgidas, cada vez mais o ouro assume um papel secundário enquanto instrumento de liquidez:

"...O que se pode assegurar é a idéia da perda da importância do ouro no conjunto da liquidez internacional..." (Salvat, 1979: 129).

Outro problema dizia respeito ao excesso de dólares existente no mercado mundial.

Passados já muitos anos das propostas acima apresentadas pelo Grupo dos Vinte, o que assistimos é que nenhuma delas foram postas em práticas, pelo contrário, todas as contradições do sistema, ou de sua falta, estão presentes no sistema monetário internacional.

Vários aspectos que dizem respeito ao vazio deixado por BW podem nos chamar a atenção, todavia, citaremos apenas alguns: Um primeiro aspecto diz respeito ao fato de que, hoje, ao contrário do final do pós-guerra, não existe mais uma única potência econômica mundial, mas várias. Ou seja, de um mundo unipolar ou bipolar, se levarmos em consideração o poderio militar da URSS, existente no imediato pós-guerra, assistimos hoje à existência de um mundo pluripolar onde várias potências econômicas se sobressaem no contexto mundial cada qual buscando ocupar um espaço:

"Atualmente, a crise que o sistema atravessa é originada, entre outros motivos, pelo aparecimento ao lado dos Estados Unidos de outras potências econômicas rivais, tais como a Comunidade Econômica Européia (CEE) e o Japão. Quer dizer, de uma situação de chefia passou-se a outra bipolar ou tripolar, em que cada grupo procura instaurar um sistema favorável aos seus interesses." (Salvat, 1979: 46).

É dessa forma e a partir desse prisma que podemos vislumbrar o surgimentos dos atuais blocos econômicos e dos tão em voga mercados comuns. Isso, como é de se perceber, dificulta muito qualquer processo de negociação que leve em conta um consenso mínimo que acomode todos os interesses em jogo.

Um segundo aspecto diz respeito a relação entre as esferas do Estado, das empresas e do mercado:

"Podemos analisar as instituições maiores da economias modernas como um triângulo com três instituições centrais: os Estados, as empresas e os mercados. Cada um dos vértices desta figura detém um poder específico: o Estado, o poder político (...) as empresas, o poder empresarial (...) e o sistema de mercados, o poder da competição, o poder competitivo..."

(Therborn, 1995: 40-41).

Pois bem, se fizermos uma rápida revisão da história do capitalismo mundial vamos ver que, por volta do início do século XX até meados desse encontramos o capitalismo no que se tornou usual chamar de 'capitalismo desorganizado', ou monopolista, visto que aqui as empresas são relativamente mais fortes que os Estados e o mercado:

"Este período de expansão dos cartéis, das alianças entre as grandes empresas monopólicas, foi chamado de 'capitalismo desorganizado'. Foi esta, também, a etapa da queda e do decréscimo do comércio mundial. Por volta dos anos 30 se desenvolvia um capitalismo com tendências autárquicas." (Therborn, 1995: 42).

Já o imediato pós-guerra assiste a duas outras tendências. De um lado nos deparamos com o crescimento e a expansão dos mercados '*especialmente do mercado mundial de mercadorias*':

"...Nesta fase se produziu um fortalecimento dos mercados em comparação com as empresas..." (Therborn, 1995: 43).

De outro lado assistimos o crescimento do Estado tanto na Europa Ocidental quanto no restante do mundo, portanto:

"...Podemos dizer que, pelo menos até meados dos anos 70, o capitalismo se defrontou com a expansão dos Estados como dos mercados." (Therborn, 1995: 43).

Todavia, por volta de fins dos anos 70 e já especificamente nos 80, assistimos a um processo de interrupção e, em alguns casos, de reversão mesmo de crescimento dos Estados enquanto que os mercados assumem um papel preponderante. Para Therborn (1995: 43-45) que chama a esse novo momento do capitalismo mundial de '*capitalismo competitivo*', entre outras características importantes, as seguintes podem ser elencadas em razão de tal fato: tendo o processo de industrialização conhecido seu apogeu por volta dos anos 60, assiste-se a um relativo processo de desindustrialização, chegando-se ao que se denominou de *economia pós industrial* que implica em empresas menores e com uma maior dependência em relação ao mercado e as demandas dos clientes ou consumidores; por outro lado assiste-se à introdução de novas modalidades de produção graças ao desenvolvimento de tecnologias mais flexíveis; outro aspecto do crescimento do mercado foi a expansão

“...a promessa de uma nova prosperidade futura também passará vergonha nas próprias economias ocidentais, cujas zonas de normalidade começaram a diminuir do mesmo modo (grifo nosso). A lógica da crise está avançando da periferia para os centros. Depois dos colapsos do Terceiro Mundo nos anos 80 e do socialismo real no começo dos anos 90, chegou a hora do próprio ocidente...” (Kurz, 1993: 205 - 206).

Acredita o autor, todavia, que o princípio da rentabilidade ainda assistirá a uma última corrida de alento até ver o seu fim. Assim é, que afirma:

“Toda empresa que no mercado mundial faz parte dos vencedores apropria-se de determinada quantia de mais-valia global, em forma de dinheiro disponível; participa, portanto, na mais-valia global, e isto para muito além de sua própria produção de valor efetiva(...). Se o nível global da produtividade, e com ele o nível correspondente da rentabilidade, é tão alto (...) que perder significa, para cada vez mais unidades empresariais, a exclusão do mercado e, portanto, a destruição de capital, acontece que a cada volta do processo de concorrência diminui a massa global da mais-valia disponível, apta para ser apropriada, em relação à massa global do capital monetário aplicado, já que este tem que ‘crescer’ antes de transformar-se na forma-dinheiro (grifo nosso).” (Kurz, 1993: 206).

Por outro lado, e em função da mudança do padrão produtivo causado pela revolução técnico-científica, que exige cada vez menos exploração em massa da força de trabalho humana e, portanto, salários baixos, e cada vez mais absorção indireta de mais-valia causada em função dos novos métodos que apresentam produtividade superior e inalcançável, o que temos é cada vez menos transferência de valor da periferia para os centros:

“Se a transferência de valor das regiões dos grandes perdedores, com produtividade fraca, para os centros do mercado mundial deixa de basear-se no efeito dos baixos salários e na ‘exploração’ em massa de força de trabalho humana, baseando-se, ao contrário, na absorção indireta de mais-valia produzida em outros lugares, por parte da produtividade superior e inalcançável, é lógico que essa transferência dos

perdedores para os vencedores não pode continuar indefinidamente. Ao contrário, a cada paralisação de recursos numa região de perdedores que cai abaixo do nível exigido de rentabilidade diminui também a margem para outras transferências desse tipo (grifo nosso)." (Kurz, 1993: 206).

E estes problemas já se fazem sentir de forma muito concreta:

"Para os grupos de empresas ocidentais que dominam o mercado mundial, junto com seus enormes agregados de fornecedores, faz-se sentir esse problema na superfície do mercado, por causa da diminuição, nas sociedades pós-catastróficas, da capacidade aquisitiva produtiva, da perda, em grande parte, da solvência, e do colapso das estruturas estatais de crédito e subvenções (grifo nosso). Na prática, isso significa para os vencedores que seu glorioso triunfo na concorrência com as produções locais conduz entre os perdedores a um resultado muito indesejável: os mercados nesses países vão secando, pouco a pouco, também para eles. Com seus 'triunfos', destruíram também a capacidade aquisitiva nesses países. Apenas uma minoria decrescente nas sociedades pós-catastróficas ainda pode dar-se ao luxo de comprar os produtos ocidentais, enquanto paralelamente estão desaparecendo de seu mercado também os produtos nacionais." (Kurz, 1993: 207).

O resultado de tal processo é que a medida que cada vez mais as regiões do sul e do leste deixem de ser fonte de transferência de valor para o ocidente desenvolvido a luta pela distribuição se localizará cada vez mais entre si:

"Esse processo [o de perda de transferência de valores do sul e do leste para o ocidente desenvolvido] pode ser demorado. Mas já relativamente cedo começa a trazer também para o próprio Ocidente consequências que preparam a crise. Já que em cada vez mais países, está diminuindo a capacidade aquisitiva das massas, limitando-se a setores cada vez menores, as produções com maior produtividade tem que esforçar-se correspondentemente para estarem presentes em todos os mercados do mundo, lutando pela participação no mercado. Sua concorrência recíproca tem que intensificar-se consideravelmente, e com isto impõe-se

a mesma lógica de perdedores e paralisação também dentro do Ocidente (...)

De fato a pirâmide do mercado mundial apresenta há muito tempo também setores perdedores, em termos relativos, dentro dos países ocidentais da OCDE, que estão seguindo o mesmo caminho de regiões perdedoras do sul e do leste, só que com velocidade relativamente menor, num momento histórico diferente e partindo de um nível mais alto de produtividade. Pode-se comparar esse processo ao espalhamento de um tumor canceroso, através de metástases, por um corpo aparentemente saudável. **A princípio, o desemprego exteriormente quase imperceptível, somente registrado pela estatística, e a pobreza de certo número de indivíduos são os fatores pelos quais se expressa a destruição da capacidade aquisitiva mediante um nível de produtividade 'demasiadamente alto' para a lógica da mercadoria** (grifo nosso) (...)

Mas logo a seguir manifesta-se o tumor também exatamente, na forma de zonas de pobreza com caráter de guetos, nos centros urbanos. A princípio são, muitas vezes, apenas bairros isolados que estão com o estigma de terem 'caído fora' e transformam-se em focos de revolta potenciais. Essa fase já alcançaram, em extensão maior ou menor, todas as sociedades ocidentais, sem exceção, inclusive os vencedores 'absolutos' no mercado mundial, o Japão e a RFA. Mas o processo continua irrefreavelmente. **O que marca a próxima fase é que regiões inteiras estão 'caindo fora', morrendo em seu papel de regiões industriais porque suas indústrias foram derrotadas na concorrência dos mercados mundiais e já não podem levantar o capital monetário para continuar a corrida da produtividade** (grifo nosso)(...)

Até agora, falta no setor do mercado que se constitui pela OCDE apenas a última fase, a saber, a incapacidade de economias nacionais inteiras de concorrer no mercado mundial, segundo o modelo do Sul e do Leste. Mas a incapacidade crescente de alguns países de subvencionar ou de sanear mediante o setor terciário suas regiões perdedoras internas no mesmo grau em que fazem o Japão e a RFA, já indica que essa fase não está

... muito distante. O Sul europeu e todo o mundo anglo-saxão, principalmente os EUA, transformaram-se em economias deficitárias em declínio, que apenas podem ser mantidas no nível da OCDE mediante transferências monetárias externas.” (Kurz, 1993: 207-210).

O processo de disputa cada vez maior entre os capitais, dado o aumento da rentabilidade de uns e o atraso de outros, tem levado a uma destruição cada vez maior de recursos e capitais:

“... Quanto mais diminui a capacidade aquisitiva global, real ou produtiva, em virtude da destruição, mediada pela concorrência, de recursos e capital, e quanto mais se intensifica a luta entre os vencedores restantes, tanto mais cedo tem que ficar para trás na corrida da produtividade, também dentro da OCDE, economias nacionais inteiras, caindo abaixo do nível global da rentabilidade entrementes alçando.” (Kurz, 1993: 210-211).

Não apenas os países da OCDE mais também os EUA - a potência capitalista mundial número um - tem sido atingido por este processo, todavia, a atual crise que atesta a falência do modelo parece que ainda não foi, neste sentido, tido em conta por este país:

*“Ambos os países (se refere o autor a Grã-Bretanha e aos EUA) estão dissipando seus próprios recursos de capital monetário em um **consumo improdutivo a nível de potências mundiais** (grifo do autor) **consumo que no fundo já não se podem dar ao luxo de praticar há muito tempo** (grifo nosso): em armamento, apoio político no exterior, estacionamento de tropas no exterior, intervenções globais de todos os tipos, mas também no exigente consumo interno das camadas da classe média que não dispõem de economias suficientes.” (Kurz, 1993: 211).*

Exatamente aqui é que entra o atual padrão em que funciona o sistema monetário internacional em sua íntima interligação com as balanças de pagamentos dos respectivos países, pois que:

*“A queda de todos esses países da OCDE a posições inferiores no mercado mundial (...) torna esses países (bem como antes o Terceiro Mundo) cada vez mais dependentes de uma **inspiração artificial monetária na base de capital monetário estrangeiro** (grifo nosso)...*

Isso pode ser observado no desenvolvimento do comércio exterior. Dentro da OCDE, os fluxos comerciais internacionais transformaram-se numa só década em ruas de mão única. Sem dúvida, já houve antes o chamado *desequilíbrio comercial no mercado mundial* (...) Mas nunca antes chegou o *desequilíbrio* à mesma extensão, tanto absoluta quanto relativa, que alcançou no movimento do mercado mundial dos anos 80.

Todo o mundo anglo-saxão e a maior parte da Europa meridional estão importando constantemente e em grande volume mais bens do que podem exportar, acumulando-se dessa maneira um déficit comercial gigantesco. Nessa circunstância expressa-se a perda de produtividade, rentabilidade e capacidade competitiva desses países. (...) Seus enormes déficits comerciais são apenas o pólo 'material', ligado à economia de bens, de uma relação cujo lado oposto é representado pelo déficit correspondente da balança de capital. **Em grau crescente, os déficits comerciais já não foram financiados a parti das próprias economias, mas sim mediante o afluxo de capital monetário estrangeiro, pelo qual, obviamente, se tem que pagar juros.**(grifo nosso).

Dessa maneira chegaram a constituir-se, dentro de uma década, dois megacircuitos de déficits na OCDE: um europeu e um pacífico. Na Europa ocidental, é a maravilhosa RFA que está inundando seus parceiros da Comunidade Européia com mercadorias, derrotando na concorrência cada vez mais produções nacionais desses países e **substituindo artificialmente partes da capacidade aquisitiva assim destruída ao emprestar seus ganhos monetários aos perdedores relativos** (grifo nosso). O mesmo jogo praticam o Japão e os pequenos países ascendentes do sudeste da Ásia, através da via comercial transpácifica com os EUA e o Canadá. **Uma parte considerável dos excedentes obtidos com as exportações reflui, como capital monetário que rende juros, para os países deficitários, mantendo assim indiretamente em funcionamento a própria máquina de exportação** (grifo nosso)." (Kurz, 1993: 211-212).

É aqui pois que voltamos a nossa afirmativa inicial, de que se repete atualmente por parte dos chamados *países vencedores*, ou superavitários, principalmente o Japão e a RFA, a mesma política adotada pelo EUA no após guerra, ou seja, de autofinanciamento, ou, como disse Rueff em relação à política americana na época, trata-se de emprestar as joelheiras para continuar jogando:

"Em outras palavras: os países superavitários, entrementes praticamente apenas o Japão e a RFA, acompanhados dos 'quatro tigres pequenos', estão financiando eles mesmos, há anos e em dimensões inimagináveis, seus sucessos de exportação nos mercados mundiais, emprestando às economias da OCDE que de fato já foram derrotadas na concorrência os recursos necessários para a continuação da inundação com mercadorias importadas." (Kurz, 1993: 213).

Só que há duas diferenças fundamentais em relação a estes processo, a primeira é que não estamos diante de um processo de reconstrução de uma estrutura produtiva destruída, como no após guerra, mas, pelo contrário assistimos à destruição de ativos reais que dificilmente voltarão ao mercado; a outra diferença é que esse processo se dá dentro de uma estrutura econômica transnacionalizada ou, como queira, mundializada, onde cada vez mais a relação entre a parte e o todo se dá através de uma tênue e cada vez mais perigosa cadeia de títulos financeiro.

Como bem diz Kurz, a este processo de endividamento no âmbito da OCDE está também entrelaçado o endividamento dos países subdesenvolvidos - ou sociedades pós-catastróficas como prefere o autor - tanto do Terceiro Mundo quanto das ex repúblicas socialistas:

"Nessa situação, os processo internacionais de endividamento entre a OCDE e as sociedades pós-catastróficas, por um lado, e dentro da OCDE, por outro, apresentam aspectos invertidos, porém entrelaçados.(...)"

A ligação entre as duas formas opostas de déficit (os países do Leste e do Sul e dos países da OCDE) consiste no fluxo de grande parte dos excedentes de exportação do Sul e do Leste, ambos moribundos, e também dos excedentes do Japão e da RFA, para os grandes países deficitários da OCDE, à frente dos quais se encontram os EUA.

Isto é, os ganhos de exportação dos poucos vencedores da OCDE

*mantém em funcionamento os circuitos de déficit ocidentais, mas também, indiretamente, o atendimento do Sul e do Leste a suas dívidas; com o dinheiro emprestado pelo Japão e pela RFA, os EUA e a Europa ocidental não apenas pagam suas importações excessivas do Japão e da RFA, mas também aquelas do Brasil, da Polônia e dos demais países da 'desindustrialização endividada'. Com créditos japoneses e alemães, mediados pelos mercados financeiros internacionais, financia-se, portanto, diretamente, o **endividamento** dos Estados deficitários ocidentais e indiretamente o **atendimento às dívidas** dos países endividados do Sul e do Leste (grifos do autor)."* (Kurz, 1993: 213-214).

A segunda questão além da acima citada diz respeito à existência de uma *superestrutura especulativa internacional*:

*"Se fossem apenas os ganhos de exportação japonesas e alemães que financiassem a montanha global das dívidas, esta teria desabado a muito tempo. Mas a inspiração artificial do mercado mundial, que substancialmente já se encontra em estado de coma, alimenta-se desde os meados dos anos 80 também de outra fonte: a saber, da **superestrutura especulativa internacional**, que brotou da **superestrutura de crédito** já precária e constitui um fenômeno ainda mais fantástico (grifos do autor)."* (Kurz, 1993: 215).

O sistema de BW que, como vimos, em princípio visava, com a adoção do padrão ouro como equivalente universal, juntamente com o dólar, evitar que tamanha liquidez desse origem a uma onda especulativa bem como ainda evitar um processo inflacionário mundial, não conseguiu tal intento:

*"A idéia básica de Bretton Woods era criar um sistema que financiasse a acumulação de capital, bem como regulasse a liquidez internacional. **Era preciso impedir o excesso de circulante, para que não houvesse inflação no mundo**, evitando ao mesmo tempo que a escassez de moeda impossibilitasse o crescimento da renda."* (Cadernos, 1993: 26).

Pelo contrário, já na década de 60 assistimos ao surgimento do mercado de eurodólares como resultado, principalmente, dos superávits da Europa no comércio com os EUA. Portanto, com a impossibilidade de se controlar o circulante - seu excesso ou sua escassez - , como era objetivo, principalmente depois da derrocada de

BW e até por causa dela, assistimos ao surgimento dessa *superestrutura especulativa* por um lado e o aumento da inflação mundial por outro. Sintomático, portanto, que as políticas do FMI, que, diga-se de passagem, só conseguiram ser implementadas nos países sub e em desenvolvimento em função do pouco poder de influência que estes têm, foram voltadas, embora que sem sucesso, nos últimos anos, exatamente no sentido de frear esse processo.

O resultado desses dois movimentos vistos leva a que:

"Quanto mais Estados, regiões, unidades empresariais e indivíduos assumem o status de perdedores, tanto mais capacidade aquisitiva produtiva internacional é destruída. O conjunto dessa capacidade aquisitiva desaparecida não pode jamais ser substituída e revitalizada artificialmente, por meio de créditos. Por um lado, vão se expandindo o crédito e o endividamento e, por outro, vai diminuindo o potencial global de capacidade aquisitiva (grifo nosso). Esses dois movimentos opostos sobrepõem-se um ao outro de tal forma que de cada ciclo de realização de mais-valia, por parte dos vencedores, sobra um resto cada vez maior que não pode ser aplicado produtivamente nem emprestado diretamente como capital monetário que rende juros. Paralelamente às estruturas globais de déficit passou a desenvolver-se, portanto, desde os anos 70, um aparente excedente de capital monetário que está desesperadamente à procura de alguma aplicação lucrativa (grifo nosso); a princípio, a concorrência entre os que emprestavam era grande e os créditos eram concedidos a condições 'baratas', sem que a superestrutura de crédito internacional pudesse absorver completamente a mais-valia acumulada, realizada na forma de dinheiro.

Consequentemente aconteceu naquela época não apenas que os vencedores, ainda um pouco mais numerosos, concediam prontamente créditos aos perdedores, estabelecendo assim os fundamentos da subsequente crise de dívidas do Sul e do Leste, mas também que uma parte desse capital monetário fluía para outro setor, o mais recente e mais perigoso do sistema de mercado ocidental, a saber a especulação. Paralelamente ao processo de endividamento mediante fluxos comerciais

internacionais desenvolveu-se, portanto, nos anos 80, uma especulação global com imóveis e ações, historicamente também sem igual, com o centro primário no Japão e centros secundários nos EUA e Grã-Bretanha. Partindo dali, a onda de especulação passou a inundar, com intensidade maior ou menor, todo o mundo ocidental (...)

O **boom** absurdo, puramente fictício, do capital especulativo, sobreposto aos circuitos de déficit nacionais e internacionais, fez nascer, até o fim dos anos 80, a ilusão de que a solvência do Ocidente fosse praticamente inesgotável, os processo de endividamento pudessem ser estendidos até o infinito e as diversas crises de dívidas pudessem ser administradas sem grande esforço. **Uma parte cada vez maior tanto dos créditos quanto do atendimento a estes alimentava-se direta ou indiretamente da superestrutura especulativa global. Dessa maneira, os excedentes de exportação originalmente reais dos setores vencedores assumiram cada vez mais o caráter de complexos puramente fictícios, tornando-se eles próprios componentes da superestrutura especulativa (grifo nosso)**" (Kurz, 1993: 215).

Todavia, como afirma ainda o próprio autor:

"...o processo básico da destruição global da capacidade aquisitiva, causada pela produtividade 'demasiadamente alta' do sistema mundial, penetrado pelas ciências, não se deixa enganar dessa maneira. **Por fim, terá que se fazer sentir o desaparecimento da capacidade aquisitiva, derrotada na concorrência, e o dos mercados reais correspondentes, acabando com os mercados fictícios, abalofados pela especulação (grifo nosso).** Ao rasgar o último fio finíssimo que liga a acumulação real à superestrutura de crédito, terá que desabar também o complexo especulativo, porque ficará pesada demais a gigantesca cauda de cometa de juros que entrementes se prendeu à reprodução global, esse peso forçando o mundo produtor de mercadorias a descer para seus próprios fundamentos.

Chegará o dia em que os empréstimos a juros alcançarão seus limites. De repente, a aparente abundância, apenas temporária, de capital

monetário transformar-se-á em escassez²⁰ (...)

No fundo, o mecanismo de dívidas dentro da OCDE é idêntico àquele do Terceiro Mundo e do ex-socialismo real. Obedece à mesma lógica; por toda parte tenta-se protelar a crise mediante dinheiro de crédito artificialmente criado, que na verdade não tem substância alguma, na esperança de que possa pegar de novo o motor da acumulação real (grifo nosso)..." (Kurz, 1993: 218 - 219)

Por fim, podemos dizer ainda, com base nas afirmações de Kurz, que todo o sistema está montado em cima dos pressupostos da *sociedade de trabalho*. Neste sentido é que podemos afirmar que existe uma profunda distância, para não dizer contradição - talvez a principal delas - , entre a estrutura de crédito e a 'nova' estrutura produtiva mundial. É que a primeira tem como base o *trabalho abstrato* e a segunda o suprime:

"Mas a causa da crise é a mesma para todas as partes do sistema mundial produtor de mercadorias: a diminuição histórica da substância de 'trabalho abstrato', em consequência da alta produtividade ('força produtiva ciência') alcançada pela mediação da concorrência. No entanto, o sistema produtor de mercadorias está vinculado à sua finalidade inerente tautológica e depende do crescimento interminável, em escala mundial, dessa substância de 'trabalho'. (Kurz, 1993: 220).

Em síntese, podemos dizer que o atual estágio por que passa a economia mundial, da prevaência das políticas e ideologias neoliberais, não é incompatível com os princípios fundamentais defendidos em BW - estabilização monetária, abertura comercial, supressão do déficit público, desregulação e privatização - e postos em prática pelas agências que surgiram dela - o FMI e o BM - pelo contrário, representa isto sim, a sua plena vitória, visto que as políticas keynesianas - e lembremos que Keynes foi 'derrotado' em BW - postas em práticas no pós-guerra, bem como as dos Estados de Bem-Estar, representavam um calcanhar de Aquiles com o qual se deveria com muita tristeza ter que conviver, pelo menos até que as condições para se aplicar na sua totalidade - o que se começou a ser feito em 58 - as políticas liberalizantes de BW estivessem maduras. Mesmo que desde a sua aplicação e por causa delas

²⁰ Que o diga a recentíssima experiência da Argentina e mais exemplarmente ainda a do México. É bom lembrar que à época em que o referido autor fez tais afirmativas tais fatos ainda não tinham ocorrido. O que a nosso ver só vem confirmar a correção de suas teses.

mesmas é que BW desabou, o que podemos concluir é que em si essas são políticas inaplicáveis e a longo prazo estão fadadas ao fracasso. As década seguinte, falamos dos anos 80, representa o esforço 'vitorioso' - em tese - desses princípios. Portanto, só agora, nos anos 90, começaremos a ver quais os resultados "reais" de tais políticas. Visto pois que foram sobre estes pressupostos que se conformou a economia mundial nas últimas quatro décadas e tendo em vista ainda que a agricultura, como um dos departamentos da economia sofreu e sofre uma profunda influência dos mesmos, veremos a seguir como se deu a construção de um também modelo de agricultura, que, em sendo resultado foi também conformada para responder às necessidades de sustentação deste paradigma de economia. Este modelo de agricultura, como veremos, assim como estas referências macro econômicas, também foram construídas tendo como referência os pressupostos que conformam a sociedade de trabalho.

CAPÍTULO II

REVOLUÇÃO VERDE E COMPLEXO AGROINDUSTRIAL - CAI - VERSÃO DA SOCIEDADE DE TRABALHO PARA A AGRICULTURA

Vimos, no capítulo anterior, alguns pressupostos que prevaleceram e guiaram o capitalismo mundial após a Segunda Guerra e que teve como base em última instância a consolidação das chamadas **sociedades de trabalho**, porque baseados todos na exploração do **trabalho abstrato**, conforme conceituado por Kurz. Longe de pretender abordar todos as facetas desse processo, entendemos, todavia, que explicitamos as principais e mais importantes para explicar o paradigma adotado, o qual, como foi visto, também em última instância, diz respeito a todas as sociedade construídas e /ou 'consolidadas' - como é o caso inclusive dos países socialistas - no imediato pós-guerra. Além dos pressupostos apontados - embora como foi dito, não esgotados - e ao mesmo tempo que por estes sofrendo influências, compondo também o seu leque, existe mais um. Este diz respeito ao nosso tema específico de estudo e por isso, por opção metodológica, foi deixado para um capítulo específico, visto a importância de que se reveste para o nosso estudo. Estamos falando da agricultura.

2. 1. A "MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA" COMO OPÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO AGRO.

Em primeiro lugar, gostaríamos de deixar claro que não concordamos com a visão de alguns estudiosos que universalizam, padronizam e tornam o processo ocorrido na agricultura Inglesa como o único válido para a capitalismo, que, com o movimento dos *enclosures* deu origem, por um lado, a uma classe de capitalistas rurais, detentora de grandes quantidades de terra e, portanto, latifundiária, e por outro, provocou um grande êxodo rural, liberando mão-de-obra para as fábricas então nascentes e criando uma massa de também proletário rurais. Outras experiências históricas, como a da própria Europa na sua parte continental, em especial, no que diz respeito à França, e, no Leste Europeu, a Dinamarca, vêm demonstrar outros vieses²¹,

²¹ O estudo de José Eli da Veiga, depois tomado livro: *O Desenvolvimento Agrícola - Uma Visão Histórica*. Edusp/Hucitec. É um ótimo referencial teórico e bastante esclarecedor do que acima afirmamos.

ou seja, o de que o padrão agrário desenvolvido após a ascensão do capitalismo não é uniforme mesmo que seus pressupostos gerais sejam válidos para todos.

Todavia, não restam dúvidas de que o surgimento e conseqüente desenvolvimento do capitalismo no século XVIII, que tem como princípio basilar a Revolução Industrial, entre outras de suas principais conseqüências, causou a separação entre a indústria e a agricultura (Guimarães, 1978: 26).

Se iniciando na Inglaterra ainda no século XVII, espalhando-se em seguida pelo continente Europeu, e chegando por fim aos EUA, assistimos ao longo de quase quatro séculos a uma profunda transformação da agricultura, esta transformação, uma verdadeira revolução agrícola, por sua vez, foi o que possibilitou, ou melhor, criou as bases para a revolução industrial a que se assistiu logo a seguir (Guimarães, 1978: 36).

Ao mesmo tempo que propiciou as bases para a revolução industrial, a agricultura criou também as bases para as mudanças - e crises - que, com a ascensão do processo de industrialização, a mesma se defrontou (Guimarães, 1978: 37).

As principais características dessas mudanças se dá com o surgimento de novos países, aqui principalmente os EUA, como fornecedores de grãos no mercado mundial (Guimarães, 1978: 38).

Este processo foi acompanhado do também surgimento e desenvolvimento de novos métodos de cultivo, de novas tecnologias, principalmente na área da mecânica, com o aparecimento e uso dos primeiros arados e colheadeiras mecânicos, bem como pela melhoria dos transportes marítimos, com a conseqüente diminuição no preço dos fretes. Conjugado a estes fatores estava ainda o fato de que as terras dos novos países estavam em sua maior parte virgens, férteis e sem dono e seus baixos preços relativos fez com que a sua forma de ocupação fosse mais democrática - como é o caso nos EUA do movimento causado pela Lei do *Homestead* -, acusando um grande fluxo migratório partindo dos países europeus (Guimarães, 1978: 39).

Se, por um lado, o surgimento dos novos países proporcionou um aumento na produção agrícola mundial, por outro, a revolução industrial e a nova classe dos industriais que com ela surgiu fez com que na Europa, mais principalmente na Inglaterra, berço das reformas capitalistas, a agricultura e o conseqüente poder que a classe dos proprietários das terras detinha, fosse diminuindo cada vez mais, fazendo

com que esta deixasse de ser a principal classe a determinar os destinos do Estado, como até então o fazia, e passasse a ter um papel cada vez mais secundário na economia e também no poder do Estado. A ascensão da nova classe dos industriais e, junto com ela, dos princípios livre-cambistas bem como a derrubada das *Corn Laws* - leis de proteção ao trigo e outros cereais - na Inglaterra são os exemplos maiores dessas mudanças (Guimarães, 1978: 39).

Se, até então, a agricultura fora o setor que, com a formação de seu excedente, funcionava como motor da dinâmica econômica e, por consequência, da acumulação de capital, a partir dessas novas circunstâncias ela perde cada vez mais essa característica, que é transferida para a indústria. Configura-se a partir de então uma série de crises na agricultura que primeiro atinge os velhos países europeus forçando-os a *"renovar-se, [tendo] de aumentar a escala de sua produção, de elevar o nível de sua produtividade, condições que se tornarão imperativas com o desenrolar da crise agrária geral."* (Guimarães, 1978: 41).

Todavia, logo também os países novos encontram-se diante de uma situação de crise. A conformação dessas crises na agricultura se dá já no âmbito das crises que passam a ser inerentes ao capitalismo e que atinge inclusive a indústria. A primeira dessas grandes crises se inicia em 1873 e é seguida da primeira Grande Depressão. Esta, porém, é resultado e, ao mesmo tempo, *leit motiv* de profundas transformações no capitalismo (Guimarães, 1978: 41).

No que diz respeito a agricultura se assiste aqui a um também aparente paradoxo. É que:

"Em todos os países mais desenvolvidos da Europa e da América, a crise agrária geral, que já se tornava crônica, não chegou a constituir um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo no campo. Ao contrário, para fazer face à tendência decrescente dos preços, em termos reais, e contrabalançar a valorização crescente das terras e as altas nos custos de produção, a agricultura naqueles países só poderia encontrar um caminho: modernizar-se, recorrer cada vez mais ao emprego de novos processos de produção e à elevação do seu nível tecnológico..." (Guimarães, 1978: 42).

Este processo, todavia, se dá, por um lado, à custa de uma maior concentração da propriedade, já que para implementar novas técnicas e métodos de produção se fazem necessários maiores investimentos em bens de capital e, por outro lado, se assiste a uma intervenção cada vez maior do Estado, via subsídio à agricultura, que se torna cada vez mais constante e se consolida ao longo do tempo (Guimarães, 1978: 43-44).

Portanto, o que configura e caracteriza a agricultura moderna tanto nos períodos de escassez quanto nos de super produção é a sua profunda e imbricada dependência para com o subsídio estatal que começou a vigorar a partir dos anos trinta, posterior à Grande Depressão (Guimarães, 1978: 51).

Como veremos adiante, a revolução agrícola a que se assistiu no Brasil desde os anos cinquenta e sessenta, como resultado mais amplo das transformações capitalistas que o país enfrentou, também não se distanciou muito deste figurino, visto que o crédito estatal subsidiado foi a base do que se denominou de *modernização conservadora*.

Se, em seu florescer, o capitalismo foi o responsável pela separação da agricultura e da indústria, com o seu desenvolvimento, esse mesmo capitalismo promove a reunificação destes dois setores, só que em novas bases e com sinal inverso: agora a indústria subordina a agricultura (Guimarães, 1978: 83).

2.2. REVOLUÇÃO VERDE E COMPLEXO AGROINDUSTRIAL (CAI)

Esse processo que tem início por volta de meados do presente século, tem como base dois fenômenos que são complementares entre si, trata-se, o primeiro, do que veio a denominar-se de *revolução verde*, e o segundo do fenômeno da integração agroindustrial, que, posteriormente, gerou o que viria a ser chamado de Complexo Agroindustrial - CAI.

Inicialmente, gostaríamos de dizer, mais uma vez resgatando as categorias utilizadas por Kurz, que entendemos que o processo de modernização da agricultura se dá também no âmbito e com base nos pressupostos da *sociedade de trabalho*.

Apesar de ter sido usada pela primeira vez apenas em 1968, por Willam S. Gaud, a expressão *revolução verde* diz respeito a um processo que se inicia ainda nas primeiras décadas do século XX. Usada de forma *lato sensu*, essa expressão engloba todos aqueles processos que implica e se caracteriza:

"...pela cooperação desenvolvida, pelo uso de técnicas de alto nível, pela disseminação da tração motorizada, pelo emprego da eletricidade, da cibernética, das sementes de alto rendimento, pelo aperfeiçoamento genético nas linhagens vegetais e animais e, sobretudo, pela adoção de formas superiores de organização sócio-econômica, ou seja, as variadas formas da integração agro-industrial." (Guimarães, 1978: 106).

Apesar de não ter sido apenas este país o responsável pelas tecnologias que vieram a ser desenvolvidas no âmbito da *revolução verde*:

*"...Nos EUA a fronteira aberta e a escassez de mão-de-obra estimularam sobretudo um **padrão mecânico** de modernização agrícola. Na Europa, ao contrário, as terras cansadas e o excedente de mão-de-obra, até pelo menos a segunda metade do século dezenove, levaram ao **uso de fertilizantes e ao desenvolvimento de um modelo químico** de modernização..."* (Wilkinson, 1989: 26).

Foi, porém, nos e a partir dos EUA que este padrão ganhou dimensões universais, juntamente com o processo, por nós já visto, de disseminação do **padrão industrial de estilo americano** conhecido como fordismo/ taylorismo. Aliás, entendemos que a *revolução verde*, englobada que está no âmbito da *sociedade de trabalho* pode muito bem ser entendida como a versão para a agricultura do padrão fordista/ taylorista.

É que, do mesmo modo que na indústria, em outros setores e/ ou departamentos da produção social, também assistimos este processo de 'fordização', como é o caso da agricultura. Aqui, a 'versão fordista' da industrialização se configurou na chamada 'revolução verde', também de padrão americano e que tem por base a utilização pesada de insumos químicos e implementos mecânicos visando o aumento da produção e produtividade via uso intensivo dos solos.

Sendo resultado de décadas de pesquisas desenvolvidas nos países europeus e nos EUA, a difusão das bases daquilo que compõe a *revolução verde* coube a este último, visto ter sido esse país o que teve a oportunidade histórica de fazer a síntese do modelo do sistema a ser adotado a nível mundial, alçado que foi, após a Segunda Guerra, à condição de líder capitalista mundial. Portanto, também no que diz respeito à agricultura, coube aos EUA a tarefa de difundir um novo padrão de validade universal²².

Visto já ser histórico o uso do padrão tecnológico da *revolução verde* nos chamados países desenvolvidos que os criou, fazia-se necessário difundi-lo agora a nível dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento que surgiram como resultado da nova correlação de forças mundiais do pós-guerra, tal se deu:

"...com o concurso de instituições norte-americanas tão identificadas com os interesses dos monopólios multinacionais como as Fundações Ford e Rockefeller, o Development Advisory Service, o Banco Mundial e a USAID. A 'revolução verde' foi idealizada para salvar a agricultura do mundo subdesenvolvido de uma suposta incapacidade de vencer os obstáculos tecnológicos (...) Remover os obstáculos tecnológicos (...) significava adotar um 'pacote de insumos' que incluía sementes de variedades melhoradas, de alto rendimento, principalmente de trigo e arroz acompanhadas do uso obrigatório de grande proporção de fertilizantes, de equipamentos mecânicos avançados e de sistemas de irrigação controlada..." (Guimarães, 1978: 222-223).

Não restam dúvidas de que, entre outros objetivos, essa era uma forma de fazer com que, a um só tempo, estes países continuassem na esfera do consumo mundial de produtos industrializados e que, como sempre o fizeram - mesmo que em novas bases - , fossem ofertantes de produtos primários para o mercado mundial.

Já a chamada integração agroindustrial, ou formação do *complexo agroindustrial* - CAI- , bem como o seu correlato, a chamada *industrialização da agricultura*, referem-se a fenômenos que nascem se não com, basicamente no âmbito da *revolução verde*. Historicamente, o uso do conceito de *complexo agro-industrial* é anterior mesmo a essa (Guimarães, 1982: 114)

²² Dizemos universal, porque também os países da antiga esfera socialista adotaram-no na sua plenitude, inclusive naquilo de mais caricatural que ele comporta. Vide, por exemplo, o grande processo de exploração de irrigação intensiva que sofreu o Mar do Aral, na Rússia e que hoje encontra-se praticamente desaparecido.

Até hoje existem muitas discussões teóricas quanto a validade ou não do conceito de CAI, visto que, para alguns, como Possas (1991: 52-53), o mesmo se propõe a situar-se numa esfera de intermediação entre os níveis *micro* e *macro* econômicos, tendo, ainda, segundo o autor supra, os defensores de seu uso, a pretensão teórica de suprir, entre outras coisas, a lacuna existente entre esses dois âmbitos da economia:

"Resta ao complexo agro industrial o papel de um nível de agregação que enfatiza a interdependência setorial, pertencente por isso a uma importante tradição e situado na boa companhia de outros critérios estruturais de agregação social, mas não pode reivindicar constituir (sic) uma nova referência teórica que vem preencher uma lacuna fundamental, seja na integração 'micro x macro', seja na mudança tecnológica, seja na transformação estrutural das relações agricultura x indústria (grifo nosso)."

Por outro lado, a mesma crítica se faz em relação ao processo que alguns afirmam tratar-se de uma progressiva *industrialização da agricultura*. É o caso de José Eli da Veiga, cuja opinião é a de que existe um profundo equívoco teórico naqueles que defendem que a agricultura se aproxima, ou, como seja, se transforma cada vez mais em um setor industrial similar ao processo fabril:

"Como se vê, contrariamente a ingenuidade dos que enxergam a agricultura atual como algo semelhante à produção fabril industrial, o pensamento crítico nega, desde já, a possibilidade de que a agricultura venha a se transformar em mais um ramo industrial. A distância é, portanto, imensa." (Veiga, 1991: 176).

Para Veiga, mesmo os processos que o avanço tecnológico conseguiu produzir não substituem a natureza naquilo que é intrínseco a ela no que diz respeito ao papel que desempenha na agricultura:

"...Em outras palavras, por menor que seja o peso econômico relativo da agropecuária na esfera da produção alimentar, sua singularidade (grifo nosso) será mantida até o dia em que o homem consiga encontrar uma fonte de energia necessária à vida que dispense o consumo das plantas e dos animais.

O papel do homem na produção agropecuária consiste em fornecer aos organismos vivos as condições que mais favoreçam o seu desenvolvimento, para depois colher a massa de matéria nutritiva produzida. Mas, o essencial

dessa operação, isto é, a produção dessa matéria nova, é realizado pelos próprios organismos vivos..." (Veiga, 1991: 177).

Ou seja, os avanços mecânicos, num primeiro momento, e depois os avanços biológicos conseguidos com a *revolução verde*, no máximo atuaram como uma **apropriação parcial** já que, por exemplo, no caso das sementes híbridas apressam o ciclo produtivo e aumentam a produtividade em relação as espécimes silvestres. Neste sentido é que Veiga (1991: 178-179) prefere, em contraposição ao conceito de *industrialização da agricultura*, adotado por Goodman et al (1987), o de **apropriacionismo - substitucionismo**. Para este autor, mesmo as prometidas mudanças feitas pelo recente ramo da biorevolução devem ser vistas com certo cuidado e devida cautela (Veiga. 1991: 179 - 180).

Não é objetivo desse estudo travar esse debate e se o citamos aqui foi tão somente para mostrar que o uso desses conceitos não são unívocos nem consensuais. Todavia, se teoricamente existem ainda profundas discussões quanto à objetividade metodológica e/ou conceitual do CAI, do ponto de vista prático o mesmo tem sido bastante utilizado e, ao que parece, com relativo sucesso, para responder, mesmo que provisoriamente, ao atual estágio em que se encontram as forças produtivas na agricultura nas suas interrelações com a indústria, o que, não resta dúvida, é um dado de realidade. Mesmo para Veiga (1991: 182):

"Os modelos analíticos em voga - como, por exemplo, o do 'Complexo Agroindustrial (CAI) e suas variantes - podem até ter um amplo alcance no estabelecimento de tipologias que venham a sintetizar as várias formas pelas quais se aprofunda o nexos entre a indústria e a agropecuária."

Portanto, mesmo não sendo universalizadora, poderíamos afirmar, usando a definição dada por Louis Malassis, citado por Guimarães (1978: 122), que:

"Um complexo agrícola integrado pode ser definido como um conjunto econômico organizado, constituído de um certo número de unidades técnicas especializadas (ou departamentos) submetidos a um centro de decisão privilegiado que coordena a atividade dos departamentos por métodos apropriados. A firma individual ou comercial, ou a cooperativa, que possui o poder de decisão é chamada firma integradora (ou pólo integrador). A forma de coordenação mais difundida na Europa Ocidental e na América do Norte é o

que se adiantaram a todo o resto do mundo. E no que diz respeito àquela área maior do globo em que a revolução agrícola e a revolução industrial se atrasaram - ou seja, nos países ainda não desenvolvidos - a transformação da agricultura tem encontrado sérias dificuldades e causado profundos desequilíbrios no desenvolvimento de suas economias nacionais." (Guimarães, 1982: 130).

De fato, se compararmos os processos ocorridos nos países centrais, como, por exemplos, os dos países socialistas, constatamos que estes para poderem avançar seus processos de industrialização o fizeram em detrimento da agricultura. Assim é que:

*"...A ênfase (por parte dos governos socialistas e dos planificadores econômicos) na indústria poderia entender-se como a aceitação tácita de que, ao ser mais elevada a produtividade, o aumento do nível de rendimento exigia **conceder maior peso a indústria que ao desenvolvimento agrícola** (grifo nosso)..." (Salvat, 1979: 74).*

O mesmo pode-se dizer de alguns países em desenvolvimentos, como o Brasil, para o qual:

"...o desenvolvimento industrial brasileiro, pelo menos em suas fases iniciais, ocorreu sem que houvesse qualquer coisa que se aproximasse de uma 'revolução agrícola' (entendida como resultado de inovações tecnológicas)..." (Albuquerque/Nicol, 1987: 117).

Não queremos dizer com isso que não houve nos países desenvolvidos todos aqueles pressupostos de caráter 'funcionalista', por sinal clássico na literatura econômica desde Mellor, onde a agricultura teve que contribuir para a indústria com a transferência de recursos, criação de mercado, mudanças nos termos de intercâmbio, geração de divisas externas, produção de matérias-primas e alimentos, entre outras coisas. Todavia, nesses países as forças produtivas da agricultura, com base na revolução agrícola, como já foi visto acima, eram compatíveis com o desenvolvimento industrial.

Já nos países em desenvolvimento, pensando do ponto de vista funcionalista, as contribuições que a agricultura teve que dar para o desenvolvimento da indústria foram levadas aos extremos e em seu próprio detrimento, dado que o processo de

industrialização desses países não foi precedido por nenhuma revolução agrícola. Não sendo este, porém, o objetivo do presente trabalho, sugerimos para o caso especificamente brasileiro os estudos, entre outros, de Francisco de Oliveira, Celso Furtado, João Manoel Cardoso de Mello, que tratam sobre o processo de desenvolvimento industrial no Brasil e a contribuição da agricultura.

Uma outra distinção diz respeito primeiro aos processos científicos que compõem o que se denominou 'pacote tecnológico' da *revolução verde*. Este 'pacote'²³, para os países desenvolvidos, por terem em boa parte surgidos anteriormente à indústria, no bojo da revolução agrícola, eram compatíveis com as necessidades sentidas pelos solos, pelas culturas e pelos climas das regiões em que eram utilizados, na sua maior parte as regiões temperadas do hemisfério norte. Neste sentido surgiram de uma necessidade senão endógena à própria agricultura, pelo menos de uma demanda sentida por esta. Se tal o foi para os países centrais, já aqui, eles se deram de forma que, do ponto de vista técnico, foram meramente importados enquanto processo tecnológico, mesmo que com adaptações. Sorj (1980: 33) citando o caso brasileiro, por exemplo, diz:

"...a entrada das multinacionais no setor [agricultura] foi facilitada pela quase inexistência de pesquisa nacional acumulada nesse setor. Isso, por sua vez, significou que a agroindústria passou a se utilizar de uma tecnologia gerada em outros países e, portanto, não totalmente adequada às necessidades econômicas e ecológicas do país (grifo nosso)."

Segundo, nem mesmo nos países centrais e ainda de forma mais evidente nos países em desenvolvimento, esse processo está imune às pressões externas sofridas pela agricultura a partir das necessidades da indústria. Assim é que, como diz Santos

²³ Segundo Santos (1986: 36-7), citando Câmara Neto:

Neste pacote, seis elementos são importantes:

- 1) difunde-se o uso do trator e outras máquinas e equipamentos agrícolas;*
- 2) ocorre um forte crescimento na área de fertilizantes, fungicidas, defensivos e sementes híbridas, passando o ramo de insumos químicos e biológicos, a partir dos anos 20, ...a ser o centro dinâmico da geração de progresso técnico na agricultura...;*
- 3) surgem grandes empresas no ramo da indústria química;*
- 4) ocorrem modificações no mecanismo de crédito, junto aos maiores requerimentos de capital exigidos pela modernização da agricultura, provocando um crescente endividamento dos agricultores;*
- 5) a política agrícola passa a ser de fundamental importância, quer através de financiamentos à pesquisa e extensão rural, quer através de mecanismos de preço mínimo, subsídios, crédito agrícola, programas de eletrificação rural, irrigação, etc.;*
- 6) ocorre, tal qual na indústria, um processo de concentração na agricultura, aumentando a escala das propriedades e concentrando ainda mais o controle de capital.*

(1986: 34), fazendo uma crítica àqueles que defendiam a modernização da agricultura como sendo originária de pressão que partem de dentro para fora:

"Este tipo de interpretação deixa de fora fatos importantes que ocorreram após a Revolução Industrial, quando a expansão da indústria e da vida urbana, junto com o crescimento demográfico, levaram, como destaca Câmara Neto (1984), a uma pressão crescente sobre a agricultura visando o aumento da sua produtividade. Além disso, a própria expansão do Capital em direção às outras atividades produtivas que não a indústria, como, no caso, a agricultura, demanda esforços no sentido de transformação dessas atividades em processos similares àqueles da atividade industrial (Câmara Neto, 1984, p. 18)."

Continuando, diz o autor (Santos, 1986: 34-5):

"Câmara Neto (1984), fazendo uma resenha sobre o progresso tecnológico na agricultura no século XIX, destaca dois fatores que considera fundamentais para a modernização da agricultura: a revolução dos transportes, que permite a expansão das áreas agrícolas a regiões até então não incorporadas ao processo produtivo, e a criação de instituições e mecanismos de financiamento de atividades científicas voltadas ao estudo da agricultura..."

A aceleração das inovações tecnológicas para a agricultura ocorre, segundo Câmara Neto (1984), com a passagem da hegemonia tecnológica da Europa para os Estados Unidos. Ele destaca que isto ocorreu não só por terem as instituições científicas se mostrado mais desenvolvidas para o País, mas também por terem as grandes empresas, notadamente no setor químico, pressionado um papel mais ativo do Estado na criação de instituições científicas, cuja pesquisa permitisse o aproveitamento de subprodutos até então inúteis, e a extensão de suas atividades na área agrícola, através do alargamento de seus mercados, bem como por ter a expansão contínua da fronteira agrícola, com incorporação de novas terras e climas e a natureza continental da agricultura americana (demandado) inovações científico-tecnológicas e institucionais que permitissem a adaptação da agricultura às novas circunstâncias (Câmara Neto, 1984, p. 28-9)."

Por fim (Santos, 1986: 35-6):

"Este tipo de interpretação pode ser criticada por não considerar nenhuma pressão que, originada no setor agrícola, tenha provocado esforços de pesquisa direcionados a resolver os problemas identificados (grifo nosso). Mas, deixa bastante claro que a identificação ex-post de uma relação entre preços relativos de fatores e a geração de tecnologia direcionada a poupar os fatores relativamente mais escassos pode ser contestada com uma análise mais detalhada dos fatos históricos."

Também Geraldo Muller trata dessa questão, principalmente no que diz respeito aos países em desenvolvimento, como o Brasil. Para este autor o desenvolvimento da agricultura nos países em desenvolvimento como o nosso diz respeito aos interesses da 'Tríplice Aliança' - formada pelo capital nacional da elite, o capital internacional e o capital estatal - que:

"...nada mais é do que a forma nacional da expansão do capitalismo oligopólico do pós-guerra num país atrasado da periferia..." (Muller, 1989: 31).

Ainda para Muller (1989: 32-3):

"...Deve-se observar que, na década de 50, a maior parte da agricultura não sofreu modificações de monta em seu modo predominante de produzir.

O período industrial que compreende os anos 60 e 70 pode ser caracterizado como aquele em que praticamente se concluiu a substituição de importações iniciadas há meio século atrás (...) O impacto disso no CAI foi a substituição de importações de parcela significativas de fertilizantes e defensivos agrícolas.

Do ângulo da agricultura observa-se que, a partir de 1965, passou a ser rapidamente incorporada à cadeia intersetorial da economia, chegando em 1980 a mostrar claras evidências de que a forma industrial de produzir predominava amplamente (grifo nosso)...

O importante a assinalar é que a ultrapassagem destes limites não foi efetuada do ângulo das especificidade agrárias regionais, mas de acordo com os interesses dominantes na Tríplice Aliança. Vale dizer, interesses dominantes nos subsetores industriais que tem na agricultura seus mercados: tratores agrícolas; máquinas e implementos agrícolas; inseticidas, fungicidas, e pesticidas; adubos,

fertilizantes e corretivos; produtos farmacêuticos e veterinários e alimentos para animais (grifo nosso). Trata-se de empresas e grupos econômicos que, instalados no país, expandem-se ou são atraídos a se instalarem no país ou a ingressarem nos subsetores, em razão da expansão - efetiva ou potencial - dos mercados agrícolas. Além desses interesses, há aqueles das agroindústrias, que se modernizam técnico-economicamente e pressionam a agricultura em termos de fornecimentos de matérias-primas... (grifo nosso)."

Já para Sorj (1980: 27) e falando ainda do caso brasileiro:

"Embora se apresentassem sinais de limitações crescentes nas formas tradicionais de expansão da produção agrícola, é importante indicar que o surgimento do complexo agroindustrial moderno não é uma simples decorrência ou reflexo destas dificuldades. Pelo contrário, ele exprime sobretudo a própria expansão do parque industrial, da siderurgia, a automotriz, a indústria química e farmacêutica que passa a procurar na atividades agroindustrial um novo campo de valorização (grifo nosso)."

Por fim, uma terceira distinção diz respeito ao fato de que não podemos universalizar, ou melhor, transplantar tal e qual o conceito de CAI construído nos países centrais para outras realidades, como por exemplo, a brasileira, visto que a dinâmica própria de nosso país exige, para sua utilização, uma redefinição. Neste sentido, diz Muller (1989: 46):

*"Esta definição formal (de CAI), que a rigor não passa de um decalque dos processos ocorridos em países altamente desenvolvidos, nada afirma sobre a natureza das relações sociais e das bases materiais que conformam determinado CAI nacional. **Daí que o emprego da definição de CAI no Brasil deverá incorporar traços que o especifiquem** (grifo nosso)."*

Portanto, para esse autor, convém notar no que diz respeito sobre a suposta homogeneidade técnica :

"...Vale dizer que a acumulação de capital e a reprodução das relações capitalistas de produção na agricultura tem, no uso generalizado dos elementos e técnicas industriais, a sua base de avanço e bloqueio." (Muller, 1989: 47).

Está implícita na argumentação teórica dos criadores do conceito de CAI esta visão de homogeneidade, a qual sendo válida para os países desenvolvidos, não diz, todavia, respeito a países como o Brasil. Assim, diz Muller (1989: 47):

"...No Estudo do CAI no Brasil convém evitar este tipo de viés analítico e enfatizar a constituição histórica do mesmo, o que significa enfatizar o caráter histórico da definição. Em termos mais concretos, pode-se dizer que por volta de 1960 os setores industriais voltados para a agricultura no Brasil não estavam ainda constituídos enquanto indústrias no país. Por conseguinte, a rigor, não se pode falar em complexo agroindustrial brasileiro por esta época, o que, todavia, não implica não haver alguma agroindústria como a de trigo/ moinhos, desde fins dos anos 40; mas tratava-se, então, de uma agroindústria cuja indústria para a agricultura estava inteiramente localizada no exterior (não fazendo parte, portanto, da divisão social do trabalho no país)."

Portanto, não se pode falar aqui em homogeneidade visto que existem grandes desproporções tanto em relação ao uso dos fatores, quanto, por exemplo, nas dinâmicas regionais profundamente desiguais. Isto, todavia, não nos impede de pensar em termos de CAI enquanto processo diretor. Assim é que:

*"As mencionadas proporções indicam um conjunto de desigualdades que, geralmente, aparecem na literatura como 'modernização localizada', 'dualidade estrutural' ou 'heterogeneidade estrutural'. E, de fato, assim é. **Há, sem sombra de dúvidas, uma desigualdade na difusão do progresso técnico na agricultura brasileira tomada em seu conjunto**, assim como desigualdades nas formas de organização da produção, no acesso ao financiamento, na organização institucional dos interesses sociais associados às atividades agrícolas. Mas pensamos poder subscrever tais qualificações apenas na medida em que elas permitem identificar o que há de novo na 'dualidade estrutural', na 'modernização localizada', na 'heterogeneidade estrutural' **e que este novo dá a direção dos processos em cursos no agro nacional.** (grifos nosso)." (Muller, 1989: 48).*

Por fim, podemos afirmar que:

"...se a produção especificamente capitalista é hegemônica no Brasil, não há por certo dúvida de que o modo como ocorre no Brasil é específico. Ora, é

precisamente tendo em vista conhecer esta especificidade que se deve enfatizar os aspectos históricos da definição de CAI, sem deixar, no entanto, de lado os aspectos formais da mesma que refletem o nível de desenvolvimento dos processos que constituem o CAI em países centrais.” (Muller, 1989: 49).

Feitas estas considerações de caráter geral sobre o processo de modernização da agricultura, tanto e principalmente no que diz respeito a revolução verde, quanto ao surgimento e implantação do Complexo Agroindustrial - CAI, os quais também são, ao nosso ver, uma forma de conformação do conceito de *sociedade de trabalho* para a agricultura, vejamos agora como estes processos se deram no contexto da realidade brasileira.

CAPÍTULO III

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA: A (RE)FORMA CONSERVADORA.

O Brasil, como um país que desde os anos trinta se insere no contexto da economia mundial, também adota o paradigma baseado na chamada "revolução verde" e na conformação de Complexo Agroindustrial. Todavia, ao contrário dos países centrais e outros do Terceiro Mundo, a elite dominante não fez a opção pela realização de uma reforma agrária. Assim é que veremos a seguir como se deu a disputa de projetos para a adoção de um modelo para a agricultura sem a realização destas reformas; veremos aqui os diversos matizes sociais envolvidos e as teses defendidas por estas correntes. Faremos uma análise da tese hegemônica, que se chamou de "opção conservadora" e quais os instrumentos utilizados para fazer prevalecer as suas posições, tais como o Estatuto da Terra e o Sistema Nacional de Crédito Rural. Mostraremos, por fim, que o resultado do paradigma implantado levou à criação do que hoje se chama de Complexo Agroindustrial brasileiro.

3.1.- A DISPUTA DE PROJETOS: O INÍCIO DA DÉCADA DE 60.

Desde o início de sua formação histórica e estendendo-se até a década de trinta do presente século, uma das características do Brasil foi o fato de que este país teve uma economia voltada principalmente para exportação de produtos agrícolas - fazendo dessa forma, parte das chamadas **economias agroexportadoras**, como ademais o era a maioria dos países da América do Sul - , sendo uma outra característica a de que a sua produção se baseava no uso de grandes extensões de terra, ou seja, no latifúndio.

A **grosso modo** podemos dizer que a agricultura brasileira assistiu a dois momentos históricos bem específicos. Um primeiro momento que vai até fins da década de 1920 e um segundo momento que se inicia em meados dos anos 60. Isso fazendo uso da periodização formulada por Sorj (1980: 11). Segundo este autor:

"Na formação da agricultura brasileira contemporânea é possível distinguir dois cortes fundamentais nas condições sociais e mecanismos de geração e apropriação de excedentes agrícolas, e do lugar destes no processo de acumulação de capital.

Em ambas as fases, a particular constelação de relações de forças entre as classes e as formas de estruturação e atuação do Estado serão decisivas para a determinação desses processos.

Um primeiro corte pode ser localizado em fins da década de 1920, quando parte importante da produção agrícola passa a se orientar para o mercado interno, no começo como simples expressão da crise do setor exportador e logo depois como expressão da expansão e demanda do setor urbano-industrial. Ao nível da produção agrícola, esse processo determinará uma crescente monetarização, mercantilização e especialização da pequena produção e do latifúndio tradicional orientados para o mercado interno, aumentando a oferta de excedentes, fundamentalmente através da expansão horizontal, isto é, do aumento das áreas cultivadas e sem maiores modificações - na maioria dos casos - nos instrumentos de produção utilizados.

O segundo corte [...] afirma-se em meados da década de 1960 e caracteriza-se por uma redefinição das relações entre a agricultura e a indústria a partir do desenvolvimento do complexo agroindustrial. A agricultura passa a se reestruturar a partir de sua inclusão imediata no circuito de produção industrial, seja como consumidora de insumos e maquinarias, seja como produtora de matéria-prima para sua transformação industrial. Embora se mantenha a transferência de excedentes do setor agrícola, essa transferência é realizada principalmente pela ação do complexo agroindustrial, que passa a comandar os processos de produção na agricultura (grifos nosso)."

Apesar de não desconsiderarmos a importância desse primeiro momento, visto que estes não são processos estanques, mas interrelacionados, o interesse do presente trabalho, ou seja, o objetivo a que nos propomos é, todavia, o de estudar o processo de **modernização conservadora** da agricultura, o qual se dá basicamente, a partir da segunda fase. Portanto, é sobre este momento que centraremos nossas análises.

Uma primeira constatação que se faz necessário fazer é de que os governos militares que assumiram o aparelho de Estado no imediato pós-64 realizaram sem sombra de dúvidas uma reestruturação agrária, mesmo que, como diz Sorj (1980; 9) *"...reestruturação agrária que não foi realizada nos moldes 'clássicos' de reforma agrária mas nem por isso menos real..."*

Portanto, o que temos é que em fins da década de 50 e início de 60 vamos encontrar um processo de disputa em torno de projetos para a sociedade brasileira. Estas disputas, sendo permeadas por e com claras conotações de luta de classes, se dá dentro do contexto maior da chamada **guerra fria**²⁴ por um lado e, por outro, internamente encontramos o processo de industrialização substitutiva de importações que chegará à fase final de sua primeira etapa. Entre outras discussões que se travavam no período, no Brasil, uma delas - das mais polêmicas - dizia respeito à necessidade ou não de reformar a estrutura agrária do país como pressuposto para a modernização da agricultura. Assim sendo, e, como já foi dito, tendo o Brasil, até a década de vinte, uma economia voltada para exportação, principalmente de produtos agrícolas - as chamadas **economias agroexportadoras** -, produção essa baseada no uso de grandes extensões de terra, ou seja, no latifúndio, assistimos na década de 50 ao surgimento de movimentos de resistência camponesa, fruto da luta histórica dessa grande massa de produtores que viviam "da" e "à" margem das grandes propriedades. Inicialmente, sob a orientação do PCB - Partido Comunista Brasileiro - e dentro de sua estratégia geral da "Revolução Democrático Burguesa", que propugnava pela realização de uma reforma agrária como pressuposto para a eliminação dos resquícios feudais, que segundo esta concepção, ainda existiam no país e que se corporificavam no latifúndio associado com o imperialismo americano (Mantega, 1984: 136 - 209), foi dado início à organização dos camponeses. Posteriormente, e concorrendo com a orientação do PCB, outros atores sociais, como a igreja católica e outros movimentos, como as Ligas Camponesas - esta no Nordeste - passaram a atuar junto ao movimento camponês reivindicando, também, embora sob prismas distintos - e em alguns momentos até conflitantes - a realização de uma reforma agrária como base para o avanço social e econômico do Brasil. Sob o ponto de vista da teoria econômica, além da corrente de pensamento de orientação comunista, denominada em algumas

²⁴ Confronto de caráter político-ideológico-militar dos blocos dos países capitalistas e socialistas em torno da hegemonia mundial

literaturas técnicas de *anti-feudal*, que defendia a realização de uma reforma da estrutura agrária no Brasil, encontramos também a corrente *estruturalista*.

Contrapondo-se e até desprezando²⁵ a orientação daqueles que defendiam uma reforma da estrutura agrária - seja no viés *anti-feudal* ou *estruturalista* - como passo necessário para o avanço das forças produtivas do país, vamos encontrar uma outra corrente de pensamento. Trata-se dos defensores da *teoria da modernização*, de matiz neoclássica, que compunham o núcleo daqueles que, vitoriosos após a revolução de 30²⁶; sendo defensores de uma política de industrialização para o país e, portanto, da substituição do modelo econômico agroexportador, consideravam desnecessárias, porém, mudanças radicais na estrutura agrária. Estes:

"...reconhecendo que existem obstáculos que impedem o pleno desempenho da agricultura brasileira no processo de desenvolvimento, mas defendendo que tais obstáculos podiam ser removidos sem necessidades de reformas de estrutura..."
(Santos, 1986: 40).

Visto, entre outras coisas, que não identificavam o atraso tecnológico da agricultura nesse fato mas no fato de que era feito pouco uso de fatores escassos (como máquinas e equipamentos) enquanto o uso de fatores abundantes (como terra e mão-de-obra) eram largamente utilizados; ainda, segundo esta corrente, as políticas para agricultura eram discriminatórias (Santos, 1986: 7).

²⁵ Segundo Santos (1986: 39 e 48):

"...deram eles [os autores neoclássicos], no entanto, pouca atenção às controvérsias existentes na década de 50 e 60 entre autores de abordagem marxista onde reformas agrárias eram defendidas..."

...Na justificativa de suas posições, os autores neoclássicos defensores da tese da modernização da agricultura brasileira dão ênfase ao debate ocorrido com os participantes da escola de pensamento estruturalista, destacando-se a tese da inelasticidade da oferta agrícola, dando pouca ou nenhuma atenção às demais teses que participaram do debate dos anos 50 e 60."

²⁶ No plano da luta política/institucional tal era o pensamento daqueles que, como Roberto Simonsen, um dos grandes expoentes do pensamento Nacional-Desenvolvimentista, propunham a aceleração do desenvolvimento industrial inclusive pela via da intervenção do Estado como grande subsidiário, sem no entanto questionar os interesses dos setores agroexportadores. Pelo contrário, embora enfraquecidos, estes não seriam excluídos, mas entrariam como parceiros secundários no novo projeto. Isto representava, na esfera política, o histórico caminho da "conciliação", que caracterizou desde sempre a República brasileira e que vinha a dar origem - com a entrada em cena do proletariado urbano - ao **populismo**. (Mantega, 1984: 23 - 76).

Por outro lado, como diz Borón (1995: 64), em seus quase dois séculos de vida a América Latina assistiu várias revoluções burguesas, entre elas uma que se deu no Brasil a partir de 64, todavia, para este autor:

"...nenhuma delas concluiu suas 'tarefas pendentes', estabelecendo um regime democrático: sua preocupação ao contrário, foi consolidar o funcionamento do modo de produção capitalista, não produzir a democracia burguesa."

É por aí que talvez tenhamos, a nível da esfera política, uma explicação de porque a modernização do agro brasileiro se deu sem mudanças na estrutura social do mesmo.

Portanto, fazendo uso do pensamento econômico de matiz neoclássica para a agricultura, principalmente de pensadores americanos como Hayami e Ruttan com o seu modelo de inovação induzida e de outras correntes como a do modelo de conservação; modelo de impacto urbano-industrial, este formulado por Schultz; modelo de difusão; modelo de insumos modernos e subsidiariamente o modelo de De Janvry²⁷, entre outros, assistimos a consolidação, a nível teórico, do que viria a se configurar a **modernização conservadora** da agricultura brasileira. Para Santos (1986: 33):

"Este conjunto de modelos, junto com o trabalho de Schultz (1965), foram utilizados como fundamento teórico no processo de modernização da agricultura brasileira, implantado a partir de meados da década de 60..."

Entre os principais teóricos defensores da teoria da modernização da agricultura no Brasil encontramos Nicholls, Schuh e Smith, estes, centrando suas análises nas "políticas econômicas aplicadas no Brasil como causa principal dos baixos níveis encontrados na produtividade da sua agricultura"; em seguida temos ainda Schuh que "também dá ênfase [...] ao não aparecimento de escassez de terra e mão-de-obra rural"; por fim temos Ruy Miller Paiva que centra suas análises na **insuficiência da demanda**. Além desses autores podemos citar ainda Pastore e Delfim Netto²⁸.

Por fim, é preciso deixar claro que mesmo os pressupostos da *teoria da modernização* também sofreram [re]interpretações do ponto de vista teórico tendo em vista a sua adaptação à realidade brasileira, principalmente no que diz respeito à justificação da manutenção da grande propriedade, transformada agora em grande empresa. Assim é que, segundo Santos (1986: 39):

*"Ignácio Rangel, partindo de bases diferentes das dos autores neoclássicos, defende a modernização da agricultura através de grandes empresas, o que também é feito por defensores da **teoria da modernização**, embora não encontrem estas justificativas nos fundamentos teóricos utilizados, já que nem Schultz (1965] nem Hayami e Ruttan (1971] permitem antever em suas teorias que a modernização deve ser incentivada principalmente via **grandes empresas** (grifo nosso)."*

²⁷ Para um maior aprofundamento do estudo desses modelos ver: Santos, 1986, p. 20-33. Op. cit.

²⁸ Para um maior aprofundamento sobre esse assunto recomendamos a leitura de Santo, 1986, p. 50 a 66. Op.Cit.

Portanto, e como já foi dito, tendo como referência o contexto global da Guerra Fria por um lado e, por outro, internamente, o processo de industrialização substitutiva de importações chegará à fase final de sua primeira etapa, encontramos o campo brasileiro, em inícios dos anos 60 sob uma acirrada polarização desses dois projetos. O resultado mais visível são os constantes conflitos em torno da luta e conquista pela posse e propriedade da terra que redundam, entre outras coisas, na morte de centenas de camponeses por todo o Brasil. Ou, como diz Sorj (1980: 28):

"Em fins da década de 1950, e claramente a partir da década de 1960, há uma quebra nos mecanismos de integração da agricultura no padrão de acumulação industrial, seja em termos políticos, seja em termos econômicos, que irá exigir uma reorganização da agricultura a partir da intervenção do Estado e dos grupos chamados a orientar a nova dinamização da produção agrícola e a renovação das estruturas de dominação. O rumo tomado pela reorganização agrária, porém, não estava predeterminado, foram as forças sociais vencedoras a nível de conjunto da sociedade e dentro do campo que orientaram o sentido e as formas de integração da agricultura ao nível da produção do Estado. No caso do Brasil pós-64, estas forças eram fundamentalmente o grande capital monopólico ao qual se associarão, em posição secundária, os grandes proprietários de terra.(grifo nosso)".

3.2. A OPÇÃO CONSERVADORA: O PÓS-64.

O Golpe Militar de 1964 veio representar a grande confluência das disputas existentes tanto no seio da sociedade civil brasileira quanto em torno do aparelho de Estado desde os inícios da década de 60, sendo a forma que uma das posições encontrou de subjugar a outra - o uso da força - , fazendo valer seu projeto. Resultando mais uma vez num acordo entre as "elites", e representando a quebra do pacto populista, o Golpe Militar de 1964, representou, no plano político, o rompimento do Estado de Direito e a ascensão, dentro do aparelho de Estado, de uma burocracia militar responsável por fazer valer o projeto político dessa mesma "elite" que reivindicava enquanto herança política e teórica o movimento tenentista e o projeto Nacional-Desenvolvimentista que agora entra numa nova fase. É dentro deste contexto mais amplo que vamos encontrar a opção de modernização do agro brasileiro, que se

dá sem que a reivindicação histórica da reforma agrária se concretize, ou melhor, que a mesma só se realize de forma parcial e de maneira a abafar as tensões sociais surgidas em torno da reivindicação de sua concretização. Para fazer valer o seu projeto para o campo brasileiro, o qual viria a ser chamado posteriormente, pela maioria dos estudiosos, de **Modernização Conservadora**,²⁹ o novo *Estabelecimento* corporificado na burocracia militar-estatal criou e fez uso de alguns mecanismos que ao tempo em que funcionaram como verdadeiros instrumentos visando alcançar a tão almejada modernização da agricultura foi também sendo moldado pelo processo. Antes, porém, de explicitar quais foram esses instrumentos faz-se necessário ver pelo menos mais dois aspectos que dizem respeito à conjuntura imediatamente anterior em que se dá a implantação do projeto de modernização da agricultura.

O primeiro diz respeito ao fato de que, a partir de 1930 assistimos ao deslocamento do eixo da acumulação capitalista no Brasil do setor agrícola exportador para o setor industrial. Tal fato só foi possível graças ao impulso que é dado à indústria pelo que se convencionou chamar de processo de substituição de importações. Esta nova etapa da economia brasileira levou por um lado a que, entre outras coisas, surgisse uma grande demanda por emprego urbano - embora que para alguns tal demanda teria sido maior se não fosse a utilização de tecnologia poupadora de mão-de-obra desde os primeiros momentos de implantação das indústrias - e, como consequência, desencadeou também o surgimento de um proletariado urbano. Por outro lado, este mesmo processo exigiu da agricultura uma mudança no papel que até então a mesma vinha desempenhando, ou seja, além de funcionar unicamente como exportadora de produtos agrícolas - que inclusive consistia senão na única mas na principal fonte de divisas da economia - , exigia-se agora da agricultura a liberação de mão-de-obra para a indústria e a produção de alimentos para o consumo interno. Tais exigências foram cumpridas pela agricultura, visto que, como diz Sorj [1980: 15-16]:

"...A agricultura foi importante fonte de força de trabalho para o setor urbano-industrial, tendo sua população relativamente decrescido em relação à população urbana, e embora ela tenha conseguido absorver parte importante do crescimento demográfico do setor".

²⁹ O que se entende como **Modernização Conservadora** é basicamente o fato de que houve uma mudança nos padrões técnicos sem que tenha havido mudanças na estrutura agrária do país, que é concentradora da terra. Para melhores esclarecimentos ver Guimarães (1982).

Interessante também é que: "Este desenvolvimento por sua vez se deu **sem modificações básicas na estrutura fundiária ou cortes drásticos ao nível das relações de produção** (grifo nosso)." (Sorj, 1980: 16).

Há de se perguntar como foi possível que isso tenha acontecido sem que estas **modificações básicas** tenham se dado. A resposta está nos excedentes da produção de subsistência e na **fronteira agrícola** os quais, sendo elementos diferentes, estão, porém, intimamente correlacionados. De fato, como diz Sorj (1980: 16):

"A expansão da produção agrícola - para o mercado interno e parcialmente para o externo - deve-se fundamentalmente ao aumento do excedente comercializado pelo pequenos produtores de subsistência, e a expansão da fronteira agrícola a partir da ocupação de novas áreas (grifo nosso). A expansão da fronteira envolve um duplo processo de mercantilização do excedente agrícola gerado pela pequena produção de posseiros devido à ação do capital comercial, assim como a própria expansão física da fronteira..."

Essa expansão se deu praticamente com a utilização de novas áreas, ou seja, foi uma **expansão horizontal** e praticamente sem aumento nos níveis de produtividade que ficou restrita a alguns produtos e em apenas alguns Estados (Sorj 1980: 18).

Por outro lado, a expansão da fronteira além de proporcionar o aumento da produção sem a exigência de aumento na produtividade da agricultura, ou seja, do uso intensivo de insumos, máquinas e novas tecnologias, teve também outro importante papel, qual seja, o de evitar ou, pelo menos, adiar o aparecimento de focos de tensão e/ou conflito rural nas antigas áreas já ocupadas:

"...Igualmente a fronteira permitiu, numa primeira fase, adiar as tendências de diferenciação social, sem eliminá-las. Essas tendências, com o 'fechamento da fronteira', tenderão a se aprofundar no futuro." (Sorj, 1980: 125).

É que essa expansão se deu inicialmente com a imigração para estas novas áreas de pequenos produtores expulsos de antigos latifúndios, de cujas terras tornavam-se posseiros, visto a inexistência de título legal de propriedade das áreas ocupadas (Sorj, 1980: 132).

Esses agricultores, com a prática da agricultura de subsistência, produziam de forma tradicional, ocasionando dessa forma e rapidamente o esgotamento dos solos o que, conseqüentemente, levava à busca de novas áreas para produzir. Dessa forma as antigas áreas eram então ocupadas por latifundiários, em sua maior parte interessados na exploração pecuária, sendo os métodos de ocupação das mesmas feitas, na maioria das vezes, de forma violenta e com a conivência do poder público. Como diz Sorj (1980: 16):

"...O trabalho do posseiro por sua vez gera as condições de ocupação de novas terras pelo latifúndio tradicional, orientado geralmente para a pecuária, que se apropria das suas terras seja pelo uso da violência ou pela compra da propriedade. A partir do rápido esgotamento dos solos pelas formas tradicionais de cultivo nas condições de produção efetuadas pelos posseiros e o cercamento pelo latifúndio, cria-se um círculo vicioso de produção intinerante que tem na vanguarda o posseiro e na retaguarda a pecuária extensiva (grifo nosso)."

Portanto, não assistimos com o processo de abertura/expansão da fronteira agrícola ao fim da concentração fundiária, apesar dessa abertura se dá inclusive sob os auspícios da pequena produção, pelo contrário:

"A expansão da agricultura brasileira nas últimas décadas teve como base a manutenção de uma estrutura de distribuição fundiária altamente concentrada e polarizada, onde um grupo pequeno de propriedades controla a maioria da terra e uma grande parte dos estabelecimentos..." (Sorj, 1980: 19).

De fato:

"O padrão de expansão agrícola brasileira conjuga de forma original a expansão da pequena produção, e portanto um caminho distributivo, que permanentemente é quebrado pelo latifúndio que volta a afirmar um caminho concentracionista de organização fundiária (grifo nosso). Trata-se então de um processo altamente dinâmico, no qual a pequena propriedade consegue incrementar a área ocupada, aí se consolidando em muitos casos, sem chegar porém, em geral, a eliminar o latifúndio." (Sorj, 1980: 20).

A expansão da fronteira proporcionou, ou melhor, possibilitou ainda a estruturação de uma nova divisão regional do trabalho na agricultura (Sorj, 1980: 16).

O segundo diz respeito ao processo de reorganização das classes no campo. De fato, no momento em que se assiste a um processo de integração econômica e política do conjunto do país liderado pela indústria insurgente, ou seja, a mudança do eixo de acumulação capitalista para o setor industrial da economia, o papel político da burguesia rural, ou mais precisamente, dos grandes proprietários rurais até então dominante no aparelho do Estado, é sensivelmente diminuído:

"A partir dos níveis de acumulação gerados pela indústria do Centro-Sul, particularmente a paulista, desencadeia-se um processo de unificação econômica do conjunto do país, através da capacidade de reorganização da divisão do trabalho que a indústria passa a impor ao espaço nacional. Dessa forma, processa-se uma integração político-econômica das diferentes regiões do país, que se afirmará a partir dos fins da década de 1930, quando se impõe um padrão de acumulação centrado na indústria para o mercado interno

A situação que se configura a partir de 1930 é o deslocamento dos grandes proprietários rurais da direção do Estado, visto que tanto as políticas econômicas quanto o conjunto da estrutura política se centram agora no setor urbano-industrial..." (Sorj, 1980: 21).

Essa diminuição do poder dos proprietários rurais, todavia, não implica num total alijamento destes, pelo contrário, a ideologia populista que, no âmbito político, dá a direção ao processo, sendo o padrão hegemônico direcionador das transformações por que passa a sociedade brasileira para uma sociedade industrial, implica num amplo e - ao mesmo tempo que aparentemente contraditório - complexo esquema de alianças onde as classes proprietárias continuam ocupando um importante papel, ainda que secundário. Basta termos em conta que, se o processo de industrialização a que se assistiu a partir da década de 30, proporciona não só o surgimento como também a integração do proletariado industrial dentro do sistema político burguês, com o seu pacto de dominação populista, o mesmo não se pode dizer do proletariado rural:

"As transformações sofridas pelo Estado brasileiro a partir da década de 1930 orientaram-se no sentido de integrar o proletariado industrial dentro do sistema político burguês, seja através de uma legislação social de perfil corporativista

que definia as condições de reprodução da força de trabalho, suas possibilidades de organização e expressão de suas reivindicações econômicas, como politicamente, em partidos de tipo populista. **Essas transformações não se efetivaram para o setor rural, onde as condições de reprodução da força de trabalho continuaram a verificar-se dentro dos padrões de dominação tradicional de caráter clientelístico...**" (Sorj, 1980: 22).

Para Oliveira (1981: 23):

"...o proletariado rural que se formou [no que ele chama de anos de passagem da economia de base agrário-exportadora para urbano-industrial] não ganhou estatuto de proletariado: tanto a legislação do trabalho praticamente não existe no campo como a previdência social não passa de uma utopia; isto é, do ponto de vista das relações internas à agricultura, o modelo permite a diferenciação produtiva e da produtividade, viabilizada pela manutenção de baixíssimos padrões do custo de reprodução da força de trabalho e portanto do nível de vida da massa trabalhadora rural."

E, mais adiante (Oliveira, 1981: 40):

"Ao mesmo tempo que cria as condições necessárias para a acumulação necessária para a industrialização, a legislação trabalhista, no sentido dado por Weffort é a cumieira de um pacto de classes, no qual a nascente burguesia industrial usará o apoio das classes trabalhadoras urbanas para liquidar politicamente as antigas classes proprietárias rurais; e essa aliança é não somente uma derivação da pressão das massas, mas uma necessidade para a burguesia industrial evitar que a economia, após os anos da guerra e com o 'boom' dos preços do café e de outras matérias-primas de origem agropecuária e extrativa, reverta a situação pré-anos 30. Assim inaugura-se um longo período de convivência entre políticas aparentemente contraditórias, que de um lado penalizam a produção para a exportação mas procuram manter a capacidade de importação do sistema [...] e de outro dirigem-se inquestionavelmente no sentido de beneficiar a empresa industrial motora da nova expansão. Seu sentido político mais profundo é o de mudar definitivamente a estrutura de poder, passando as novas classes burguesas empresariais industriais à posição de hegemonia. No entanto o processo se dá sob condições externas

geralmente adversas [...] e, portanto, um dos seus requisitos estruturais é o de manter as condições de reprodução das atividades agrícolas, não excluindo, portanto, totalmente, as classes proprietárias rurais nem da estrutura de poder nem dos ganhos da expansão do sistema. Como contrapartida, a legislação trabalhista não afetará as relações de produção agrária, preservando um modo de 'acumulação primitiva' extremamente adequado para a expansão global [grifo nosso]."

Por outro lado, não se vislumbra a existência de um forte movimento camponês, o qual sofre historicamente dificuldades extremas para se consolidar enquanto movimento social com condições de intervir de forma conseqüente na sociedade. Entre esses diversos entraves podemos citar com Sorj (1980: 22) pelo menos três, quais sejam:

"a) a dispersão física e o padrão de ocupação da terra descentralizado, em contraposição aos clássicos agrupamentos camponeses [...], limitando a comunicação e isolando a ação individual de resistência;

b) a existência da fronteira, permitindo canalizar permanentemente excedentes populacionais, limitando assim o processo de subdivisão das terras e empobrecimento dos camponeses; e

c) a inexistência, em grande parte do território nacional, de um campesinato livre anterior ao latifúndio e em contraposição a este, com tradições históricas de autonomia e luta."

Porém, "graças ao impacto das transformações da sociedade global que se orientam para o campo e ao aumento da militância política de diferentes setores dos trabalhadores rurais" (Sorj, 1980: 22) esse quadro começa a mudar em fins da década de 50, quando se assiste ao surgimento de diversos movimento camponeses em todo o Brasil, principalmente no Nordeste - com as Ligas Camponesas - e no Sul. As conseqüências mais imediatas que surgem desses movimentos, além dos seus aspectos repressivos, que desembocam com o Golpe Militar de 64, foram o surgimento, em primeiro lugar, do **Estatuto do Trabalhador Rural**, que proporcionava aos trabalhadores rurais algumas garantias organizativas - como a possibilidade de fundar sindicatos - e estendia para o campo alguns direitos garantidos aos trabalhadores urbanos, e em segundo lugar, o surgimento do **Estatuto da Terra**, que

visava a realização de uma Reforma Agrária. Tudo isso, todavia, foi feito com o claro fito de impor uma camisa de forças a estes movimentos sociais que surgiram por fora dele e contra o Estado. Como diz Sorj (1980: 23), estas foram *"medidas tomadas no sentido de integração ideológico-institucional dos trabalhadores rurais."*

Por fim, podemos dizer que, do ponto de vista econômico, a partir da década de 30 a agricultura passa a contribuir para a nova dinâmica capitalista a que o país assiste seja com a transferência dos excedentes da produção de exportação, as quais se dão com a manipulação das taxas cambiais que *"favoreciam as importações industriais"* e da manutenção da valorização do dólar, seja, como já foi visto, como fornecedora de mão-de-obra e alimentos para o consumo interno. Em inícios da década de 60, segundo Sorj (1980: 26):

"Esse padrão de integração do setor agrícola na acumulação capitalista passa a apresentar vários problemas. Pelo lado das exportações, estas se mantêm em constante desequilíbrio, ora aumentando ora descendo tanto em termos de volume quanto de valor, mantendo uma dependência fundamental do café. Por sua vez, a produção para o mercado interno passa a apresentar problemas de abastecimento em certos produtos - especialmente carne, feijão e frutas - com uma alta geral nos preços dos produtos alimentícios."

É dentro desse contexto, portanto, que assistimos ao surgimento do processo de modernização da agricultura, o qual, todavia, "não é simples decorrência ou reflexo destas dificuldades. Pelo contrário, ele exprime sobretudo a própria expansão do parque industrial, da siderurgia, a automotriz, a indústria química e farmacêutica que passam a procurar na atividade agroindustrial um novo campo de valorização." (Sorj, 1980: 27).

Este processo, como já foi dito acima, se dá com a criação e adoção, por parte da nova 'elite' burocrática-militar dominante, de alguns mecanismos de que se fez uso. O importante é percebermos, no entanto, que o processo assistido não implicou em uma mudança do padrão fundiário no campo brasileiro por parte de seus formuladores nem foi pressuposto dela, se isto, por um lado, é o que individualiza e/ou caracteriza o caso brasileiro em relação aos processos 'clássicos', em que se assiste de fato a verdadeiros processos de reformas agrárias, como é o caso da maioria países europeus, bem como dos novos países - os NICs - que assistiram a um surto

desenvolvimentista na década do imediato pós-guerra, como o Japão, a Coréia e outros; por outro, representa a continuidade de um vínculo histórico com o passado representado pelo latifúndio e tudo que este significa na formação da sociedade brasileira, ou seja, a herança dos coronéis, dos senhorzinhos e de tantos outros atores sociais que, mesmo atualmente reciclados, trazem em suas práticas os velhos métodos de dominação política, ideológica e econômica. Vejamos, pois, quais foram esses novos mecanismos.

3.2.1.O ESTATUTO DA TERRA.

O **Estatuto da Terra** ³⁰ é um dos primeiros e mais importantes mecanismos utilizados tendo em vista a modernização da agricultura brasileira, porque estruturador da base jurídico estatal em que esta se daria. Esta Lei, ao mesmo tempo que apontava como uma resposta para a reivindicação histórica de distribuição de terra, propondo uma reforma agrária, criava, também, as linhas gerais para a modernização do agro com base na grande propriedade, ou melhor, no empreendimento capitalista baseado nessa. Segundo Delgado (1985: 44) o Estatuto da Terra:

*"...contém toda uma legislação agrária, consubstanciada, por um lado, no **princípio da reforma agrária**, e, por outro, na estruturação de condições favoráveis ao **empreendimento capitalista na agricultura**.*

Não é preciso alongar-me para indicar que a vertente reformista do Estatuto da Terra feneceu rapidamente sob o impacto das novas alianças políticas gestadas pelo Golpe de 1964 [grifos do autor] [...]

*Prevaleceu a **vertente do desenvolvimento rural sob a égide da empresa capitalista** [grifo nosso], que com o tempo assumiu todo o espaço de execução da política agrária, revertendo, na prática, as declarações reformistas do Estatuto da Terra e, principalmente, do Estatuto do Trabalhador Rural."*

Dessa forma, ao mesmo tempo que - pela primeira vez na história do Brasil - o Estado reconhecia, inclusive juridicamente, a demanda da luta pela terra, fazendo com que os agentes que historicamente a reivindicavam se acomodassem - mesmo que por um tempo - , criava também os instrumentos de viabilização de um padrão de desenvolvimento com base na grande propriedade. Neste sentido, podemos dizer que

³⁰ Lei nº 4.504/ 64

o **Estatuto da Terra** representou a síntese das contradições presentes na sociedade, todavia, com o claro objetivo de acomodar os interesses conflitantes, passando para as mãos dos agentes estatais, no momento comprometidos com os interesses do *Estabelechiment*, a execução de uma Reforma Agrária que não viria.

3.2.2.O SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO RURAL - SNCR.

Inserto já no próprio Estatuto da Terra, e tendo em vista a proposta modernizante com base no grande empreendimento rural, a nova correlação de forças dirigentes criou outro instrumento para implementar o seu projeto de desenvolvimento para a agricultura brasileira, o **SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural** -, este, seria o principal instrumento de financiamento da agricultura, bancado inicialmente e basicamente pelo Estado, ao mesmo tempo que faria com que esta passasse a fazer parte do conjunto da economia como um campo a mais de investimentos por parte dos capitais privados, principalmente a partir dos anos oitenta quando: *as operações de mercado aberto adquiriram uma presença dominante em toda a economia* (Buainain, 1995: 28). Indubitavelmente, um dos principais instrumentos utilizados para a implementação do projeto de modernização da agricultura brasileira diz respeito ao **SNCR**, não que anteriormente à sua implantação não existissem políticas de financiamento, todavia, estas eram isoladas e realizadas por meio de diversos institutos existentes, os quais visavam apenas o incentivo a alguns produtos, como era o caso do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), o Instituto Brasileiro do Café (IBC), e outros. Porém, o objetivo maior dessas políticas de financiamento, via Institutos, era mediar os interesses das oligarquias tradicionais rurais desses setores (Delgado, 1985: 20-21).

Portanto, somente a partir de meados da década de 60, com a implantação do referido sistema de crédito, é que assistimos a uma política clara de modernização agrícola comandada pelo Estado, o seu maior avalizador. Desde a sua implantação, o **SNCR**, de acordo com Kageyama (1990: 157-172), assiste a duas fases distintas. A primeira que vai da sua criação até fins da década de 70. Esta fase, denominada pela autora **modernização compulsória**, consiste na existência de crédito abundante e barato - principalmente para investimento e custeio, sendo que o primeiro chega a alcançar 33% em 72 e o segundo 40% durante a primeira década de 70 - .Tais

empréstimos, contratados a juros negativos, visavam implantar um padrão técnico-econômico, mesmo que este não representasse os padrões do mercado, transformando-o no padrão dominante. O objetivo principal dessa política era viabilizar a agricultura. A segunda fase, que se inicia em 79, representa a **crise desse padrão de financiamento**. Essa crise ocorre por vários motivos, entre outros, a política monetária do, à época, ministro Simonsen, a crise do petróleo e as políticas cambiais. Basta vermos que entre 1979 e 1984 o volume de crédito foi reduzido em mais de 50%. Embora este não tenha deixado de existir, deixou, porém, de ter um caráter genérico sendo substituído pelo crédito dirigido ainda mais subsidiado, ou seja, passou a ter um caráter mais seletivo (Martine, 1989: 8). Uma outra característica desta nova fase é que, ao contrário da anterior, o que passa a ser prioritário não é mais a **política de crédito** mais sim a **política de preços mínimos**. O que está aqui implícito é que há um reconhecimento por parte do Estado de que o setor agrícola já havia alcançado uma certa **maturidade**, podendo manter-se a partir do próprio jogo do mercado. Ou seja, o Estado não mais intervirá sobre o **como produzir** mas **no que e no quanto produzir**. Em outras palavras, o Estado, em vez de assegurar a rentabilidade dos mercado *ex ante* - via política de crédito subsidiado - passou a tentar assegurá-la *ex post*.

Todavia, e ainda no que diz respeito à política de preços mínimos, não se tardou a perceber o quanto ela era ineficaz e não respondia de forma eficiente aos objetivos a que se propunha, ou seja, direcionar recursos para determinadas produtos, produtores e regiões. Ao tomarmos conhecimento da avaliação feita por Delgado (1990: 147-174) da **Política de Garantia de Preços Mínimos - PGMP** -, chegamos a conclusão de que a fixação do **Preço Mínimo** era apenas a ponta do *iceberg* de um complexo sistema que articulava um conjunto de subitens que iam desde o preço básico definido *ex-ante*, passando pelos estoques e tendo o seu término com a colocação no mercado dos produtos estocados. Esse processo, aqui apresentado de forma sumária, é permeado de toda uma rede burocrática que transforma as atividades meio em empecilho para a concretização das atividades fins³¹. Como resultado geral dessa política temos que em 1988 ela foi responsável por um déficit em caixa da ordem de 0,8% do PIB - Produto Interno Bruto - , o que, em termos quantitativos, equívale, à época, a 2,4 bilhões de

³¹ Só a título de exemplificação temos que em 1988 os itens **Comissões, Tributos e Quebras e Perdas não Ressarcidas**, representaram 11,6% dos custos totais.

dólares para um valor global de estoque de 720 milhões de dólares (Delgado, 1990: 148). Por fim, podemos dizer com Sorj (1980: 89) que:

"A política de crédito rural tem dois aspectos básicos. Por um lado, visa modernizar as forças produtivas, e desse ponto de vista pode ser considerado como um crédito para o conjunto do complexo agroindustrial, que [...] se favorece mais do crédito rural do que o próprio setor agrícola. Por outro, trata de compensar a política de controle de preços, sendo uma transferência de renda especialmente para os médios e grandes produtores, que tem maiores condições de reagir contra essa política. Os produtores tradicionais, que são os menos favorecidos pelo crédito rural, por sua vez, tem poucas opções econômicas de modificar ou abandonar o tipo e o volume de produção."

Neste sentido o **SNCR** tinha como uma de suas principais funções consolidar o CAI, o que para Delgado (1985: 138), foi aparentemente conseguido.

3.3. A FORMAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL - CAI.

Como resultado do processo de modernização assistimos ao surgimento do que se passou a denominar usualmente de processo de industrialização do agro, ou, mais precisamente, de formação do **Complexos Agroindustrial - CAI** - brasileiro. A 'caificação' da agricultura brasileira, fenômeno que se assiste de forma mais efetiva a partir da segunda metade da década de 60, mais do que um mecanismo é na verdade resultado desse processo. Já vimos como, do ponto de vista conceitual, é entendido o fenômeno do CAI, tanto no que diz respeito à literatura internacional, quanto à adaptação que o mesmo sofre quando da sua utilização para a realidade latino-americana e brasileira em particular. Vejamos agora como se dá, historicamente, a fase de transição para o CAI brasileiro e em que este consiste.

Durante muitos anos, e mais precisamente a partir da década de 30 em diante, com o início do processo de substituição de importações e, conseqüentemente, com o substancial aumento da demanda por produtos agrícolas por parte do setor urbano, a agricultura respondeu também com um aumento da produção capaz de gerar um excedente para o mercado, aumento esse que se deu com expansão da produção tradicional. Todavia, essa também apresenta limites:

"Durante um longo período a fonte central de geração de excedentes agrícolas foi a expansão da produção tradicional. Mas essa expansão possui limites muito claros quanto à geração de excedentes, vistos estes dependerem da existência de terras disponíveis e viáveis em termos de fertilidade, custos de transporte, etc. e força de trabalho" (Sorj, 1980: 29).

Esse processo de expansão horizontal, ou melhor, extensivo, da agricultura brasileira, começa a apresentar suas limitações já em início da década de 60, quando os fatores de produção terra e mão-de-obra ficam cada vez mais escassos³². É, porém, essa limitação, que faz com que se assista a consolidação do CAI. Na verdade, desde a década de 50 assiste-se a um aumento do consumo de insumos e maquinarias o que faz com que surja um novo campo de valorização para o capital industrial, justificando dessa forma o investimento no setor:

"Portanto a expansão do complexo agroindustrial no Brasil se funda no próprio crescimento da produção agrícola na medida em que esta cria o mercado necessário para a sua realização [...]"

*Encontramo-nos, então, frente a uma situação em que o aumento da produção agropecuária necessária para manter as proporções entre os Departamentos I e II, sem penalizar a capacidade de importação de bens de produção, só é possível através de incremento de produtividade, **na medida em que se esgota o padrão de expansão extensiva** [grifo nosso]. Isso será obtido pela criação de um complexo agroindustrial interno, que permita novos incrementos da produção e produtividade agrícolas." (Sorj, 1980: 29 - 30).*

O fim do processo de expansão extensivo coincide com o fato de que:

"...a essa altura o Brasil já tinha atingido um nível de acumulação industrial que lhe permitiu expandir sua produção agrícola [...] através de ganhos de produtividade obtidos pela expansão de seu parque industrial orientado para a agricultura. Isso não significa que não se apresentem ainda problemas de

³² Aqui se faz necessário entender a escassez - tanto da terra quanto da mão-de-obra - no sentido que é dado por Sorj (1980: 30), visto que, como afirma este autor, ao comentar o fim do processo de expansão horizontal, em nota de rodapé:

"O 'fechamento da fronteira' deve ser entendido não só como um processo político-jurídico de ocupação das terras livres pelos posseiros e grandes proprietários mas também como um processo econômico pelo qual deixa de ser rentável produzir ou inverter capital em regiões distantes dos mercados, desde o momento em que se dá um decréscimo da fertilidade natural do solo."

desequilíbrios entre o Departamento I e II, na medida em que o processo de agroindustrialização da agricultura é um processo lento e desigual." (Sorj, 1980: 30).

Desde o início de sua formação o CAI brasileiro adquire características idênticas a de outros ramos de produção industrial, ou seja, alto grau de concentração, concorrência oligopólica e controle por parte do capital monopólico estrangeiro e nacional. Para constatar isto basta vermos a tabela (anexo 3), citada em Sorj (1980, 32) que nos fornece dados sobre as 200 maiores empresas de setores ligados à agricultura (dados relativos a 1976).

Portanto, como podemos perceber, a participação do capital estrangeiro é, desde sempre, muito presente e importante na conformação do nosso CAI.

Uma outra característica da agricultura brasileira e do conjunto das indústrias tanto a sua jusante quanto a sua montante diz respeito ao papel desempenhado pelo Estado. Esse, ao contrário do que ocorreu em outros setores da economia desde os anos 30, não teve, nesse setor, uma participação direta na produção, aqui a *empresa estatal geralmente não ocupa um lugar importante* (Sorj, 1980: 32). De fato, o Estado agiu de forma diferente no que diz respeito a conformação do CAI, para Sorj (1980: 34):

"A penetração de subsidiárias das corporações internacionais tem um duplo efeito. Além do controle direto dos diferentes setores de produção, tem havido uma transformação do conjunto do setor, que determina os parâmetros tecnológicos, de escala de produção e tipo de produto. Consequentemente, o resto da indústria nacional ou se adequa ao novo estilo de estratégia empresarial, ou desaparece. Nesse sentido, a ação do Estado baseia-se em medidas que procurem elevar os níveis de eficiência e produtividade da indústria nacional. No bojo dessa política, a ação das subsidiárias desempenham um papel central, mas, uma vez que as empresas nacionais se orientem na direção da estratégia estatal, recebem um amplo apoio do Estado. As empresas processadoras, por exemplo, das grandes cooperativas, vem recebendo um amplo apoio do Estado para uma maior expansão industrial e comercial, capacitando-as a concorrer com as grandes empresas estrangeiras que atuam no setor (grifo nosso)."

E mais adiante (Sorj, 1980: 66):

"A ação do Estado regula essa dinâmica (da expansão agrícola), ao mesmo tempo que orienta e impulsiona certos setores com créditos e subsídios, além de fazer média entre os interesses das diferentes facções do capital e entre os produtores agrícolas, o complexo agroindustrial e o conjunto das necessidades de reprodução do capital social [...]"

A ação do Estado não pode ser vista somente como expressão dos interesses imediatos em jogo. Ela é igualmente permeada pelas contradições mais amplas da sociedade, em particular por se tratar de um setor fundamental na cesta de consumo do proletariado urbano. Desta forma, a ação orienta-se no sentido de controlar esse setor, visto ser ele por demais importante para que seja deixado livremente nas mãos do próprio capital privado.

Se o papel do Estado como incentivador da produtividade agrícola permite aumentar a produção e a produtividade, a acumulação que esse crescimento do excedente permitirá dar-se-á fundamentalmente no setor industrial de insumos e do processamento. Na agricultura, com exceção de poucas grandes empresas capitalistas, os estabelecimentos de pequeno porte que se capitalizam não atingem geralmente nenhum incremento relevante de sua renda. Assim, a possibilidade de reprodução ampliada na agricultura está dada pelo crédito subsidiado. Esse atua como mecanismo de manutenção da reprodução ampliada da indústria de insumos e de processamento e da comercialização através do aumento da produção."

Quanto à fase final do processo produtivo do CAI, que diz respeito à transformação dos produtos, tem-se assistido a uma crescente diversificação, visto que esse vai desde o simples processo de embalagem até à transformação em novos produtos, onde o(s) produto(s) primário(s), ou é(são) totalmente transformado(s), ou entra(m) como mais um de uma série de ingredientes. Por sua vez, isso tem implicado em grandes mudanças no hábito alimentar da população e, portanto, também no consumo (Sorj 1980: 43).

Para termos uma noção dessas transformações vejamos a tabela (anexo 4), citada por Sorj (1980: 43) que mostra os principais produtos lançados pela empresa Nestlé, no Brasil, entre 1921 e 1975.

Tal como ocorreu em outras realidades, como nos países da Europa e nos Estados Unidos, o processo de 'caificação' trouxe profundas mudanças na relação entre a diversidade dos produtores com o mercado, principalmente com a transplantação para nossa realidade dos modelos de integração e/ou quase integração - especialmente via os contratos agrícolas - , a que se tem assistido principalmente a partir dos anos 60. Por outro lado, são poucas as empresas agroindustriais integradas (Sorj, 1980: 47).

É interessante perceber que a maioria das indústrias onde o processo de integração é totalmente internalizada se encontra em sua maioria na região Nordeste (Sorj, 1980: 48).

Desta forma não resta dúvidas que a maior parte dos produtos e processos agroindustriais se dão através da semi-integração (Sorj, 1980: 50).

Dessa forma ainda é que encontramos a integração ao mercado de pequenos produtores, que apesar de serem proprietários formais de suas terras e 'donos' da produção, na prática, são obrigados a entregarem o resultados de suas produções às indústrias processadoras, as quais *"Utilizando mecanismos financeiros e controle técnico da produção, ela [a indústria] contrata a compra da produção, geralmente a preços fixos com antecedência."* (Sorj, 1980: 50).

Nos últimos anos, porém, tem-se assistido ao surgimento de uma classe de pequenos proprietários capitalizados, principalmente produtores de trigo e soja, do sul, que, procurando escapar da exploração a que são submetidos pelas indústrias transformadoras, tem buscado formas próprias de organização, principalmente via cooperativas, com a construção de suas próprias plantas industriais e esquema de comercialização autônomos, garantindo dessa forma maiores lucros e menores transferências de renda. Assim é que surgiram cooperativas, como por exemplo a Contrijui, que hoje concorrem em pé de igualdade com as grandes empresas nacionais e multinacionais do setor. Todavia, é bom não esquecer que:

"A importância desse processo de concentração e centralização de capital a nível das grandes cooperativas deve ser qualificada, no sentido de que não implica necessariamente o melhoramento das condições materiais dos pequenos estabelecimentos." (Sorj, 1980: 55).

Para Kageyama (1990: 186-188), o setor agrícola brasileiro consiste em 4

segmentos diferenciados, tendo por base o seu nível de 'caificação', que são: os *complexos agroindustriais completos*; os *complexos industrializados a montante*; um *conjunto de atividades modernizadas* e por último as atividades onde ainda prevalece *a produção em base quase que artesanal*.

Quanto ao mecanismo histórico de transferência dos excedentes da agricultura para outros setores da economia, ou seja, para o capital industrial e comercial, que anteriormente se dava através do papel desempenhado pelo capital comercial e do seu controle sobre a produção, esse se modifica qualitativamente com o CAI:

"O mecanismo fundamental de transferência dos excedentes do setor agrícola para o capital industrial e comercial se dá através de esquemas de controle da produção agrícola pelas empresas industriais e de comercialização. Esse tipo atual de transferência diferencia-se qualitativamente das formas antigas que eram feitas através do controle da produção pelo capital comercial tradicional. Este baseava-se no atraso do pequeno produtor, sua atomização e isolamento do circuito capitalista. Nas formas atuais há um real controle monopsônico do mercado por intermédio da indústria de processamento (ou venda direta ao público no caso dos supermercados). Dentro desse processo o pequeno produtor pode se modernizar mas nem por isso se torna mais independente." (Sorj, 1980: 46).

Ademais, uma outra característica do CAI é que este leva a um processo de interdependência da agricultura com os outros setores da economia, desetorizando esta:

"Estes graus de interdependência (da agricultura com os setores a jusante e a montante) tem implicações cruciais na determinação do lugar da agricultura no desenvolvimento do país, porquanto os interesses sociais nucleados no capital comercial e assentados na propriedade territorial e na generosidade da natureza foram deslocados pelos interesses nucleados no capital industrial e financeiro e na agricultura moderna." (Muller 1989: 30).

Por outro lado, é preciso distinguir, como faz Delgado (1985: 33-34) a transformação da base técnica da agricultura com a consolidação do CAI, que implica em intersetorialidade e financeirização da agricultura:

"A transformação da base técnica da agricultura e a constituição do CAI são

processos distintos e historicamente separados. O primeiro, se entendido enquanto processo de transformação dos meios de produção utilizados pela agricultura, de 'insumos naturais' para bens de produção industriais, é basicamente, no Brasil, um processo de mudança técnica do pós-guerra [...]

Um terceiro momento das relações agricultura-indústria é o processo de fusão ou integração de capitais intersetoriais. Essa integração se distingue da integração técnica agricultura-indústria, embora se realize com o suporte dela. Mas a integração de capitais terá um raio de abrangência mais amplo, compreendendo não apenas o aprofundamento da relações interindustriais, mas outras formas de integração e conglomeração sob o comando do grande capital (grifo nosso)."

Por fim, temos que o surgimento do CAI, ao contrário do que alguns defendem, como é o caso de Alves e Contini (1988: 49-98), não transformou essencialmente o modelo de desenvolvimento da agricultura até então implementado, ou seja, tendo por base o Estado enquanto principal financiador e avalizador (Martine 1989: 24).

Este processo de modernização do agro brasileiro que teve seus primórdios na década de 60, resultou no que hoje entendemos como a modernização do setor agrícola brasileiro. Ou seja, uma agricultura onde boa parte dos seus setores produtivos, com exceção de produtos e regiões, está totalmente integrado ao mercado via a conformação de um complexo agroindustrial. Sem sombra de dúvidas, para alcançarmos esta moderna estrutura contamos com a efetiva participação e financiamento do Estado. Todavia, como veremos, este modelo encontra-se em crise, entre outras coisas pela impossibilidade da continuidade do Estado em continuar financiando-o. Tal impossibilidade cria margens a que velhas questões, que acreditava-se superadas, tal como a necessidade de uma reforma agrária, voltem à ordem do dia sob velhas e novas roupagens e com a participação de velhos e novos atores.

CAPÍTULO IV

A CRISE DO MODELO: HÁ ALTERNATIVAS PARA O TITANIC?

Neste capítulo faremos uma leitura da situação da agricultura brasileira nas duas últimas décadas. Veremos como, a partir de fins da década de 70 e adentrando a década de 80, o modelo até então implantado começou a entrar em uma crise, que tem como ingrediente fundamental o modelo de crédito para a agricultura, seu principal instrumento de sustentação, que passa a partir de então a ser, em razão da conjuntura mundial, cada vez mais escasso. Veremos algumas alternativas que tem sido apontadas para a agricultura, tendo como pano de fundo o novo contexto do mundo "globalizado". Aqui faremos uma reflexão sobre o momento atual por que passa a agricultura brasileira e as principais correntes de pensamento que, em função da 'crise de modelo', propõe alternativas, disputando-as no seio da sociedade, junto aos agentes envolvidos bem como dentro do aparelho de estado.

4.1. - A CRISE DO MODELO: DA CRISE DO PETRÓLEO ÀS SUPERSAFRAS E ÀS DÍVIDAS AGRÍCOLAS.

Em fins da década de 70 e início da década de 80 assistimos ao início do processo de crise do modelo de desenvolvimento capitalista adotado para os países subdesenvolvidos, crise esta que se reflete também no modelo de desenvolvimento até então adotado para a agricultura brasileira, tendo como base o crédito rural: "O padrão de financiamento baseado no crédito fortemente subsidiado fraquejou no final da década de 70, e entrou definitivamente em crise a partir dos anos 80." (Martine, 1989: 7). Apesar de, como diz o próprio Martine (1989: 8), não se tratar precisamente do fim do processo de financiamento da agricultura através do crédito subsidiado, mas, tão somente de sua redefinição, visto que a:

*"...aparente maturidade do padrão agrícola pode ter sido, nessa época, mais potencial do que real, pois a retirada do crédito subsidiado **genérico** foi substituída pelo crédito **dirigido** ainda mais subsidiado [...] Ou seja, não houve exatamente uma eliminação do tratamento creditício preferencial, senão*

somente maior seletividade dos beneficiários que, paradoxalmente, passaram a ser mais subsidiados que antes (grifo nosso)."

Portanto, apesar das mudanças profundas ocorridas durante a década de 80, a política de crédito não perdeu sua importância. Mesmo não mais fazendo parte de uma política específica com índices particulares para o setor agrícola como na década anterior e sim inserido no sistema financeiro *geral* (Kageyama, 1990: 126), portanto, sujeito as mesmas regras de financiamentos válidos para os demais setores e correndo os mesmos riscos, assistimos a uma constante demanda por crédito por parte dos produtores visando financiar a produção.

Mesmo assim, não podemos negar que a mudança do paradigma é uma realidade e que esse processo irá afunilar-se nos anos que se seguem à década de 80, seja como consequência da crise do Estado, seja como consequência do processo de globalização e da política de caráter neoliberal a partir de então adotada.

A falência do modelo de desenvolvimento da agricultura foi em parte resultado e ao mesmo tempo dizia muito do momento porque passava a economia nacional naqueles anos, haja vista que, como setor da economia totalmente integrado, a agricultura não poderia ficar imune às consequências que as crise impuseram à economia como um todo. Entre diversos fenômenos, todos de certa forma interdependentes, que contribuíram para a crise, podemos citar, principalmente, em primeiro lugar, a crise do petróleo, a qual, no que diz respeito especificamente a agricultura, contribuiu para encarecer a maioria dos insumos com base nos derivados do petróleo. Juntamente com outros fatores, a crise do petróleo contribuiu ainda para a crise de endividamento externo e interno do Estado, este um segundo fator muito importante para a agricultura, visto que todo o modelo tinha como base e sustentáculo o financiamento com subsídio estatal³³. Esta crise do Estado fez com que os diversos

³³ Para Muller [1989: 56], o papel do Estado é importante como planejador da agricultura para o lucro:

"Penso, no entanto, que se pode sustentar que a regulação da agricultura industrializada pela taxa média de lucro já não é mais possível, não só pela existência de grandes empresas que incorporam a produção agrícola [...], mas porque o Estado é o agente que possibilitou [no período 1965 - 1980] a conversão e que, efetivamente, converte o capital social total que opera na agricultura em capital em geral [grifo nosso]. É que o Estado erigiu-se como capitalista financeiro por excelência, facultando a existência de capitais agrícolas de alta composição orgânica. Vale dizer, o capital financeiro estatal posto à disposição da agricultura amalgamou-se com o capital social total agrícola alterando as condições de distribuição dos capitais privados que certamente se davam através de uma 'taxa média' de lucro. Em outros termos [...] o Estado planifica a agricultura para o lucro, no interior da qual opera uma certa 'taxa média' que distribui os capitais privados e, por força, as diversas formas de riqueza produtiva [grifo nosso]."

E, mais adiante, faz o autor *ut supra* uma afirmação, seguida de um questionamento e de sua possível

governos fossem forçados a adotar políticas de austeridade nos seus gastos; uma política de valorização cambial que refletia diretamente na exportação de produtos agrícolas, valorizando esta em detrimento do mercado interno, isto como forma de conseguir mais recursos externos tendo em vista manter as obrigações de pagamento da dívida externa e de seus serviços; uma política anti-inflacionária que exigia da agricultura perda de rendas, já que visava principalmente diminuir os custos da cesta básica, como forma de acomodar as pressões dos setores urbanos, principalmente das classes trabalhadoras, que estavam pressionando contra a política recessiva, sem ter maiores preocupação em dar garantias aos produtores, entre outras. Como diz Buainain & Rezende (1995: 25):

"Até a explosão da dívida, as políticas macroeconômicas no Brasil haviam visado primeiro favorecer o crescimento mais que garantir o equilíbrio macroeconômico. A partir do início dos anos oitenta, a política macroeconômica veio perdendo sua flexibilidade [graus de liberdade]. Os formuladores de políticas viram-se obrigados a enfrentar a restrição macroeconômica de modo mais sistemático e a concentrar-se no equilíbrio macroeconômico fundamental. Esta mudança na natureza da política econômica teve um impacto direto sobre as políticas agrícolas, que até então haviam sido desenhadas e implementadas de modo bastante autônomo em relação à restrição da política macroeconômica e pareciam contar com uma 'oferta ilimitada de recursos'. Além das crescentes restrições de recursos, as mudanças no ambiente macroeconômico [...] tanto quanto os desequilíbrios no setor agrícola, induziram mudanças nas políticas setoriais, desde seus objetivos até seus instrumentos (grifos nosso)."

Tais políticas foram se consolidando ao longo dos anos, como exigência da nova correlação de forças que se configurava no âmbito da disputa de poder interno em torno do Estado e da necessidade de sua 'redemocratização' bem como,

resposta:

"Neste sentido os estudos que tentam analisar a performance das unidades rurais considerando o mercado rural como concorrencial, pura e simplesmente, ou seja, não levando em conta os incentivos, os contingencionamentos, as lutas institucionais no estabelecimento dos valores básicos, as cooperativas, as fortes organizações dos interesses sócios-econômicos ligados aos principais produtores agrícolas, tendem a concluir pela inviabilidade do empreendimento capitalista no agro. Geralmente, o suposto destes estudos é que o capitalista em geral, o Estado, é tão somente uma anomalia econômica. Supondo-se que o Estado se retirasse abruptamente como financiador das atividades rurais, o que aconteceria com os empreendimentos agrícolas? Certamente uma desenfreada concorrência intercapitalista entre os proprietários e as organizações que operam na agricultura industrializada." [Muller, 1989: 58].

externamente, como política de 'ajuste estrutural' exigida por parte do capital internacional, representado e capitaneado pelo FMI, as quais se estenderam por toda a década de 80, conhecida economicamente com a 'década perdida', e em termos políticos como período de 'transição democrática' e que, de certa forma, perdura ainda nos nossos dias³⁴.

Todavia, a crise que a agricultura sofreu (sofre), foi (é) principalmente, reflexo da crise do modelo nacional-desenvolvimentista - na terminologia Kurziana: '**economias recuperadoras**' - que dera início a todo o processo e conseqüente surto de desenvolvimento que se assistirá ao longo de quatro décadas, o qual, e como já foi visto em momentos anteriores, por sua vez, foi também fruto do paradigma mundial de desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo. Todo esse processo começou a perder fôlego e a mostrar suas limitações a partir dos anos 80. A partir dessa década, precisamente em meados dela, assistimos à retirada, primeiramente, dos subsídios estatais via crédito, fornecido com taxas de juro abaixo do mercado, já a partir de 79 e, mais adiante, a diminuição mesmo da quantidade dos recursos financiados. Para termos apenas uma noção de quanto representou esta diminuição, basta lembramos, com base nos dados da CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - responsável pela investigação da dívida da agricultura, que em menos de quinze anos a queda de volume de recursos para o crédito rural foi da ordem de 18 bilhões para 5 bilhões de dólares. Mesmo que levemos em conta o fato de que o Estado ao mesmo tempo que fechava o caminho do financiamento por meio do crédito tenha tentado abri-lo por meio da Política de Preços Mínimos, através de uma política *ex-post*, como já foi visto, o que temos, em fins da década de 80, é a falta de capacidade do Estado para continuar bancando, nos mesmos moldes, a política de Preços Mínimos até então adotada pelos diversos governos. Dessa forma, cria-se um duplo impasse: de um lado, a não garantia de Preços Mínimos para as safras, que compensassem os custos de produção e garantissem um mínimo de lucratividade com uma relativa taxa de retorno para os agricultores, faz com que, por outro lado, crie-se uma situação de inadimplência por parte destes em relação aos empréstimos que tiveram que fazer

³⁴ Para um estudo mais aprofundado das política de ajuste e seus reflexos sobre a agricultura brasileira recomendamos um trabalho bastante atual fruto de um seminário realizado pela FAO e pelo NEA-IE da UNICAMP, com o apoio da ABRA que tem como organizador Pedro RAMOS e Bastiaan P. REYDON, trata-se do livro: *Agropecuária e Agroindústria no Brasil - Ajuste, Situação Atual e Perspectivas*, 1 ed., ABRA, Campinas, SP, 1995. Recomendamos principalmente o artigo de REZENDE e BUAINAIN: *Ajuste, Inflação e Agricultura no Brasil: A Experiência dos Anos Oitenta*.

junto às agências de financiamento para produzir, principalmente o Banco do Brasil, os quais, desde fins dos anos 70 praticam uma política de juros de mercado para o setor.

Supreendentemente, porém, a agricultura continuou a crescer durante os anos 80, pelos menos em relação ao quadro econômico da época. Uma das explicações para este crescimento, mesmo não contemplando toda a complexa realidade da questão, diz respeito ao fato de que se assiste aqui ao amadurecimento dos investimentos feitos na década anterior:

"De fato, a interpretação desse desempenho positivo, num momento de notória retração do crédito e de sinalização negativa dos preços internacionais [...] parece envolver diversas facetas. Tem-se argumentado, inicialmente, que esse fenômeno refletiria um estágio de 'plena' ou 'relativa' maturidade do novo padrão agrícola [...]. A retirada de subsídios ao crédito teria encontrado uma estrutura produtiva tecnologicamente consolidada e capaz de reagir a estímulos de mercado [grifo nosso]." (Martine, 1989: 8).

Além disto, temos, é claro, o fato de que o crédito continuou a ser concedido, mesmo que agora de forma seletiva e dirigida. Verdade que este crescimento foi bem menor que em relação a década anterior, pois que de 3,2% a.a. nesta, contra 5,6% a.a. naquela:

"Ao longo da última década a agricultura brasileira cresceu a uma taxa anual de 3,2%. Esta taxa representou sem dúvida uma desaceleração se comparada com os 5,6% registrados durante os anos setenta [...] no contexto dos anos oitenta, caracterizados por uma desaceleração acentuada do crescimento econômico do país e pela deterioração global do quadro macroeconômico, o desempenho da agricultura brasileira foi visto como notável pela maioria dos analistas." (Buainain & Rezende, 1995: 23).

Os mesmos autores, todavia, admitem que este crescimento foi irregular e cheio de sobressaltos:

"O crescimento da agricultura não foi regular ao longo da década. Uma análise ano a ano dos resultados revela flutuações significativas no nível da produção, o qual caiu drasticamente durante alguns anos e voltou a recuperar-se de modo ainda mais impressionante no período subsequente." (Buainain & Rezende, 1995: 23-24).

Ainda para os autores *ut supra*, a novidade neste período é como se processa a inflação brasileira que, apesar de não ser um fenômeno novo na economia, adquire feições de ser instável. Por outro lado, assiste-se também ao rápido florescimento do mercado de títulos da dívida pública, dos quais a agricultura passa essencialmente, direta ou indiretamente, a depender: *“Os elos entre o mercado de títulos públicos e a agricultura são essenciais para entender-se a dinâmica da produção agrícola a partir dos anos oitenta.”* (Buainain & Rezende, 1995: 25). Para justificar suas afirmações Buainain e Rezende fazem uso do seguinte raciocínio. Inicialmente tentam periodizar a década, dividindo-a do ponto de vista da política econômica voltada para a agricultura em duas grandes e distintas fases:

*“Não é fácil periodizar a década tomando como critério demarcador os diferentes arcabouços de políticas, na medida que as políticas agrícolas, ao invés de seguirem uma estratégia de desenvolvimento setorial bem definida, foram principalmente introduzidas como medidas **ad hoc** em resposta a preocupações de curto prazo, quer de natureza macroeconômica ou setorial. **Contudo, pode-se dizer que, grosso modo, o período de 1980 - 1987 foi caracterizado por um alto grau de intervenção estatal nos mercados agrícolas, através de instrumentos de política tanto comercial quanto setorial ...***

O período 1988 - 91 foi marcado por uma tentativa de desregulamentação e liberalização, em primeiro lugar dos mercados agrícolas internos e, depois de 1990, também do comércio exterior (grifo nosso).” (Buainain & Rezende, 1995: 25 - 26).

Em seguida fazem um balanço da importância do papel que o mercado financeiro passa a ter a partir do início da década de oitenta e sua influência sobre a agricultura (Buainain & Rezende, 1995: 28).

Resumindo, dizem os autores que no início dos anos oitenta, apesar da tentativa de disciplina fiscal e do aperto monetário por parte do Estado, a inflação não pôde ser controlada, fazendo com que a economia entrasse num processo de incerteza e instabilidade, tendo como reação o fato dos agentes econômicos responderem de forma a fugir dos contratos financeiros de longo prazo e procurar liquidez. Tal liquidez era encontrada nos títulos da dívida pública colocados no mercado pelo governo, através das instituições financeiras, que eram renegociados diariamente e

proporcionavam senão taxas de juros positivos - o que sempre acontecia - eram, pelo menos, indexados à taxa de câmbio ou à inflação *"de modo a que esses compradores de títulos estivessem protegidos em relação tanto à inflação quanto aos riscos de desvalorização"*. Desta forma e:

"Como consequência deste arranjo particular, as operações de mercado aberto ofereceram aos detentores de moeda uma [sic] ativo financeiro único e 'ideal' que reunia segurança, liquidez e lucratividade quase instantânea. No contexto de risco econômico e instabilidade crescentes, os agentes responderam com prontidão a esta oportunidade e as operações de mercado aberto floresceram rapidamente." (Buainain & Rezende, 1995: 29).

Estas operações logo se generalizaram tendo consequências diretamente sobre a agricultura:

*"A generalização das operações altamente lucrativas de mercado aberto teve duas consequências: por um lado, os custos de oportunidade de investimento produtivos passaram a ser determinados em parte pelos ganhos de curto prazo do mercado aberto. Isto levou o capital a fugir da esfera dos investimentos produtivos em benefício do circuito financeiro. **Por outro lado, como os produtores dependiam muito dos empréstimos, os custos de produção eram afetados pelo aumento dos custos financeiros.** Além disto, dado que as firmas contratavam empréstimos com taxas flutuantes, os custos financeiros reais eram previamente conhecidos, o que vinha a se acrescentar à incerteza e ao risco na economia, em particular nos setores mais competitivos, como a agricultura, onde os preços individuais das firmas pode não seguir a inflação geral. Como já foi mencionado, os agentes ajustaram-se fugindo das obrigações financeiras com taxas flutuantes e aumentaram seu grau de autofinanciamento [grifo nosso]."* (Buainain & Rezende, 1995: 29-30).

Para os autores, os preços agrícolas reais são os maiores incentivos para os produtores, acontece que os anos oitenta foram nitidamente desfavoráveis à realização de tais preços na agricultura, tanto em função das quedas e/ou das flutuações destes preços para o produtor quanto no que diz respeito:

"...a relação inversa entre taxa de inflação e termos de troca agrícola observada na segunda metade dos anos oitenta: aceleração e variabilidade crescente da

inflação, assim como a criação da chamada 'moeda indexada' [...] com a subsequente contaminação de toda a economia." (Buainain & Rezende, 1995: 32).

Portanto, e esta é uma conclusão a que os autores chegam, a consolidação no mercado financeiro, dos títulos do governo, impedem ou inibem um movimento que seria o 'normal' em uma situação de risco inflacionário, que seria a busca por ativos reais, principalmente as *commodities* agrícolas, o que implica em uma outra consequência direta que fala contra a agricultura:

"A teoria convencional de portfólio [grifo nosso] indicaria que, quanto mais fortes as expectativas inflacionárias, mais rapidamente os agentes fugiriam da moeda e maior preferência dariam à retenção de ativos reais, inclusive as commodities agrícolas. Por outro lado, quanto mais alta a taxa de juros dos títulos públicos, mais os agentes querem detê-los. No caso do Brasil, com exceção de curtos períodos de congelamentos de preços e grande incerteza política, como no fim de 1988/ começo de 1990 ou durante o processo do impeachment em 1992, a preferência por títulos públicos suplantou em muito aquela por ativos reais." (Buainain & Rezende, 1995: 32).

Como resultado geral desse processo, que foi a consolidação no mercado financeiro dos títulos da dívida pública e suas consequências sobre a agricultura, temos que:

"A isenção dos produtores rurais no circuito financeiro desempenhou um papel extremamente contraditório. Os produtores rurais adaptaram-se às mudanças ocorridas na política de crédito rural através da redução dos empréstimos contratados e do crescente recurso ao autofinanciamento (grifo nosso)" (Buainain & Rezende, 1995: 34).

Por outro lado, ainda segundo os autores, os produtores, tendo em vista a instabilidade econômica e o fenômeno da "indexação imperfeita" passaram, também eles, a investir no mercado de títulos como forma de salvar suas rendas (Buainain & Rezende, 1995: 34).

Tal procedimento era adotado desfazendo-se o agricultor rapidamente, de parte da safra, e aplicando a quantia dela resultante no mercado de títulos (Buainain & Rezende, 1995: 35).

Foram estas, portanto, segundo Buainain e Rezende, as saídas e formas de inserção que a agricultura encontrou para conviver num ambiente econômico instável e pantanoso que foi o da década de 80.

Tal fato, pode e deve ser considerado, porém, para nós os referidos autores se esqueceram de mencionar um outro dado da relação entre a agricultura e o mercado financeiro, principalmente os bancos oficiais, que diz respeito ao endividamento agrícola, o qual só vem à tona recentemente mostrando toda a face obscura de uma etapa do processo de modernização da agricultura. De fato, assistimos nos anos oitenta à divulgação de recordes na produção agrícola, as quais ficaram conhecidas como 'supersafras'. Não resta dúvida que os aspectos acima revelados muito contribuíram para demonstrar em alguns anos o sucesso, e, em outros, o insucesso, da agricultura, todavia, a nosso ver, o principal aspecto continuou sendo o crédito rural mesmo que agora não mais totalmente subsidiado.

De fato, ao tomarmos conhecimento dos resultados da CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – sobre o endividamento agrícola, temos uma maior noção do grau de imbricação entre este setor da economia e o mercado financeiro e o processo doentio, em termos econômico, que esta relação revelou. A referida CPMI, criada através de Requerimento do Congresso Nacional de nº 92/93, iniciando seus trabalhos em 8 de junho de 1993, se destinou a "*investigar as causas do endividamento do setor agrícola, o elevado custo dos seus financiamentos e as condições de importação de alimento nos exercícios de 1990 a 1993*"³⁵, tendo feito uma profunda investigação, com a realização de 31 sessões, 4 diligências abrangendo a região Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Norte; houve, ainda, a quebra do sigilo bancário de agricultores comprovando irregularidades do Sistema Financeiro nos contratos de financiamento do Crédito Rural bem como foram tomados depoimentos de agricultores, representantes de entidades de classe ligadas ao setor e de autoridades governamentais, entre os quais pode-se citar: Alcir Calliari³⁶, à época, Presidente do Banco do Brasil; Pedro Malan, Presidente do Banco Central; Aristides Junqueira, Procurador Geral da República; o atual Presidente da República e então Ministro da

³⁵ Os dados relativos as conclusões da CPMI foram retirados do seu RELATÓRIO FINAL, datado de dezembro de 1993 e publicado pelo CONGRESSO NACIONAL.

³⁶ Segundo ainda o próprio Relatório [1993: 18]:

"Além disso, a imprensa nacional divulgou, à larga, que o Presidente do Banco do Brasil teria declarado, tão logo assumira a função, que "nem plantando maconha irrigada seria possível pagar os empréstimos agrícolas, com os custos financeiros então praticados".

Fazenda, Fernando Henrique Cardoso; Paulo Brossard de Souza Pinto, Vice-Presidente do STF, entre outros. O relatório, que ficou sob a responsabilidade do então senador e hoje Governador do Estado do Rio Grande do Norte Garibaldi Alves Filho, inicia fazendo uma crítica muito forte ao sistema financeiro, que foi denominado de **Poder Bancário**:

*"A criação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central (Lei 4.595/ 64) passando este a ser dirigido por banqueiros ou seus **prepostos**, com poderes de ditar normas criou, na realidade, um novo poder na República: o **PODER BANCÁRIO**, o mais forte com competência de legislativo e executivo.*

Com o fim da conta-movimento, no Banco do Brasil, o sistema Financeiro passou a ter lucros e grandes lucros, enquanto os demais setores da economia passavam a amargar o descontrole. A inflação não teve mais travas, passou a viver o País na era da especulação financeira e na estimulada correção monetária, relegando as atividades produtivas, resultando no desemprego e na fome vivida pela população brasileira (grifos nosso)" (Relatório, 1993: 13).

Em seguida, falando de como a legislação, ou, em outras palavras, a ordem jurídica do país, através de Portaria e Resoluções, foi totalmente abandonada pelos formuladores da política econômica do governo juntamente ou em conluio com o sistema financeiro representado no Banco Central, Portarias e Resoluções estas que em sendo instrumentos hierarquicamente inferiores, transformaram-se em verdadeiras aberrações legais ao legitimar a ânsia de lucro dos banqueiros, transferindo da agricultura para estes em torno de 2 bi de dólares/ano, diz:

"A imoralidade da cobrança da correção monetária fica evidente na aplicação dos recursos obrigatórios dos depósitos à vista, captados a custo zero pelos bancos, que os repassam aos agricultores com correção monetária e juros, transferindo ao Sistema Financeiro em torno de dois bilhões de dólares/ano de lucros." (Relatório, 1993: 13).

E, mais adiante:

*"Sem deixar de atender a todo o espectro de assuntos conexos a seus objetivos, a CPMI, centrou suas investigações nas questões ligadas ao crédito rural abrangendo: falhas na formulação de sua política específica, nas ilicitudes cometidas, na exorbitante cobrança de encargos financeiros. **Enfim, um***

conjunto de averiguações acerca da agricultura, concluindo-se que houve uma transferência lesiva e não autorizada em lei de recursos para o Setor Financeiro que ultrapassou a casa dos 20 bilhões de dólares (grifo nosso). (Relatório, 1993: 21).

Fazendo um contraponto com a política agrícola dos países desenvolvidos temos o depoimento do Sr. Antônio E. Werner de Salvo, Presidente da CNA àquela Comissão:

"Os países desenvolvidos gastam US\$ 246 bilhões com subsídios agrícolas. Cerca de 40% da renda dos produtores rurais dos Países desenvolvidos provém de subsídios. O custo do contribuinte europeu da (sic) manutenção da agricultura está orçado em US\$ 900 por contribuinte. Nos últimos 5 anos, os europeus receberam em média preços de 30 a 35% mais elevados que os preços internacionais..."

A agricultura é um setor protegido nos países industrializados. O nível de proteção médio da agricultura passou de 20% para 40% da 2ª Guerra Mundial até os anos 90, enquanto o nível de proteção da indústria caiu de 40 para 6%" (Relatório, 1993: 17).

Após estas constatações o relatório direciona suas observações para a conjuntura econômica que se segue aos anos 80:

"A crise econômica, a recessão, os planos econômicos que foram implantados nos últimos anos e as ilicitudes cometidas no crédito rural são os maiores responsáveis por um duro cenário que se desenha na realidade brasileira: a agricultura que, a despeito de ter ampliado o ganho de produtividade pela incorporação de tecnologia, vê sua renda cair em média 40% nos últimos 5 anos (grifos nosso)." (Relatório, 1993: 19).

A título de conclusões, o Relatório inicia por dizer que a falta ou a drástica redução que o crédito rural sofreu nos últimos quinze anos, levou a outro tipo de custo financeiro para os produtores:

"Além disso, resta um passivo relativo a contratos junto a fornecedores de insumos e prestadores de serviços, cooperativas e seus associados, agroindústrias e seus 'integrados' a custos financeiros às vezes mais onerosos

do que os bancários, tudo isto resultado da insuficiência do crédito oficial a custos compatíveis e estimuladores da atividade primária." (Relatório, 1993: 26).

Continuando, a CPMI diz que, na verdade, na década de 80 assiste-se a um total destroçamento ou destruição, inclusive contrariando todo o ordenamento jurídico, da política agrícola, principalmente da política de crédito:

*"Imperiosa e inadiável a necessidade de que sejam varridas as **distorções, ilegalidades, fraudes e irregularidades** comprovadas por esta CPMI, no crédito rural, bem como na Política de Garantias de Preços Mínimos, nas importações de produtos agrícolas, alta tributação e outras questões que, exaustivamente, estão examinadas no corpo do Relatório e que aqui passa-se, resumidamente a alinhar (grifo nosso)." (Relatório, 1993: 27).*

Portanto, pelo que foi dito acima, foram várias as distorções, ilegalidades, fraudes e irregularidades que a CPMI constatou. Entre outras, listamos: as³⁷ transferências de recursos da agricultura para o setor financeiro com a assunção de ônus sistemáticos, se dando estas quanto aos aspectos legais e econômicos através de lucros dos bancos com os recursos obrigatórios; cobrança de correção monetária nos empréstimos agrícolas; [in]definições da Justiça acerca do Crédito Rural; altas taxas

³⁷ No Relatório [1993, 28] pudemos constatar o seguinte quadro:

NÚMEROS DA CPMI DO ENDIVIDAMENTO AGRÍCOLA

1 - PROAGRO - DÍVIDA COM AGRICULTORES

PROAGRO VELHO.....	US\$ 190 milhões
PROAGRO NOVO.....	<u>US\$ 254 milhões</u>
	US\$ 444 milhões
ADMINISTRAÇÃO BACEN	
[14 funcionários de 8/91 a 6/93]	<u>US\$ 21 milhões</u>
	US\$ 465 milhões

2 - BENEFÍCIOS AOS BANCOS

- FLOATS DO PROAGRO NOVO [*]

3 - EXIGIBILIDADE

- CORREÇÃO MONETÁRIA [cobrada de 1988 a 1992]US\$ 20.000 milhões

4 - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS

- [cobrada de 1/88 a 12/93] [*]

5 - PLANO VERÃO

- Ganho na aplicação financeira
[13% s/ saldo devedor de agricultores]US\$ 325 milhões
- Cademeta de Poupança x IPC[**]

6 - PLANO COLLOR I

- Descasamento de Índices
[74,6% de correção da Poupança x
42,28% correção Preços Mínimos].....US\$ 1.100 milhões

.....**TOTAL: US\$ 21,890 bilhões**

OBS: PROAGRO: representa 30% da dívida inadimplente

[*] Valores não levantados, dada a diversidade de taxas de juros aplicadas no crédito rural.

.....[**] Valor não apurado, relativo ao pagamento feito por agricultores, entre a data de edição do Plano [janeiro] e a data da Lei 7.986 [novembro], os quais não forma ressarcidos.

de juros, sendo estas *"abusivas em relação aos custos de captação e incompatíveis com a rentabilidade do setor agropecuário."* Quanto as práticas bancárias prejudiciais aos agricultores temos: Práticas ilegais: Capitalização mensal de juros - contrária ao DL 167/67; não prorrogação dos débitos - contrária à Lei 7.843; operações 'mata-mata' - contrária ao DL 167; float³⁸ dos recursos aprovados no crédito rural; cobrança de atualização monetária de recursos das exigibilidades bancárias e tesouro nacional, descumprindo a Lei 4.829/65. Práticas irregulares: exigência de reciprocidade; falta de informação aos mutuários; retaliações do Banco do Brasil aos mutuários; descumprimento da Resolução CMN 2.003.

Também para os membros da CPMI, os diversos Planos Econômicos implantados a partir de 86 foram responsáveis pelo processo de endividamento e caos a que chegou a agricultura:

"Talvez a razão maior do endividamento dos agricultores junto ao Sistema Financeiro, os Planos Econômicos implantados a partir de 1986, com o intuito de estabilizar a economia, constituíram-se em importante fator de desestabilização do setor agropecuário, por serem implantados em época de colheita e por não levarem em conta as especificidades do setor". (Relatório, 1993: 35).

No que diz respeito ao Plano Verão, os principais prejuízos apontados foram: Controle do câmbio e congelamento de preços dos produtores; utilização da OTN 'cheia', como indexador dos contratos de crédito rural; diferença de indexadores nos contratos com recursos da Poupança. Em relação ao Plano Collor I, lançado em março de 1990, temos que este foi:

"(O) Principal fato gerador do aumento do estoque da dívida, o Plano Collor I, dentre outras distorções que causou a agricultura, proporcionou 'descasamento' de grande magnitude entre os índices de correção dos saldos devedores [74,6%] e dos índices de correção dos Preços Mínimos [41,28%], penalizando os agricultores, constituindo-se em verdadeira extorsão." (Relatório, 1993: 36).

Já o Plano Collor II, lançado em janeiro de 1991, instituiu a TR - Taxa Referencial - também para os contratos agrícolas. Além destes, outros problemas são apontados vinculados ao PROAGRO, à importação de Commodities agrícolas - tendo estas,

³⁸ Trata-se de operação em que se cobra juros e correção monetária a partir da data da assinatura de contrato de crédito rural, sem que o dinheiro tenha sido efetivamente liberado, à disposição do agricultor.

segundo a Comissão, sido sucessivas, excessivas e inoportunas, desde 1986 - , à inconstância e inconsistência da Política Agrícola, etc.

Por fim, a CPMI faz uma série de recomendações às várias instâncias da estrutura estatal, desde o Executivo, passando pelos agente financeiros, pela Procuradoria Geral da República, Poder Judiciário, Legislativo, Tribunal de Contas até chegar à Polícia Federal. Só a título de exemplificação, citaremos algumas recomendações feitas: adoção de nova sistemática para a renegociação dos débitos e recálculo dos contrato de crédito rural assinados desde 1986; instituição do sistema de financiamento por equivalência no crédito rural, em todos os níveis da produção; determinar que todas as correções monetárias cobradas em todas as operações de crédito rural contratadas desde 1979 e até 31 de dezembro de 1985, com os recursos das exigibilidades determinados pela Lei 4.829/65 e regulamentados pela Resolução CMN 69, sejam estornados dos balancetes e balanços de todos os agentes financeiros e passem a compor o Fundo de Financiamento por Equivalência-Produto, etc. Como veremos mais adiante, se não foram implementadas todas as recomendações acima e na medida do que se propunha, muitas das propostas foram levadas em conta no processo de negociação que se deu entre os poderes.

O que podemos perceber, por tudo que foi visto até aqui, é que a política de crédito rural adotada durante a maior parte da década de 80 e o conseqüente endividamento que esta consolidou, estourou em inícios dos anos 90 chegando mesmo a ser uma ameaça à viabilização da agricultura. De modo que, se ela funcionou como uma verdadeira transferência de rendas da agricultura para o sistema financeiro, na verdade uma forma nova, violenta e sutil, por outro lado, demonstra também que a agricultura nunca dispensou ou abriu mão do uso do crédito, mesmo que sob o risco da inadimplência, como querem fazer pensar alguns autores. O problema é saber se esse processo de endividamento é conjuntural - em função principalmente, porque intimamente a eles ligados, dos planos e políticas de estabilização - ou estrutural? Neste caso temos que a agricultura não está, se é que já foi ou algum dia o será, pronta para ser um setor que, motocontínuo, não mais depende da proteção estatal. Por outro lado, temos que, como já foi visto de relance, os sucessivos planos de estabilização econômicas se deram dentro de um contexto em que se vislumbravam as exigências postas pela nova conjuntura mundial, a qual exigia dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento um redirecionamento de

seus projetos de desenvolvimento onde o Estado teria que assumir outro que não o até então tradicional papel de empresário-financiador-avalista, ou seja, os planos tinham como pano de fundo as questões estruturais posta pelo paradigma do desenvolvimento capitalista do pós-guerra. Neste sentido eles funcionaram como uma 'transição' entre o antigo e falido modelo e o novo que se está a gestar, nas disputas e conflitos no conjunto da sociedade intra e extra classes, e tem necessariamente como pano de fundo a relativa vitória das concepções neoliberais e o processo de 'globalização' econômica. Este último em particular, atinge-nos de forma mais imediata e tem a sua face mais visível, com a conformação do MERCOSUL - Mercado Comum do Sul - , o qual, do ponto de vista da agricultura, já surte efeitos imediatos e, sob o ponto de vista do setor agrícola, efeitos negativos, tendo também merecido um destaque por parte da CPMI que o cita como uma das distorções que o setor teve que enfrentar, inclusive para beneficiar outros setores da economia, como é o caso da indústria. Falando sobre o **açodamento na implantação do MERCOSUL**, diz o Relatório da CPMI (1993, 41):

"A definição autoritária do calendário de Las Lenãs implicou - inquestionavelmente - em prejuízo ao setor agropecuário nacional. A falta de debate interno e a clara troca de vantagens - para o setor industrial nacional em detrimento do setor agropecuário - levam a concluir que o MERCOSUL deve ser melhor avaliado sob o ângulo desse setor, quanto a seus prazos e seus mecanismos de salvaguarda (grifo nosso)."

Entramos pois, na década de 90, num verdadeiro impasse do modelo de **modernização da agricultura brasileira** implantado a partir de meados da década de 60, e que tem o seu lado mais visível, nas disputas que se dão, inclusive na esfera política (via parlamento)³⁹, das forças sociais que foram o centro e o cerne do processo modernizador - os grandes proprietários, transformados agora em agricultores capitalistas - e que num passado não muito distante foram os beneficiários direto de uma política de crédito subsidiado em que a sociedade, via o Estado, era a

³⁹ A própria CPMI de cujo Relatório retiramos as informações sobre o endividamento rural foi fruto dessa disputa e da correlação de forças que os grandes produtores rurais demonstram no Congresso Nacional ao ponto de ter uma bancada de deputados e senadores ruralistas - a chamada Bancada do Ruralista - que perpassam várias siglas que compõe aquelas duas instituições. A criação da CPMI do endividamento rural e seus resultados claramente favoráveis aos interesses desses setores, embora reflitam dados da realidade, fazem parte de toda uma campanha articulada em favor do setor, o qual funciona como verdadeiro grupo de pressão.

principal financiadora.

Não podendo mais o Estado bancar para a agricultura uma política similar à dos anos 60-70, seja em razão da sua falência financeira, seja, principalmente, em função da sua nova orientação política expressas nas recomendações do FMI e que reflete as concepções do Neoliberalismo, defensor do Estado Mínimo, reclamam os “produtores modernizados”, recém órfãos da antiga política, uma solução para sua situação. Ao mesmo tempo que reclamam do Estado qual o espaço que lhes compete na formulação desse novo “projeto de sociedade”, agem conjunturalmente reivindicando no plano do imediato, uma solução para sua crise, principalmente com relação ao endividamento em que se encontram para com o sistema financeiro. O principal argumento de barganha utilizado pelos produtores, é o de que, sempre que foram chamados, cumpriram com a sua função, produzindo grandes “supersafras” ano após ano, contribuindo dessa forma com o sucesso das várias políticas econômicas dos diversos governos.

A posse, em 1º de janeiro de 1995, do novo Presidente da República, fruto de uma alianças de forças políticas de caráter conservador, bem como de um Congresso Nacional também com este mesmo perfil, foi, a nosso ver, o início - ou a continuação sobre uma nova dinâmica e roupagem - do processo de transição política e institucional que o Brasil tem vivenciado desde o fim da ditadura burocrática-militar, em meados dos anos 80. E é dentro deste processo que devem ser enquadradas as soluções que advirão para o setor agrícola brasileiro. De fato, após dois anos de mandato, o jogo de negociação - e negociações - dos grupos de pressão que representam os interesses dos produtores rurais ao que parece começa a surtir seus efeitos. Um primeiro deles é que, do ponto de vista das reivindicações imediatas, os agricultores conseguiram transformar em política de governo o perdão de suas dívidas, disfarçada em forma de securitização⁴⁰, funcionando esta como uma verdadeira política, mesmo que “indireta”, de subsídios. Mesmo não tendo visto contempladas - ainda - todas as suas reivindicações, não resta dúvida que este foi um primeiro e muito importante passo para verem solucionados parte dos problemas. Verdade que esse processo foi bastante demorado, antecedido e pressuposto por muita barganha, entre outras o apoio da bancada ruralista para o conjunto de reformas na Constituição que o

⁴⁰ Conforme foi divulgado pela grande imprensa pela securitização os produtores endividados terão entre 7 a 10 anos para pagarem as suas dívidas, com 2 anos de carência e juros de 3% a.a.

governo fez, por outro lado só concretizou-se depois de aprovado e devidamente garantido o programa que visava salvar o sistema financeiro com uma linha de crédito, o PROER, que, grosso modo, entregou aos bancos privados em crise 20 bi de Reais. Neste sentido podemos ver como as soluções para a agricultura passa pelo reequilíbrio financeiro e estão intimamente ligados a ele.

Portanto, se não assistimos a um processo de ***desenfreada concorrência intercapitalista***⁴¹, nos moldes previsto por Muller, assistimos, todavia, a algo parecido no final dos anos 80, com a crise da dívida agrícola.

Por fim, temos que, a década de 80, como fase transitória que foi para a nova demarcação institucional do país, também o foi a nível econômico. Sobre a agricultura assistimos, ao desmantelamento do padrão anterior e a adoção de uma política *ad hoc*, de curto prazo. Só agora percebemos sinais que apontam para a demarcação de um novo - se não modelo ou paradigma - momento, o que, aliás, condiz com o que toda a sociedade brasileira vive. Estes sinais partem tanto da esfera estatal quanto da sociedade civil, às vezes percebemos harmonias nos interesses e discursos, às vezes não.

4. 2. - ALTERNATIVAS PARA A CRISE E O NOVO CONTEXTO DA "GLOBALIZAÇÃO".

Fizemos até agora uma leitura sobre o panorama geral em que se deu o desenvolvimento da agricultura brasileira, chegando por fim aos elementos que apontam e/ou concluem no sentido da crise e da conseqüente falência do modelo adotado. Apesar dos riscos em que sempre incorre-se ao fazer previsões quanto as possibilidades futuras, podemos, sem medo de errar e, muito menos sem intenções proféticas e/ ou elucubrações metafísicas, mas, a partir de idéias que começam a germinar e fatos que começam a acontecer; perceber ou identificar questões que apontam para a construção de uma nova perspectiva para a agricultura. Essas idéias e fatos, ainda bastante difusos, partem de atores sociais diversos, muitos deles com interesses conflitantes. Estes atores não são novos, são, nem mais nem menos, aqueles que, desde sempre, estiveram presentes no cenário das lutas no campo brasileiro e trazem de volta, nos seus discursos e práticas, mesmo que em novos patamares e sob novas configurações, as velhas questões que sempre permearam o

⁴¹ vide nota 37.

conflito agrário/ agrícola brasileiro.

Dizemos que estes velhos desafios se colocam agora dentro de uma nova configuração, diferentemente de há 30 anos atrás, pelo fato de estarmos num país que, apesar de ainda sofrer profundas disparidades econômicas e sociais, e mesmo que sempre atrasado em relação ao centro do capitalismo mundial, deu um grande salto qualitativo e quantitativo em suas forças produtivas. Por outro lado, é outro o cenário econômico mundial em que este país está ou começa a inserir-se, qual seja, o cenário em que o processo da chamada **globalização** econômica dá o norte e aponta como única saída para os povos. É pois, dentro dessa perspectiva, que vamos olhar este momento, vê de que maneira e quais as idéias que – presentes nos discursos destes atores sociais - começam a se inscrever como a construção, senão de um novo modelo ou paradigma - o que acreditamos ser mais certo denominar - , pelo menos de um novo momento, onde a agricultura certamente deverá desempenhar um papel.

O atual momento por que passa a agricultura brasileira pode ser visto a partir de vários prismas. Seria pretensioso, até porque impossível, abarcar toda a gama da rica e complexa realidade em que estamos inseridos. Neste sentido, o que vamos fazer aqui é, tão somente, e como já foi visto, vislumbrar, destacar, alguns fenômenos e sinais que apontam para a construção de uma realidade que nos parece nova no contexto da economia agrícola, pelo menos em relação ao período anterior.

Um primeiro elemento a ser levado em conta nesse novo momento por que passa a agricultura brasileira é se os modelos que serviram para construí-lo ainda são válidos hoje, isto, tendo em vista, por um lado, alguns elementos tais como o fechamento das fronteiras externas e, por outro, questões tais, como o fim do período de transição a que o país assistiu desde inícios da década passada e as conseqüentes reformas políticas, sociais e econômica a que assiste-se. Por outro lado, é preciso pensar que, exatamente estas reformas bem como as políticas de estabilização econômica, que atingem diretamente a agricultura, estão inseridas no projeto mais amplo de inserção do país no processo de **globalização**, que implica, além de questões de mercado internacional, também questões de ordem tecnológicas, ecológicas e outras. Por fim ainda, assistimos hoje a um coro de vozes reformistas que começam a ocupar espaços na sociedade civil, no aparelho do Estado e até mesmo na mídia, que recolocam como saída ou continuidade do processo 'civilizatório' para a

sociedade brasileira a (re)discussão e implantação de propostas que até então não faziam parte do projeto político das elites dominantes, como a reforma agrária, mas, que parecem agora encontrar, se não plena aceitação, menos resistência, mesmo que, é claro, permeada por um discurso ideológico onde se nega a sua carga, até então bastante enfatizada no discurso político, de potencial revolucionário, sendo colocado como uma necessidade a ser delimitada dentro e nos limites dos padrões da ordem.

4.2.1. REFLEXÕES SOBRE O MOMENTO ATUAL.

Vimos acima que a tese vitoriosa sobre o modelo de desenvolvimento da agricultura foi aquela que, entre outras coisas, não colocava em xeque a estrutura da propriedade agrícola herdada da fase agroexportadora da economia brasileira mantendo-a, desta forma, intocável. Em outras palavras, assistimos à consolidação de um processo de modernização da agricultura baseado na grande propriedade, daí entre outros motivos, chamada de **modernização conservadora**. Apesar disso, assistimos também à sobrevivência de um setor atrasado bem como a consolidação de um setor de pequenos e médios produtores que, aproveitando as brechas deixadas pelo aparato institucional e político criados e dadas às suas peculiares condições de produtos e localização, conseguiram se modernizar. Dessa forma temos a construção de um modelo dual de agricultura (Sorj 1980: 116).

Temos ainda que a abertura de novas fronteiras agrícolas externas permitiu que, via processos migratórios, a força de trabalho rural se deslocasse, uma parte para o setor urbano da economia sendo por esta aproveitada e/ou servindo como exército de reserva e, a outra parte, se dirigisse para estas novas frentes agrícolas⁴², desocupando os antigos espaços e permitindo que o capital tanto a montante quanto a jusante da agricultura pudesse penetrar e consolidar-se. Esse processo permitiu que a passagem para uma agricultura modernizada com base na grande propriedade se desse sem maiores conflitos, muito embora, é claro, a teoria modernizante e seus defensores, não o tenha levado na devida conta, visto que os pressupostos sob os quais trabalhavam eram outros, de cunho meramente econômico, considerando estes 'percalços' meros acidentes de percurso.

⁴² As quais, contraditoriamente, eram, com o tempo, novamente fechadas.

Ainda aqui, como já foi visto, o Estado assumiu um papel estratégico para que a agricultura alcançasse os atuais níveis tecnológicos e de produtividade, qual seja, o de bancar, com crédito subsidiados, todos os investimentos feitos no setor desde meados dos anos 60 até, principalmente, finais da década de 70.

Hoje, todavia, a realidade que se assiste é outra. As fronteiras externas foram ou estão em seu final de processo de ocupação, caracterizando-se essa ocupação atualmente pelo uso de grandes áreas e com base no uso intensivo de tecnologias poupadoras de mão-de-obra. Por outro lado, desde inícios da década de 80 e se aprofundando na década de 90, o Estado tem entrado numa profunda crise financeira bem como redefinido seu papel enquanto instrumentalizador da política econômica, abdicando de sua função intervencionista e, mesmo que parcialmente, planejadora, e propugnado, ao contrário, as forças hegemônicas que tem estado à sua frente, pela liberdade de mercado e a livre concorrência. Isso, por sua vez, é reflexo da falência do modelo nacional-desenvolvimentista implantado desde a década de 30-40, o qual por sua vez o é da crise mundial do padrão de acumulação capitalista de corte fordista e keynesiano bem como da vitória das teses neoliberais nos países desenvolvidos e nos diversos organismos de crédito e fomento internacionais.

Neste sentido, é preciso que se recoloque hoje aqueles pressupostos sob os quais assistiu-se ao desenvolvimento da agricultura nas três últimas décadas quanto à sua validade e/ou necessidade de reformulação, tendo em vista ainda algumas questões sob as quais volta-se sempre a discutir, como a questão agrária e o padrão de financiamento da agricultura, as quais ficaram pendentes, principalmente quando sabe-se que não mais existem meios de contorná-las como o foi, no caso da não realização de mudanças na estrutura agrária, a abertura das fronteiras externas e a demanda por força de trabalho no setor urbano nos anos 60 - 70.

Entendemos que qualquer resposta definitiva seria precipitada, todavia, após praticamente trinta anos de implantação do modelo, chegando este a seu esgotamento, temos, a partir de elementos que se colocam na atualidade, alguns sinais que apontam para a sua reformulação em novas bases. Diríamos que existe por parte de alguns autores uma leitura que aponta para a sua superação resgatando a ainda necessidade e/ ou exigência - numa leitura a nosso ver quase que linear da história - de realização de transformações na estrutura agrária para se continuar no processo de acumulação 'civilizatória' do capital. Estas posições encontram hoje um

certo espaço fazendo ecoar suas posições, tanto dentro do aparelho de Estado quanto no âmbito da sociedade.

Doutra forma é preciso pensar que a agricultura está sofrendo ou sofrerá as consequências da crise do paradigma desenvolvimentista após a atual crise por que passa a indústria, já que, com a revolução industrial, principalmente depois da estruturação dos CAIs, a agricultura, se não tornou-se um “departamento” da indústria, tem cada vez mais estado subordinada a esta⁴³. Por outro lado, o processo de globalização econômico e os seus pressupostos: a revolução tecnológica, a globalização dos mercados e outros, têm exigido uma redefinição do padrão.

De fato, o processo de globalização econômica tem feito com que tanto o governo quanto a iniciativa privada adotem novos padrões tecnológicos e de administração. No âmbito da esfera estatal, a implantação dos diversos planos de estabilizações presenciados desde meados da década de 80 o foram no sentido a cumprir estas exigências.

Assim, todos os planos econômicos adotados tiveram, como pano de fundo e caráter estrutural, estas mudanças no contexto da economia mundial e as exigências de ajustes que elas implicam para as economias nacionais. Portanto, as políticas de caráter macroeconômicas que, em sua maior parte, dependem do poder de mando dos governos foram (re)definidas em favor destes ajustes. No caso do Brasil elas se deram (estão se dando) dentro de um contexto de transição, não apenas econômica, mas também política e institucional, portanto, não foram imediata e facilmente implantadas, haja visto que precisou-se ou se fez necessário um profundo processo de negociação política para a sua implantação na esfera do aparelho institucional, principalmente no parlamento, seja por resistência de posições ideológicas antagônicas à sua implantação, seja por necessidades de fazer-se concessões a grupos de pressões corporativistas e/ ou fisiológicos. Ainda no âmbito da esfera estatal, as reformas na Constituição também tiveram este claro objetivo, qual seja, o de ajustar as instituições jurídicas, políticas, econômicas e sociais, às políticas de governo e à nova realidade mundial. No âmbito da sociedade civil, por sua vez, assistimos a uma grande disputa

⁴³ O exemplo mais pertinente que podemos citar aqui, é o do recente processo de mudança tecnológica porque passa a agroindústria canavieira de S. Paulo, objeto inclusive de reportagem/ documentário da Programa GLOBO RURAL, da Rede Globo de televisão, que foi ao ar no mês de agosto de 1996, o qual mostrou as profundas modificações havidas naquele setor com a introdução de novas máquinas que poupam de tal forma a mão-de-obra, que põem em xeque a existência, a médio prazo, daquela categoria de trabalhadores. Isso sem falar em outras mudanças de caráter biológico e mesmo ecológico.

ideológica visando consolidar uma hegemonia a seu favor que permanece pelo menos até agora, vitoriosa.

O atual estágio em que se encontra esse processo significa o fim da fase de transição política-institucional e ajuste econômico. A ascensão de FHC ao poder, portanto, pode representar o fim mesmo da "transição democrática". Aqui, a manutenção, na esfera econômica, da estabilidade monetária, é o pressuposto básico para a construção do novo modelo de sociedade que se pretende. Neste sentido é que a agricultura e o conflito de 'classes' no campo tende a ter uma 'solução'. Por outro lado, o novo projeto é que vai vislumbrar a perspectiva ou não de mudanças do modelo atualmente predominante.

Assim, é que o projeto de (re)definição do padrão de modernização da agricultura e do seu conseqüente financiamento é um elemento entre vários outros - tais como: A redefinição do papel do Estado, etc - que perpassa a construção de um novo projeto de sociedade e de nação. Ou seja, o modelo agrícola a ser adotado está contido e condicionado ao projeto global das reformas. No âmbito do discurso oficial esse processo assiste a uma disputa de posições as quais, mesmo que guardando distinções, não são necessariamente antagônicas. No que diz respeito especificamente à agricultura se formos ler nas entrelinhas dos textos e das falas oficiais perceberemos claramente um primeiro discurso que denominariâmos de caráter hegemonicamente neoliberal e que propugna para a agricultura os mesmos elementos que valem, nesta teoria, para os demais setores econômicos; assistimos ainda àquele setor da esfera estatal que propõe a colocação do elemento ecológico e do conceito de sustentabilidade como política de governo para a agricultura; por fim, temos um terceiro discurso, que chamariâmos de matriz regulacionista, o qual defende posições claramente a favor de reformas, entre outras, da estrutura agrária.

No que diz respeito ao primeiro discurso, podemos percebê-lo, entre outros, na fala da principal autoridade governamental responsável pela agricultura, o Ministro da Agricultura, à época o então senhor José de Eduardo Andrade Vieira, que, em palestra na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, em março de 1995, assumiu claramente um programa neoliberalizante para a agricultura brasileira, dizendo, em outras palavras, que as mudanças que o setor precisa enfrentar tem como pressupostos as formulações teóricas desta parte do pensamento econômico, tais como competitividade, concorrência, livre mercado, Estado mínimo. Para o então

Ministro da Agricultura o modelo de desenvolvimento até então assistido encontra-se esgotado, por outro lado, diz o Ministro, nos deparamos com uma nova realidade que se corporifica na globalização econômica:

"...é preciso, antes de mais nada, nos conscientizarmos do esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico baseado na proteção e no paternalismo do Estado. Com a crise fiscal da União, o orçamento público ficou quase totalmente comprometido com o pagamento da dívida pública e o resgate da dívida social. Assim, é preciso redefinir o papel do Estado como instância reguladora, reduzindo a sua presença em áreas em que não é mais necessária e reforçando-a enquanto planejadora do equilíbrio social.

O Estado deixou de ser, essencialmente, um agente que concentra poupança e distribui crédito. No mundo atual tem um papel essencialmente de normatizador e neutralizador das distorções de mercado.

Às vésperas do terceiro milênio, a economia mundial avança rapidamente em direção à globalização dos mercados, aumentando a interdependência entre as nações. Essa fato, como cenário geral, e o MERCOSUL e o acordo do GATT, em particular, apontam para a necessidade de um choque de competitividade na agricultura brasileira (rifos nosso)." (Vieira, 1995: 1-2).

Neste sentido, a solução apontada consiste num tripé que tem como base o **aumento da produtividade, o combate ao desperdício e a racionalidade**. Assim, os problemas que a agricultura enfrenta não dizem respeito propriamente ao setor, já que, por exemplo, em relação à produtividade, para o Ministro, a nossa agricultura é produtiva e competitiva em relação ao mercado internacional. O problema não está *da porteira para dentro*, mas, daqui em diante, ou seja, na descapitalização acumulada ao longo dos anos em função da perda de renda via processo inflacionário, na excessiva tributação, na ineficiência do sistema de transporte, na ineficaz administração portuária, bem como na forma como foi tratado, até agora, o crédito rural, o qual: *"tem de se adaptar às novas necessidades de riscos do setor agrícola."* (Vieira, 1995: 6).

Outro elemento importante frisado pelo Ministro foi a necessidade de se pensar a agricultura em termos de mercado, não apenas interno mas, também e principalmente, o externo. Aqui, implicitamente, se raciocina que a globalização e a agricultura são processos profundamente imbricados (Vieira, 1995: 9).

Neste sentido é que o Brasil participou das negociações que se deram no âmbito do antigo GATT, hoje OMC - Organização Mundial do Comércio - de forma efetiva, implementado, inclusive de forma unilateral, e exigindo que se implemente uma política que quebre, entre outras coisas, com o subsídio estatal, numa clara linha de pensamento, onde o mercado e a concorrência devem prevalecer.

Enfim, poderíamos dizer, através da fala do Ministro, que a implementação deste programa, que representa o novo projeto para a agricultura, tendo em vista o livre mercado e o primado do consumidor, tem como base a **desregulamentação**, a **descentralização** e a **parceria** (Vieira, 1995: 26-27).

Uma segunda posição, que denominamos ecosustentável, é defendida por um setor que está presente principalmente nos órgãos de pesquisa e extensão. Desde logo, porém, é preciso lembrar que aqui não se trata de uma posição teórica que propugna necessariamente por uma política que se opõe, por exemplo, à posição acima exposta. Pelo contrário, na fala dos seus autores uma questão que se coloca é, por exemplo, a da competitividade da agricultura:

"A competitividade e a sustentabilidade da agricultura não são necessariamente incompatíveis. Como foi alertado por Flores & Nascimento [1992], se a visão da competitividade for de longo prazo, a preocupação para assegurar a sustentabilidade econômica, social e ambiental terá que ser permanente e preventiva. O uso de ações corretivas aos impactos ambientais e sociais negativos onera o custo de sustentabilidade, reduzindo o poder da competitividade das atividades econômicas.[...]"

A competitividade do setor agropecuário passa a estar diretamente dependente, não só da eficiência econômica, em que a produtividade constitui a principal variável, mas também da qualidade ambiental e da diversificação da produção, de acordo com a demanda do mercado." (Flores e Nascimento, 1994: 13).

Bem como a necessidade do livre comércio:

"Toda essa complexidade leva ao entendimento de que também não pode haver progresso em direção ao desenvolvimento sustentável sem democracia, livre comércio e respeito aos direitos humanos." (Flores e Nascimento, 1994: 11).

Todavia, e é bom que se deixe claro:

"No contexto do desenvolvimento sustentável, o mercado deve ser isto como um mecanismo de otimização do uso dos recursos disponíveis a médio e longo prazos no processo produtivo com o objetivo de geração de renda sustentável." (Flores e Nascimento, 1994: 12 - 13).

Portanto, para este setor, além da questão da competitividade como conceito de eficiência econômica, as políticas oficiais devem assimilar novos conceitos como o da sustentabilidade e o da ecologia numa perspectiva de **desenvolvimento sustentável**. Eis, pois, onde reside a sua especificidade, aqui o desenvolvimento pressupõe a adoção de um novo paradigma, cuja adjetivação está na sua sustentabilidade:

"O ponto central do pensamento econômico do novo paradigma rejeita a busca cega do crescimento, nos níveis macro e microeconômico, o que lhe impõe qualificação importante. A premissa de que todo o crescimento é bom [...] sob o pretexto de assegurar o bem-estar da sociedade, tem sofrido críticas constantes. A justificativa principal era de que os benefícios reais do crescimento deveriam superar os seus custos humanos e ambientais.

*O conceito de crescimento é portanto unilateral, orientado pela eficiência, e é quantitativamente definido. Em contrapartida, o desenvolvimento sustentável diz respeito às relações intra e intergerações, sendo também definido qualitativamente [World Resources Institute, 1992]. É baseado no imperativo respeito às necessidades das futuras gerações, as quais implicam o requerimento de manutenção do estoque de capital de recursos naturais [regra dos ativos naturais constantes], como condição fundamental na organização de atividades econômicas. **O sucesso econômico, interpretado de forma convencional, é falho, ecologicamente comprometedor e injusto socialmente. A melhoria***

da sociedade como um todo deve pautar a nova interpretação do sucesso econômico (grifo nosso)." (Flores e Nascimento, 1994: 10).

Tanto quanto o desenvolvimento sustentável, a sua versão para a agricultura, a **agricultura sustentável** tem como idéia central:

"...o uso de tecnologias adequadas às condições do ambiente regional e local e à previsão e prevenção dos impactos negativos, sejam eles sociais, econômicos ou ambientais." (Flores e Nascimento, 1994:12).

Assim, por exemplo, o CAI é visto dentro de um enfoque sistêmico:

"O complexo agroindustrial, em particular, como setor produtivo inserido e baseado no meio rural, precisa ser compreendido a partir de um enfoque sistêmico, que valorize o entendimento entre os diversos componentes, onde façam parte novos conceitos como sustentabilidade, qualidade total, gerência ambiental e planejamento estratégico." (Flores e Nascimento, 1994: 11).

Esta corrente ainda propugna pela necessidade de construção de uma política de segurança alimentar a qual implica em:

*"...alcançar uma disponibilidade agregada de alimentos, que seja simultaneamente: **suficiente**, para atender não apenas a demanda efetiva mas também a demanda potencial, isto é, a que resulta da incorporação dos setores sociais atualmente excluídos, **estável**, no sentido de neutralizar as flutuações cíclicas da oferta; **autônoma**, assegurando a auto-suficiência nacional nos alimentos básicos; **sustentável**, ao garantir o uso, a longo prazo, dos recursos naturais; e **eqüitativa**, por contemplar o acesso universal ao mínimo nutricional."* (Flores e Nascimento, 1994: 15).

Portanto, como podemos perceber, esta corrente, a qual por falta de uma melhor definição demos o nome de ecosustentável, não é precisamente uma corrente de pensamento que propugna um projeto político claro, com definições e poder de atuação definidas, embora, como fato novo, coloque na ordem do dia do pensamento estatal a discussão bastante atual da necessidade de se pensar a agricultura dentro de padrões ditos eco-sustentáveis. No mais, como podemos perceber, faz coro com a

política neoliberal de defesa do mercado.

Por fim, temos uma terceira corrente que denominamos de "regulacionista"⁴⁴. Tal denominação se justifica primeiro porque, no nosso entender, esta corrente é encabeçada por acadêmicos que sofrem uma forte influência de uma escola econômica que recebe este mesmo nome. Estes, por sua vez, e daí uma segunda justificativa, têm tido uma participação ativa em alguns setores do governo, participando de projetos de pesquisa e planos de ação estatal.

É interessante perceber como esta corrente tem feito ecoar suas idéias dentro do aparelho estatal e, dentro deste, principalmente, junto ao Ministério da Reforma Agrária bem como, também, dentro do parlamento⁴⁵. Mais, pela análise das atuais políticas públicas voltadas para a pequena produção - ou produção familiar, como preferem -, vemos que algumas políticas de governo já assimilaram, se não no todo ou de maneira efetiva, propostas apontadas por setores que encarnam esta vertente. Basta fazermos uma comparação entre estas políticas e estudos produzidos pelo Ministério da Reforma Agrária⁴⁶.

⁴⁴ O regulacionismo é uma corrente do pensamento econômico de matriz neo-marxista. Os defensores desta corrente, entre outras coisas, fazem uma análise diferenciada dos ciclos econômicos do capitalismo, daquela feita pelas correntes clássicas do marxismo. Entre os principais teóricos da teoria regulacionista encontram-se Aglietta, Boyer e Lipietz (Abramovay, 1992:228). Para melhor conhecer a teoria regulacionista propomos a leitura de um trabalho publicado pela Universidade Federal do Espírito Santo: Crise ou Regulação. ensaios sobre a teoria da regulação.

No que diz respeito especificamente à agricultura, tanto José Eli da Veiga quanto Abramovay, e este de forma mais explícita, resgatam outros autores de matriz marxista poucos conhecidos e discutidos no mundo acadêmico brasileiro, como é o caso de Chayanov e Tepicht, os quais fazem uma leitura diferenciada de pensadores clássicos como Kautsky e Lênin, estes sim mais conhecidos e aceitos pelo nosso público acadêmico. Também estes autores fazem uso em suas análises de contribuições dadas por economistas de corte marginalista, tal é o caso de Scuhltz, Lipton e Mellor entre outros. Para um melhor aprofundamento indicamos a leitura de: PARADIGMAS DO CAPITALISMO AGRÁRIO EM QUESTÃO, Ricardo Abramovay, Ed. Hucitec, 1992, em especial a parte 1.

⁴⁵ Em estudo encomendado pelo Dep. Alcides Modesto à assessoria legislativa da Câmara dos Deputado, e produzido pelo assessor Aécio S. Cunha, datado de 10 de junho de 1995, o mesmo segue uma orientação clara neste sentido.

⁴⁶ Em recente estudo: "Diretrizes da Política Agrária" - Projeto UTF/BRA/036/BRA -, encomendado e financiado por convênio firmado entre a FAO e o INCRA, cujo coordenador foi o economista Carlos Enrique Guanziroli, e que teve como membro da equipe entre outros, José Eli da Veiga, vemos claramente a influência destes economistas. Neste trabalho são defendidos claramente as posições teóricas destes economistas, com a formulação clara de uma política de governo voltado para os pequenos produtores - ou como dizem, para a agricultura familiar. Diz o mesmo já na sua apresentação (p. 1):

"O trabalho realizado até o momento pode ser separado em duas partes básicas. na primeira é efetuada uma caracterização do potencial de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil e uma delimitação do público alvo das políticas recomendadas". (grifo nosso).

Mas quais são os pressupostos em que se baseiam esta corrente?⁴⁷

Fazendo um resgate histórico do desenvolvimento da agricultura mundial e principalmente dos países centrais, estes estudiosos chegam a conclusão da importância do papel desempenhado pela agricultura familiar daqueles países e do quanto esta foi importante para a manutenção das políticas de bem-estar promovidas pelos mesmos a partir do imediato pós-guerra⁴⁸.

Tendo como referência os pressupostos teóricos da *teoria da regulação*, estes autores mostram que a agricultura e, dentro desta, a produção familiar, desempenhou um papel importante na formação social do capitalismo dos países avançados no imediato pós-guerra.

Dizem, em resumo, que até o momento anterior à Segunda Guerra Mundial a acumulação capitalista se dava de maneira extensiva:

"...Não existe, no regime extensivo, integração orgânica, dependência funcional entre a produção capitalista e o consumo assalariado. O processo de produção e o modo socialmente dominante de consumo são desarticulados". (Abramovay, 1992; 230).

Após a Segunda Guerra, com a assunção do *fordismo*, esta situação se transforma:

"Esta situação, que se encontra, em grande parte, para a teoria da regulação, na raiz da crise de 1929...se transforma, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, quando o fordismo passa a caracterizar o capitalismo avançado... As normas sociais de consumo (Aglietta,

⁴⁷ Indicamos para um estudo mais profundo os livros de José Eli da Veiga: O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA - UMA VISÃO HISTÓRICA, editora Hucitec, S. Paulo, 1991. e de Ricardo Abramovay: PARADIGMAS DO CAPITALISMO AGRÁRIO EM QUESTÃO, Hucitec, S. Paulo, 1992.

⁴⁸ É bom que se frise que para estes autores, a agricultura familiar não se confunde com a agricultura camponesa, enquanto está, além de fatores econômicos é informada também por fatores de ordem sociológica - tendo uma racionalidade e funcionando mesmo como uma modo de produção diferenciado do capitalismo, aquela, ao contrário está intimamente ligada ao capitalismo, é resultado e parte componente deste:

"...O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social" (Abramovay, 1992: 131).

E mais:

"O que se escamoteia sob o nome de "pequena produção" é o abismo social que separa camponeses...de agricultores profissionais que se vem mostrando capazes não de sobreviver...mas de formar a base fundamental do progresso técnico e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura contemporânea" (grifos do autor) (Abramovay, 1992: 211).

Para melhor aprofundamento desta temática, indicamos a leitura de: PARADIGMAS DO CAPITALISMO AGRÁRIO EM QUESTÃO, Ricardo Abramovay, Ed. Hucitec, 1992, pg. 31 a 134.

1976:130) operário vão então adaptar-se às novas condições de produção, sem o que não haveria mercado para a massa crescente de produtos" (Abramovay, 1992: 230).

E, mais adiante (Abramovay, 1992: 231):

"Embora os teóricos da regulação não tenham destacado explicitamente este ponto, eles fornecem elementos suficientes para que se possa concluir que a agricultura desempenhou um papel decisivo no próprio estabelecimento deste novo regime de acumulação. De fato, o rebaixamento a longo prazo do valor da força de trabalho foi a condição necessária para a formação desta nova norma social de consumo. E neste sentido o caráter familiar da produção abriu o caminho para que os alimentos pesassem cada vez menos nos orçamentos dos assalariados como explica Aglietta (1976:59):

'A pequena produção mercantil foi progressivamente integrada à produção capitalista. esta integração criou uma tendência permanente ao aumento da produtividade do trabalho na agricultura e provocou uma grande extensão da produção de meios de produção para a agricultura...A própria baixa dos preços agrícolas foi decisiva para a diminuição do salário. Não apenas ela favoreceu a acumulação na seção produtora dos meios de produção, mas a concorrência na agricultura permitiu o desenvolvimento de uma possante indústria agroalimentar'

É importante salientar também que o próprio produto agrícola sofreu transformações que o integraram nesta nova norma social de consumo. Ele foi padronizado, massificado e pôde assim participar da verdadeira revolução que atingiu os padrões sociais de consumo alimentar, com base num aumento na ingestão de produtos de origem animal e de gêneros que passavam cada vez mais por processamento industrial.. Estas mudanças entretanto não implicaram uma elevação dos gastos alimentares dos assalariados, como explicam Keneey et al. (1989: 135)..."

Por fim, diz Abramovay (1992: 232) - fazendo uso de uma categoria usada por De Janvry, o qual, apesar de não o ser, segundo ainda este autor, tem posições bastante próximas dos teóricos da regulação - estas sociedades alcançaram um nível de

articulação social entre salários e lucros, diferentemente das chamadas economias desarticuladas⁴⁹:

"...em que não são os salários os responsáveis por transmitir impulso decisivo à acumulação capitalista. Sob o regime de articulação social, é nos gastos salariais que se encontra o essencial da expansão do mercado, enquanto que nas situação desarticuladas é no consumo de camadas minoritárias da população ou nas exportações..." (Abramovay, 1992: 232).

No entender dos defensores desta corrente, para que se consiga a construção desta *articulação social*, faz-se necessário que estas sociedades desarticuladas sigam alguns caminhos que foram percorridos pelas sociedade que conseguiram esta articulação. E um destes caminhos é a consolidação, entre outras, de uma agricultura com base familiar. Esta agricultura poderia, entre outras coisas, fazer acionar o *treadmill*⁵⁰. É este, v.g, o entendimento de Cunha (1995: 53):

*"Pelo dito, fariam melhor os países menos desenvolvidos se direcionassem sua política à eliminação dos fatores que retardam a ação do **treadmill** e que promovem a diferenciação dos produtores do que às tentativas de impedir a ação desse mecanismo que, no frígir dos ovos, impulsiona as inovações, para benefícios de toda a sociedade. Em outras palavras, o governo deve interferir para reduzir custos, não para segurar os preços; e essa intervenção. é bom que se enfatize, pode fazer a diferença entre o sucesso e a **déblace** do agricultor".*

Trazendo para nossa realidade específica todas estas reflexões, é clara a posição de autores como Abramovay (1992: 258), quando diz que o Brasil é um caso típico de economia desarticulada. Neste sentido, diz o autor que:

"É claro que o capitalismo pode funcionar nas condições em que opera no Brasil e nos países pobre de forma geral. O problema é saber até que ponto a miséria absoluta, a desintegração entre salários e lucros não se elevam como obstáculos, cuja remoção lançaria uma dinâmica

⁴⁹ É interessante perceber que para estes economista o que chamam de *sociedades desarticuladas* é, para Kurz as *economias recuperadoras*. Para os primeiros as economias desarticuladas devem buscar, galgar construir, uma *sociedade articulada*, enquanto que para Kurz isto é impossível, visto que estarão sempre atrasadas em relação ao centro.

⁵⁰ O *treadmill* é um fenômeno que ocorre nas modernas agriculturas dos países centrais, estudadas entre outros por Cochrane (1985). Para uma melhor aprofundamento sobre o *treadmill* indicamos os livros já indicados de José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay.

econômica inédita a esta acumulação capitalista, tal como ocorreu nos países capitalistas centrais." (grifo do autor).

Em seguida, diz que a agricultura não pode ser vista apenas pelo prisma do desenvolvimento do capitalismo no campo mas, também como setor que pode contribuir para um (Abramovay 1992: 258): "*...um padrão de desenvolvimento capitalista em que os ganhos do trabalho sejam um elemento central do crescimento econômico.*" (grifos nosso).

Neste sentido diz o autor (Abramovay 1992: 258):

"...Se para produzir lucros o desempenho da agricultura brasileira nos últimos anos tem sido brilhante, em contrapartida sua contribuição para que seja implantando no país um tipo de desenvolvimento em que o consumo de massa exerça um papel relevante e tão negativa, que põe definitivamente abaixo a idéia de que suas funções essenciais no desenvolvimento econômico estão sendo adequadamente cumpridas."

Desta forma questiona o autor a idéia de "maturidade" da agricultura brasileira. "Maturidade" esta, mesmo do setor dito moderno, ou integrado (Abramovay 1992: 259):

"...É portanto a própria idéia de maturidade da agricultura brasileira que deve ser colocada em questão. Não só pelo que a agricultura brasileira tem de atrasado... mas sobretudo pela natureza de seu setor mais moderno que, embora integrado à agroindústria e utilizando insumos e máquinas de origem industrial, apoia-se no trabalho assalariado em larga escala e não se tem mostrado capaz de desempenhar a função crucial de rebaixamento durável dos preços alimentares que nos países avançados a agricultura cumpriu.

*O que estas observações sugerem então é que a agricultura brasileira ainda não enfrentou o dilema em torno do qual se estruturou o desenvolvimento agrícola dos países capitalistas avançados desde o **New Deal** e sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial. Até aqui foi muito mais a grande agricultura patronal do que a sociedade que se beneficiou das políticas estatais de apoio ao setor(...) Resta saber se a atual estrutura produtiva do capitalismo agrário brasileiro será capaz de progredir no quadro deste rebaixamento ou se, para levar adiante uma política durável de redistribuição de renda, o próprio padrão de*

crescimento na agricultura terá que ser modificado." (grifo do autor).

Para concluir, já dissemos que esta corrente tem tido uma grande influência em algumas políticas públicas, principalmente na esfera federal, junto ao Ministério da Reforma Agrária. É interessante perceber também que esta corrente muito se aproxima dos movimentos sociais de luta pela terra, entre estes, do MST - Movimento dos Sem Terra - mesmo porque para os defensores desta corrente a reforma agrária - não sendo o único - é um pressuposto básico para se alcançar este padrão de agricultura baseado na agricultura familiar⁵¹.

Ousamos, aliás, ir mais longe na nossa avaliação sobre o poder que este viés de pensamento está tendo dentro da atual política de reforma agrária adotado pelo governo federal. Entendemos e temos claro até pelo discurso e fala oficiais, que a atual política de reforma agrária adotada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso não é a mesma propugnada pelo Movimento Social de Luta pela Terra, em especial o seu braço mais forte, o MST. Mas também não tem se dado apenas visando responder a uma demanda exigida pela sociedade. Portanto, e no nosso entender, a atual política de reforma agrária, que só nos últimos quatro anos, apesar de não corresponder à demanda social exigida, distribuiu mais terra do que todos os governos militares e da transição democrática juntos, juntamente com as demais políticas implementadas voltadas para a sintomaticamente denominada produção familiar, vem no sentido de apontar para uma política pública em que se adota um projeto similar ao defendido por esta corrente. É claro que isto não tem se dado sem conflito, visto que em outras esferas do aparelho estatal são outras as posições defendidas e até porque é muito cedo para se tirar conclusões e / ou fazer-se avaliações definitivas.

Todavia e é bom que se diga, há algumas diferenciações entre os "regulacionistas" e algumas posições dos movimentos sociais de luta pela terra. Uma primeira é que para algumas destas correntes a reforma agrária está mais para uma política de assistência social do que como pressuposto de um possível processo de desenvolvimento econômico onde a produção familiar contribua para a superação do "subdesenvolvimento", como defendem os "regulacionistas"⁵². Também se afastam

⁵¹ Para estes a não realização, até hoje, de uma profunda reforma agrária tem sido um entrave para o adequado funcionamento do *treadmill* bem como para a passagem para uma fase socialmente articulada de desenvolvimento. Indicamos a leitura do Capítulo 3 e em especial o tópico 3.2 do livro: O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA - UMA VISÃO HISTÓRICA, José Lei da Veiga, 1991, Ed. Hucitec, pg. 200 - 203, onde o autor defende claramente esta posição.

⁵² Este é, v.g., o pensamento expressado por Veiga (1991: 202-203):

"Se, para entre no Primeiro Mundo, o Brasil for seguir seu exemplo, certamente precisará de uma reforma agrária que desafogue os minifundistas, oferecendo-lhes a oportunidade de se

estes de parcelas do movimento social da luta pela terra que defendem esta como um processo de transformação social de caráter mais ideológico, ou seja, aqueles que vêem na reforma agrária um processo para se chegar a uma sociedade socialista, como é o caso de setores do MST.

Também não vêem os "regulacionistas", incompatibilidade na existência de uma estrutura bimodal na agricultura, não há para estes uma incompatibilidade entre a grande propriedade e a agricultura familiar. Apenas defendem que as políticas públicas para a agricultura devem estar voltadas para esta última, visto que, como todas as políticas governamentais até o presente momento foram voltadas para a estruturação dos grandes empreendimentos agrícolas, estes já obtiveram um amadurecimento que prescinde de apoio governamental para a sua continuidade (Cunha, 1995 : 7).

Por fim, gostaríamos de frisar que apesar de sermos simpáticos, a priori, com o fundamental desta última análise, vemos algumas dificuldades em vê-las implementadas, principalmente neste momento em que o mundo passa por este processo de globalização que tem tido a sua tônica na exclusão e não o seu inverso. Assim é que levantamos algumas questões que se fazem necessárias responder para que tenhamos a certeza de que este é um caminho a ser seguido. Entre estas questões estão : Entre outras coisas, o que o chamado processo de "globalização" tem posto em questão em especial e principalmente nos países centrais são exatamente os pressupostos que conformaram o chamado Estado de Bem Estar Social, o fordismo, e com estes os "ganhos do trabalho" ou, usando o aparato conceitual de De Janvry - tão caro aos defensores da tese regulacionista - , com isto também os pressupostos das "sociedades articuladas" que têm como base e cuja expansão se dá em função dos aumentos reais de salários, para o qual a agricultura tem contribuído fundamentalmente. Ora, como foi visto no início deste trabalho quando fizemos uso das categorias lançadas por Kurz na sua crítica às "sociedades de trabalhos", o que temos assistido com o processo de globalização é um avanço cada vez maior da produtividade mundial, sem o conseqüente aumento da massa de salários e, portanto,

tomarem agricultores familiares viáveis; uma reforma agrária que transforme arrendatários em proprietários; uma reforma agrária que ofereça terra aos filhos dos pequenos proprietários; enfim uma reforma agrária cuja diretriz central seja o fomento e o apoio a nossa agricultura familiar. Isto só será possível, evidentemente, se a política agrícola deixar de favorecer escandalosamente o segmento patronal da agropecuária brasileira, que ganhou muita força nos últimos vinte e cinco anos devido ao apego de nossas elites ao modelo pré-fordista de crescimento."

dos 'ganhos do trabalho' o qual perde cada vez mais importância. Diante disto nos perguntamos: Não será a tese defendida pelos "regulacionista", tardia para a atual etapa do desenvolvimento capitalista mundial e em especial dos países do terceiro mundo, ou das chamadas 'sociedades desarticuladas'⁵³? Como se pode falar em 'ganhos do trabalho' quando esta é uma categoria que se encontra em crise? Há, por parte das forças envolvidas, interesse e /ou possibilidade em se propiciar - ou continuar se propiciando, no caso dos países desenvolvidos - um desenvolvimento capitalista com base nos 'ganhos do trabalho', aqui incluindo os países em desenvolvimento⁵⁴? Uma proposta como esta pressupõe um papel ativo do Estado e o que vemos não é exatamente a retirada deste? Como se resolverá esta contradição? Enfim, a nosso ver, a análise "regulacionista" é válida para o período em que prevalecia o Estado de Bem Estar, mas será que seus pressupostos são válidos ou respondem a atual fase do capitalismo? Não seria a leitura feita por este, uma leitura muito 'linear' do desenvolvimento capitalista?

Ora, sendo a agricultura um fator importante para a implementação das teses defendidas pelos autores de corte "regulacionista" e estando esta cada vez mais interdependente dos demais setores da economia, pode-se pensar no seu desenvolvimento nas bases em que é posta por estes - com base na agricultura familiar - sem levar em conta o que acima foi posto? Ou seja, é possível se imaginar a manutenção de uma agricultura que teve toda a sua construção baseada em pressupostos que hoje são postos em questão?

Apesar de menos importante do que o que foi colocado acima, fazemos ainda um último questionamento que nos parece importante: Do ponto de vista ideológico, ao contrário do primeiro mundo, aqui tudo leva a conspirar contra a 'agricultura familiar'.

⁵³ Como afirma o próprio Kurz não estariam estas sociedades buscando sempre com um grande atraso alcançar os mesmo padrões das sociedades ditas avançadas (Kurz, 1993: 172).

⁵⁴ Ao tempo em estávamos terminando este trabalho, coincidiu do presidente Fernando Henrique Cardoso participar de uma Conferência Mundial onde estavam presentes vários representantes e chefes de Estado. A tônica do discurso do presidente foi exatamente uma crítica feita aos países desenvolvidos, em detrimento de países como o Brasil, os quais têm uma forte política de proteção às suas agriculturas, em especial como a manutenção de subsídios, para o presidente brasileiro, condenáveis. Se colocava o nosso presidente numa situação privilegiada e ao seu ver confortável, de condenar as políticas destes países, quando o Brasil não mais pratica estas políticas seguindo desta forma e obedientemente às ordens e comando emanados dos organismos financeiros internacionais. A nosso ver no fundo o que estava em questão era exatamente o desafio que está colocado hoje mundialmente de como resolver e /ou dar solução para este padrão de agricultura. Se é que se pode colocar isto como uma vitória - mesmo que de piro - o presidente brasileiro teve o apoio explícito do primeiro-ministro Tom Blair, da Inglaterra. A questão é: Estarão de fato os países desenvolvidos dispostos a questionar o seu padrão agrícola?

Por outro lado a posição defendida por Fernando Henrique Cardoso é um indicativo claro da opção defendida por seu governo no que diz respeito à agricultura. Ou seja, filia-se o presidente àquela primeira corrente de pensamento por nós elencada e denominada de neoliberal.

Seja porque toda a nossa tradição agrária e agrícola é predominantemente latifundista, ao contrário dos países desenvolvidos, seja porquer é monocultora, enquanto que a agricultura familiar é tida como policultora, seja, ainda, porquer o mito do 'jeca tatu' está muito difundido entre nós na figura do agricultor pobre, analfabeto, negro ou indigenado e preguiçoso. Seremos capazes, partido do princípio da viabilidade econômica da agricultura familiar, de superar estes preconceitos tão arraigados?

Estas são questões as quais não nos propomos responder, mais que se fazem necessárias para validar as teses colocadas pelos autores de corte 'regulacionistas'.

Estes são, pois, no nosso entender, os desafios que estão postos para a agricultura mundial e em especial para a brasileira nos próximos anos. Qualquer que seja porém, a posição que prevalecer, deverá ela levar em conta se, como diz Kurz, querem ou não os passageiros do titanic que a orquestra continue tocando a bordo!

CONCLUSÕES

Após percorrermos um longo caminho tentando situar o lugar e o papel da agricultura na economia mundial e em particular da economia brasileira, temos que esta foi forjada - ao mesmo tempo que ajudou a forjar - num lugar comum que, guardadas algumas especificidades de tempo, lugar e modo, traz em si uma mesma matriz, a qual caracterizamos na chamada "sociedades de trabalho". Sim, especificidades porque, v.g, quanto ao modo, e a grosso modo, para o que chamamos "fordização" na indústria, aqui temos a chamada "revolução verde"; quanto ao tempo, não foram os mesmos para as diversas realidades nacionais do capitalismo e, se é que se pode falar assim, fora dele; quanto ao lugar, esta atravessa as diversas realidades mundiais, mesmo que com adaptações que tentam responder às demandas e necessidades das forças sociais que as constroem.

O ápice desse processo resulta neste novo momento em que vive o mundo e dentro deste, como não poderia deixar de ser, o Brasil, que é o da "globalização econômica", ou como queira, de uma "economia globalizada".

Ao contrário do que se poderia pensar, porém, a chamada "globalização econômica" representa na verdade um novo desafio para aqueles que pensam a economia. Na realidade, e fazendo uma analogia para nós válida, estamos diante, ou melhor, dentro de um labirinto, para o qual não só não encontramos a saída - pois aqui não podemos contar com o fio de Ariandre - como não sabemos com quem vamos nos defrontar, se com o minotauro de chifres ou com...

Estes desafios estão também postos para a agricultura. A busca de um novo paradigma, não perdendo de vista o processo de globalização, tem colocado para todos os atores sociais envolvidos com o agro o desafio desta busca. Vimos acima algumas saídas que são apontadas, no Brasil, por algumas correntes. Estamos assistindo ao seu embate. Cedo porém, se faz, para tirarmos alguma conclusão.

Vimos ainda que a reforma agrária (re)assume aqui um novo papel de divisor de águas no histórico de disputa de projeto no agro, conquistando novos espaços/ reformulando o discurso que a justifica - sendo defendida por novas matizes de pensamento, as quais a despolitiza, ou melhor retira ou pelo menos coloca em segundo plano o seu caráter ideológico - bem como os pressupostos sobre os quais está assentada sua defesa - , conseguindo inclusive 'adesões' de boa parte da

sociedade e penetrando no discurso oficial.

Uma coisa, porém, continua comum a todas estas realidades. Todas, sem exceção, trabalham no liame e dentro dos limites e perspectivas da **sociedade do trabalho**. A questão pois que se coloca é se as suas respostas são condizentes com os novos horizontes, não muito distantes, com o qual o mundo e a sua economia globalizada irá se deparar num futuro próximo.

Anexo 1

TABELA 1 - Estimativa do total de Investimentos Estrangeiros diretos por país (região) de origem e de destino

Investimento direto (estoque)	1914	1938	1960	1971	1978
<i>a. Países de origem</i>					
Estados Unidos	18,5%	27,7%	52,0%	51,7%	43,5%
Inglaterra	45,5	39,8	17,1	14,8	11,9
Alemanha	10,5	1,3	1,3	4,6	8,2
França	12,2	9,5	6,5	4,8	3,9
Itália	8,7	13,3	3,2	1,9	0,9
Países Baixos	-	-	7,9	2,5	6,1
Suíça	-	-	3,2	5,9	7,2
Japão	0,1	2,8	0,8	2,7	6,9
total (US\$ corrente)	14,3 milhões	26,4 milhões	63,1 bilhões	160,3 bilhões	386,2 bilhões
<i>b. Países/ regiões de destino</i>					
<i>Em o subdesenvolvidos</i>	<i>62,8</i>	<i>65,7</i>	<i>32,3</i>	<i>30,9</i>	<i>27,8</i>
América Latina	32,7	30,8	15,6	17,8	14,5
África	6,4	7,4	5,5	5,3	5,1
Ásia	20,9	5,0	7,5	4,7	7,0
Total (US\$ corrente)	19,3 milhões	24,3 milhões	54,3 bilhões	166,3 bilhões	361,0 bilhões

Fonte: DUNNING, 1983, Tabela 1 e 2. Citado por Muller, 1987: 94.

Anexo 2

TABELA 2 - Reservas de ouro e dívidas líquidas dos Estados Unidos
em relação ao estrangeiro
(em milhares de milhões de dólares)

ano	Reservas de Ouro	Dívidas em relação ao setor oficial	Dívidas em relação ao setor privado	Total de dívidas líquidas
1959	19,5	10,1	7,6	17,7
1960	17,8	11,1	7,6	18,7
1961	16,9	11,8	8,4	20,2
1962	16,1	12,7	8,4	21,1
1963	15,6	14,4	9,2	23,6
1964	15,5	15,4	11,1	26,5
1965	13,8	15,4	11,5	26,9
1966	13,2	13,7	14,2	27,9
1967	12,1	15,6	15,8	31,4
1968	10,9	12,5	19,4	31,9
1969	11,9	12,0	28,2	40,2
1970	11,1	20,1	21,8	41,9
1971	10,2	47,7	14,4	62,1
1972	10,5	57,6	19,8	77,5

Fonte: Biblioteca Salvat de Grandes Temas - 1979.

Anexo 3

As 200 maiores empresas de setores ligados à agricultura [1976] em %

	Nacionais	Estrangeiras	Estatais
Agropecuária	95,3	-	4,67
Alimentos	54,47	35,32	10,01
Bebidas e Fumo	36,17	63,83	-
Comércio atacadista	46,35	50,08	3,57
Farmacêutico	-	100,00	-
Máquinas e equipamentos	40,63	59,37	-
Papel e celulose	79,17	20,83	-
Supermercados	91,54	8,46	-

Fonte: *Exame*, setembro de 1977.

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA:**OBRAS TEÓRICAS:**

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. 1 ed.

Ed. Hucitec. São Paulo, SP, 1992.

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra C e NICOL, Robert. *Economia Agrícola: O Setor Primário e a Evolução da Economia Brasileira*. 1 ed. Ed. McGraw-Hill.

São Paulo, SP, 1987.

ALVES, Eliseu & CONTRINI, Elísio. *A Modernização da Agricultura Brasileira*. In:

BRANDÃO, A. S. P. Os Principais Problemas da Agricultura Brasileira: análise e Sugestões. Rio de Janeiro, RJ, IPEA/ INPES, 1988 pp. 49 - 98 (Série PNPE, 18).

ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo*. In. Pós-neoliberalismo: As

Políticas Sociais e o estado de Direito. Org: Emir Sader e Pablo Gentili. 1 ed. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. RJ. 1995.

BIBLIOTECA SALVAT. *Planificação Econômica*. 1. ed. Ed. Salvat Editora do

Brasil S.A. Rio de Janeiro, RJ. 1979.

BIBLIOTECA SALVAT. *O Sistema Monetário Internacional*. 1. ed. Ed. Salvat

Editora do Brasil S.A. Rio de Janeiro, RJ. 1979.

BORÓN, Atilio. *Balanço do Neoliberalismo*. In. Pós-neoliberalismo: As Políticas

Sociais e o estado de Direito. Org: Emir Sader e Pablo Gentili. 1.ed. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, RJ. 1995.

BUAINAIN & REZENDE *Ajuste, Inflação e Agricultura no Brasil: A Experiência*

dos Anos Oitenta. In. RAMOS Pedro e REYDON Bastiaan (Orgs.) *Agropecuária e Agroindústria no Brasil - Ajuste, Situação Atual e Perspectivas*. 1 ed., ABRA, Campinas, SP, 1995, pp. 23 - 41.

DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. 1 ed.

Ed. UNICAMP. Campinas, SP, 1985.

GOODMAN, David et alii. *Das Lavouras às Biotecnologias: Agricultura e Indústria*

no Sistema Internacional. 1 ed. Ed. Campus. Rio de Janeiro, RJ, 1990.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise Agrária*. 2. ed. Ed. Paz e Terra. Rio de

Janeiro, RJ, 1982.

- _____. *Quatro Séculos de Latifúndio*. 6 ed. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, RJ, 1989.
- KAGEYAMA, Angela.** *O novo Padrão Agrícola Brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais*. In: DELGADO, G. C. et. alli (orgs.). *Agricultura e Políticas Públicas*. Brasília, DF, IPEA, 1990, pp. 1132 - 223 (Série IPEA, 27).
- KURZ, Robert.** *O Colapso da Modernização: Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial*. 3 ed. (tradução de Karen Elsaber Barbosa) Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, RJ. 1993.
- LENIN, Vladimir Ilich.** *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. 4. ed. (tradução Olinto Beckerman) Ed. Global. S. Paulo, SP. 1987.
- MANTEGA, Guido.** *A Economia Política Brasileira*. 7 ed. Ed. Vozes. Petrópolis, RJ, 1992.
- MELLO, João Manuel Cardoso de.** *O Capitalismo Tardio*. 8 ed. Ed. Brasiliense. S. Paulo, SP. 1991.
- MENDONÇA, Jorge P. de et alli (Org.).** *Crise ou Regulação: Ensaio Sobre a Teoria da Regulação*. 1 ed. Ed. Ceciliano Abel de Almeida - Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, ES, 1994.
- MULLER, Geraldo.** *Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária*. 1 ed. Ed. Hucitec. São Paulo, SP, 1989.
- _____. *Introdução à Economia Mundial Contemporânea*. 1. ed. Ed. Educ/Ática. S. Paulo, SP. 1987.
- OLIVEIRA, Francisco de.** *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. 4 ed. Ed. Vozes. Petrópolis, RJ, 1981.
- RAMOS Pedro e REYDON Bastiaan P.** *Agropecuária e Agroindústria no Brasil - Ajuste, Situação Atual e Perspectivas*, 1 ed., ABRA, Campinas, SP, 1995.
- SANTOS, Robério Ferreira dos.** *Presença e Vieses de Mudanças Técnicas na Agricultura Brasileira*. 1 ed. Ed. USP/IPE, S. Paulo, SP, 1986.
- SANTOS, Theotonio dos.** *Economia Mundial: Integração Regional & Desenvolvimento Sustentável*. 2 ed. Ed. Vozes. Petrópolis, RJ. 1994.
- SORJ, Bernardo.** *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. 1 ed. Ed. Zahar Editores. Rio de Janeiro, RJ, 1980.
- THERBORN, Goran.** *Balanço do Neoliberalismo*. In. Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o estado de Direito. Org: Emir Sader e Pablo Gentili. 1 ed. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, RJ. 1995.

VEIGA, José Eli da. *O Desenvolvimento Agrícola: Uma Visão Histórica.* 1 ed. Ed. Hucitec. São Paulo, SP, 1991.

WILKINSON, John. *O Futuro do Sistema Alimentar.* 1 ed. Ed. Hucitec. São Paulo, SP, 1989.

DOCUMENTOS OFICIAIS:

CUNHA, Aécio S. *Diretrizes para a Política Agrícola: Texto Preliminar para Discussão.* Diretoria Legislativa/ Assessoria Legislativa. A requerimento do deputado Alcides Modesto. junho/1995.

GUANZIROLI, Carlos Enrique (Coord.). *Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável.* UTF/BRA/036/BRA. Convênio FAO/INCRA, jan/94.

VIEIRA, José Eduardo de Andrade. *Prioridade para a Agricultura.* Palestra do Ministro da Agricultura na Comissão de agricultura da Câmara dos Deputados. Brasília, março de 1995.

CONGRESSO NACIONAL. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "investigar as causas do endividamento do setor agrícola, o elevado custo dos seus financiamentos e as condições de importação de alimentos nos exercícios de 1990 a 1993".* 3º sessão Legislativa Ordinária da 49ª Legislatura, Brasília, 1993.

REVISTAS:

FLORES, Murilo X. & NASCIMENTO, José C. *Novos Desafios da Pesquisa para o Desenvolvimento Sustentável.* In. *Agricultura Sustentável.* Revista do CNPMA/ EMBRAPA. Ano 1, n. 1, Janeiro/Abril de 1994.

LOPES, Carlos. *A Economia Mundial Exige Novas Regras do Jogo.* In. *Cadernos do Terceiro Mundo*, n. 168, dezembro de 1993.

MARTINE, George. *Fases e Faces da Modernização Agrícola Brasileira.* Planejamento e Políticas Públicas, v. 1, n. 1, Ed. IPES, Brasília, DF, junho/1989

MULLER, Geraldo. *Agricultura e Industrialização do Campo no Brasil.* Revista de Economia Política, Vol. 2/2, nº 6, abril-junho/ 1982, pp. 47 - 77.

POSSAS, Mário. *Concorrência, Inovação e Complexos Industriais.* Rascunho 19. Araraquara, FCL, Gráfica CAr, 1991.